

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

11

2019 SÉRIE 3

Completam-se agora cinco anos sobre o início da 3ª série de *Páginas a&b*, que deu início à publicação em formato eletrónico. Neste quinquénio a revista ganhou maior visibilidade, passou a atrair maior número de trabalhos internacionais, sobretudo oriundos do Brasil, e essa mais ampla divulgação permitiu a sua indexação em diversas bases de dados, aumentando assim os seus indicadores de qualidade, hoje tão importantes para a comunidade científica.

O reconhecimento de *Páginas a&b* pela comunidade internacional não tem sido, infelizmente, compensado de forma idêntica em termos nacionais. Sendo a única revista científica da área da Ciência da Informação que se publica em Portugal, com periodicidade regular desde 1997, é com pesar que verificamos que os autores portugueses não respondem como seria desejável às *call for papers*, que semestralmente são abertas, o que faz com que, em cada número, haja uma percentagem muito reduzida de trabalhos de autores nacionais. A revista estabeleceu, desde que surgiu, o objetivo de divulgar a investigação feita em Portugal, no campo da Ciência da Informação. Como tal, continua aberta a receber estudos, de índole mais teórica ou mais aplicada, resultantes da pesquisa e das reflexões que se vão desenvolvendo, sendo um espaço privilegiado para comunicar ciência neste domínio do saber.

Este número reúne um conjunto muito interessante de trabalhos, no qual dominam os autores brasileiros, mas onde também se inclui um contributo proveniente do Uruguai (Silvana Temesio) e outro com colaboração de uma professora espanhola (Manuela Moro), fazendo assim *jus* à dimensão internacional da revista. A autoria nacional, neste número, apenas tem expressão na secção *Debate e Crítica*, por meio de uma recensão.

Biscalchin aborda os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) refletindo sobre a evolução que os mesmos podem sofrer em face de motores de busca como o Google, que concorrem abertamente com os sistemas das bibliotecas e dos serviços de informação em geral.

Santos debruça-se sobre a utilização dos *media* digitais “para apoiar o ensino de Biblioteconomia e a difusão da informação para estudantes e bibliotecários, considerando os benefícios destes recursos no ensino superior”, usando exemplos de blogues sobre construção de linguagens documentais e indexação.

O artigo de Crespo incide sobre o papel das instituições de memória – arquivos, bibliotecas, museus – na preservação de filmes, fazendo uma abordagem histórica sobre a temática.

As questões da gestão da informação, numa perspetiva mais organizacional, são o foco do trabalho de Temesio Vizoso, que trata da governança da informação nas organizações, apresentando uma definição de políticas, soluções técnicas e procedimentos a implementar para o efeito nas organizações. Complementarmente, Vieira e Bittencourt analisam o tema do *records management*, procurando perceber como o mesmo foi tratado na revista *The American Archivist*, no período de 1938-1959, época em que se começava a afirmar o conceito e a pôr em prática a sua aplicação.

No espaço da administração pública, a temática do acesso à informação tem vindo a ganhar cada vez mais importância, tendo em vista o combate à opacidade das instituições. Tal desiderato leva à promulgação de diplomas legislativos dedicados ao acesso à informação,

tema que Rosa e Moro Cabero tratam, fazendo uma análise comparativa da legislação espanhola e brasileira em prol da transparência pública da informação.

Os dois trabalhos seguintes são dedicados ao livro e à leitura. O de Gracioso e Pereira procura identificar de que modo a hipertextualidade e a interatividade se afirmam como estratégias que podem ampliar a experiência de leitura. Lopes, pelo seu lado, discorre sobre o eventual desaparecimento do livro devido ao surgimento do *e-book*, e traça uma panorâmica da história do livro, do impresso ao digital.

Na secção *a&b em aberto*, apresenta-se um trabalho muito pertinente, que se pode considerar como uma espécie de *guidelines* para desenvolvimento de um projeto. Com efeito, Santos e Flores analisam detalhadamente o modo como se deve processar a implementação de um repositório digital, em conformidade com o modelo *Open Archival Information System* (OAIS), garantindo assim a autenticidade, a preservação e o acesso à informação a longo termo.

Na secção *Debate e Crítica*, dedicada a comentários, resenhas e discussões sobre trabalhos em curso ou recentemente publicados, Batista dá-nos a sua visão sobre o livro de Júlio Cardoso, intitulado *Da Reforma Administrativa ao e-Government: e-services nos Municípios do Oeste*.

A fechar, na secção *Ler Muito Prazer*, um texto de Tito Ryff, que, espero, faça as delícias dos leitores no tempo de férias que está aí à porta.

Ficam, pois, os habituais votos de boas férias e boas leituras!

Fernanda Ribeiro

Resumo: A Ciência da Informação (CI) encontra-se no atual contexto diante de um paradoxo interessante. De um lado temos um grande *boom* de informações e de outro o desafio imenso que pode consolidar a CI e os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) mediante esse cenário. Esse artigo busca apontar caminhos que os SOC podem tomar para fazerem frente aos buscadores da *web* como o Google, instrumentos amplamente utilizados e que cada vez mais levam as pessoas a questionarem os sistemas de biblioteca e o porquê de sua existência. Os buscadores da *web* trouxeram uma grande contribuição para a busca de informações no meio digital. Porém, estão imersos em visões de grandes corporações e limitados a estereótipos por vezes preconceituosos. Tais sistemas ainda carecem de competências que podem ser encontradas em SOC que sigam valores éticos e parâmetros de construção que busquem conhecer seus usuários e sua realidade sócio-histórica-cultural.

Palavras-chave: Organização e Representação do Conhecimento; Sistemas de Organização do Conhecimento; Vocabulários Controlados Multilíngue

Abstract: Information Science (IS) faces an interesting paradox in the current context. On the one hand we have a big boom of information and on the other hand the immense challenge that can consolidate IS and Knowledge Organization Systems (KOS) through this scenario. This article seeks to point out ways that KOS can follow to counter web searchers such as Google, widely used tools that increasingly lead people to question library systems and why they exist. The web searchers have given a great contribution to the search for information in the digital environment. However, they are immersed in visions of large corporations and limited to stereotypes, sometimes prejudiced. Such systems still lack skills that can be found in KOS which follow ethical values and construction parameters that seek to know their users and their socio-historical-cultural reality.

Keywords: Knowledge Organization and Representation; Knowledge Organization Systems; Multilingual Controlled Vocabulary

1. Introdução

A Ciência da Informação (CI) encontra-se no atual contexto diante de um paradoxo interessante. De um lado temos um grande *boom* de informações, advento principalmente da era digital, que trouxe a quebra de barreiras e acelerou a velocidade da produção e da também da obsolescência da informação. Isso visto de maneira simplista nos faz acreditar que a CI se encontra em um momento de tranquilidade pois seu objeto de pesquisa maior, a informação, se encontra cada vez mais presente em tudo.

Porém, como havia comentado, temos outro lado. Com essa super produção de informação em distintos meios, formatos e suportes, com o acesso a distância cada vez mais facilitado via *web*, temos um desafio imenso que pode consolidar a CI e os SOC, ou torná-los questionáveis ou até mesmo dispensáveis para os usuários.

Esse artigo busca apontar caminhos que os SOC podem tomar para fazerem frente aos buscadores da *web* como o Google, instrumentos amplamente utilizados e que cada vez

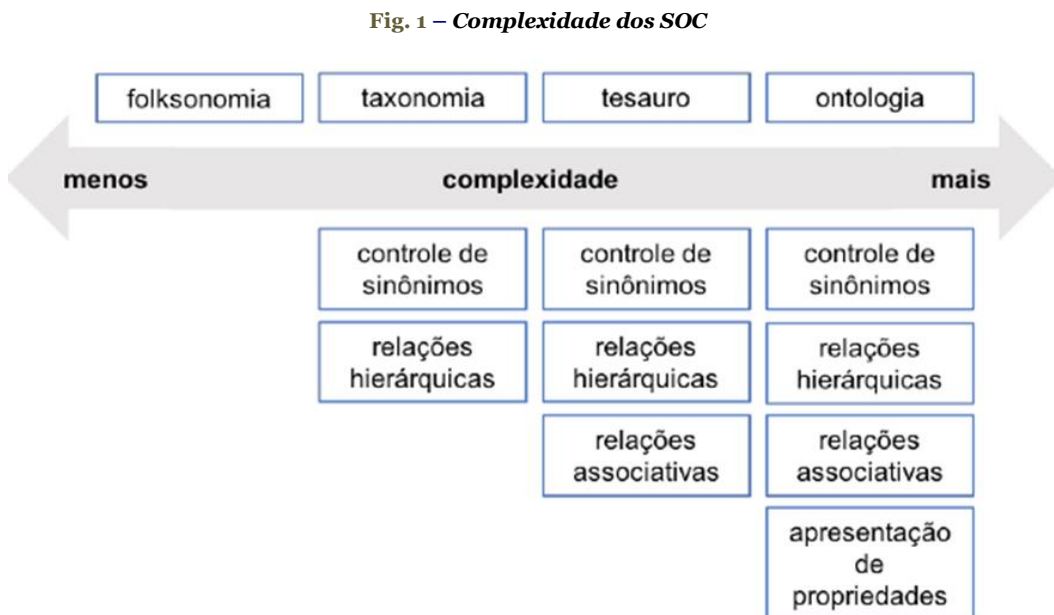
mais levam as pessoas a questionarem os sistemas de biblioteca e o porquê de sua existência.

2. Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC)

Segundo Hodge (2000:1), Sistemas de Organização do Conhecimento são

todos os tipos de esquemas para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento. [...] incluem esquemas de classificação e categorização que organizam materiais em um nível geral, cabeçalhos de assunto que fornecem acesso mais detalhado e arquivos de autoridade que controlam versões variantes de informações-chave, tais como nomes geográficos e nomes pessoais. [...] também incluem vocabulários altamente estruturados, como tesouros, e esquemas menos tradicionais, tais como redes semânticas e ontologias. Como os sistemas de organização do conhecimento são mecanismos para organizar a informação, eles estão no coração de cada biblioteca, museu e arquivo.

Os SOC consistem em estruturas terminológicas que apresentam relações conceituais por meio de termos. Seu objetivo é organizar e representar a informação para sua recuperação. Moreira (2018:102) apresenta a tipologia de SOC e seu nível de complexidade na figura abaixo:



Fonte: (MOREIRA, 2018:102)

Como elemento em comum podemos afirmar que os SOC consistem em conceitos representados por termos. As variações entre as diferentes tipologias consiste na

complexidade para a definição terminológica conceitual, partindo da ausência de controle terminológico (folksonomia) ao controle mais detalhado (ontologia).

2.1. Por que utilizar esses sistemas ao invés de buscadores da internet?

Atuando como bibliotecário, diversas vezes sou questionado sobre o porque e para que, existem os sistemas de classificação da informação. Todos crêem que os buscadores da *web* são imparciais e extremamente eficientes, portadores da verdade e capazes de trazer sempre a informação que precisam. Se ela não é encontrada, é porque não existe. Me questiono como essa confiança absoluta nesses sistemas surgiu, mas não pretendo discutir isso nesse trabalho.

A busca aqui é como criar SOC que atendam as demandas do usuário e demonstrem a ele o quanto esses sistemas são eficientes e necessários como instrumentos para o fomento da ciência.

Hjørland (2012:299) apresenta o seguinte questionamento

The outlook for the future is, however, fundamentally challenged by digital technologies at both the practical and at the theoretical levels. In hindsight, the question arises as to whether KO has ever had a sound theoretical basis because, as discussed below, questions such as: “How do we decide whether A is a kind of B?” have not been properly addressed in the field of KO.

De fato a CI carece de uma definição científica clara no tocante aos critérios para a seleção de um termo em detrimento do outro. Essa definição científica metodológica é extremamente importante para diferenciar os SOC de buscadores da internet.

Biscalchin (2013:112-113) apresentou por meio de quatro categorias de análise um conjunto de catorze parâmetros¹ para construção de vocabulários controlados multilíngue. Esse

-
- 1 1. empregar termos representativos da cultura de um indivíduo ou de uma coletividade deles;
 2. contemplar termos representativos de grupos sociais minoritários;
 3. promover a igualdade de termos das temáticas homens e mulheres, paz e guerra, religiões, correntes ideológicas e convicções político-sociais;
 4. evitar termos discriminatórios ou depreciativos;
 5. fomentar a imparcialidade na recolha de termos a partir dos princípios das garantias literária, de uso, organizacional e cultural;
 6. praticar a seleção ética de termos para a representação por assunto de áreas científicas especializadas;
 7. traduzir os termos da linguagem fonte para a(s) linguagem(ns) alvo, considerando-se a correspondência conceitual que deve ocorrer entre as terminologias das áreas científicas especializadas das linguagens/idiomas envolvidos;
 8. realizar a compatibilidade semântica entre os termos representativos de diferentes culturas nas perspectivas dos preceitos da multiculturalidade e da transculturalidade;
 9. reconhecer a variação formal e conceitual dos termos, considerando-se o desenvolvimento de estruturas poli-hierárquicas de áreas científicas especializadas;
 10. selecionar termos técnico-científicos representativos da cultura e da linguagem de especialidade de áreas do conhecimento;
 11. estabelecer relações sintático-semânticas consistentes entre os termos de áreas científicas especializadas de ordens hierárquica, equivalente e associativa;

conjunto de parâmetros busca otimizar esses SOC de modo que todos atendam critérios para a definição terminológica e para a representação conceitual da informação.

Essa pesquisa apresenta um possível caminho a ser seguido na busca por uma definição de critérios científicos na construção de SOC. O acesso global e facilitado é a chave para o sucesso de um sistema de organização do conhecimento. O modelo tradicional leva grande desvantagem em relação a esse modelo digital que possibilita acesso remoto ao usuário.

Given the significant reliance on centralized classification and the challenges posed by smart technologies, it follows that there is a need for control mechanisms to check the quality of the classifications made, for example, by LC. There is far too little research about the quality of indexing and classification today, and particular decisions are not documented and made available for research. If the centralized classifications are not of a very high quality, users may not find them to be viable, given the many alternatives. In his study, Larson (1991) indicated that many users did not find Library of Congress Subject Headings (LCSH) useful, and even found them to be harmful in the online context. (HJØRLAND, 2012:300)

O modo como a classificação é realizada não é documentada, e isso dificulta os estudos. Desse modo os parâmetros apresentados por (BISCALCHIN:2013) com a aporte da terminologia, da garantia cultural e da multiculturalidade podem ser norteadores para o aprimoramento na classificação de acervos para os usuários, levando em conta seu contexto sócio-histórico-cultural.

Estudos com o de Larson (1991) e de Villen-Rueda, Senso e Moya-Anegón (2007) apontam para uma redução crescente do uso da busca por assunto nos SOC. Isso reflete que os usuários não encontram na busca por assunto o que almejam, ou simplesmente não confiam, ou se identificam com a maneira como a informação é representada.

Hjørland (2012) e Biscalchin (2013) reforçam a necessidade de uma aproximação com o usuário e sua realidade para tentar otimizar esses sistemas e restabelecer a confiança do usuário.

A teoria e a prática têm de se aproximar no "fazer" da classificação, o profissional deve conhecer seu usuário e o contexto em que ele se encontra inserido, suas necessidades de informação e suas estratégias de busca. É o profissional que "sente" o perfil e as mudanças dos usuários e conseqüentemente das áreas científicas e das terminologias utilizadas para a busca de informação.

12. adotar a abordagem de desenvolvimento simultâneo do vocabulário controlado nas diferentes línguas a serem representadas;

13. utilizar a estrutura assimétrica entre os termos na construção de vocabulários controlados multilíngue representativos dos valores sócio, histórico, cultural das terminologias de áreas científicas especializadas;

14. relevar o aspecto comunicativo e a flexibilidade na construção de vocabulários controlados multilíngue consistentes para a recuperação de informações pertinentes de áreas do conhecimento.

A dinamicidade das ciências hoje é enorme, conceitos tradicionais por vezes são contestados e derrubados, alteram profundamente a estrutura de algumas áreas do conhecimento. Isso implica em dois fatores extremamente importantes na CI. Primeiro, os sistemas de classificação devem ser passíveis de atualizações constantes. Segundo, tendo em mente a grande velocidade de mudança nas ciências em geral, os sistemas devem seguir parâmetros claros e bem definidos quanto a política de atualização terminológica, estrutural e conceitual das áreas do conhecimento, para que respeite valores éticos e científicos.

Destaco esses dois itens pois no caso do segundo em particular, não podemos incorrer no erro de ficar alterando a todo o tempo definições, sempre que forem questionadas ou afirmadas por um grupo. Desse modo a política de indexação e de construção desses sistemas deve ser bem clara aos critérios definicionais de como e quando representar essas mudanças.

Por mais que os algoritmos dos buscadores da *web* se atualizem conforme as demandas de busca de seus usuários, a classificação por meio de SOC ainda é mais precisa e eficiente para a ciência, e vou explicar porque acredito nisso.

Além dos algoritmos a intervenção humana e o seu crivo na classificação devem ser considerados, mesmo que também se encontrem passivos de erros e preconceitos. Seguir um conjunto de parâmetros, como os apresentados por Biscalchin (2013) pode reduzir imposições e super posições de informação.

Ao nos concentrarmos em buscadores como o Google corremos o risco de localizarmos informações tendenciosas a uma perspectiva de mundo, ou patrocinadas por um grupo, não sendo muitas vezes isentas de patrocínios, visões unidirecionais e por vezes preconceituosas e/ou excludentes. Se realizarmos no Google uma busca de imagens com o termo "mulher bonita", teremos como retorno o esteriótipo da mulher branca e ocidental como padrão de beleza. Esse estereótipo, que é de um grupo social, não necessariamente (e com certeza não é) de todos os grupos. Essa exclusão de minorias empobrece pesquisas e direciona resultados.

Hjørland (2002:310-311) afirma que

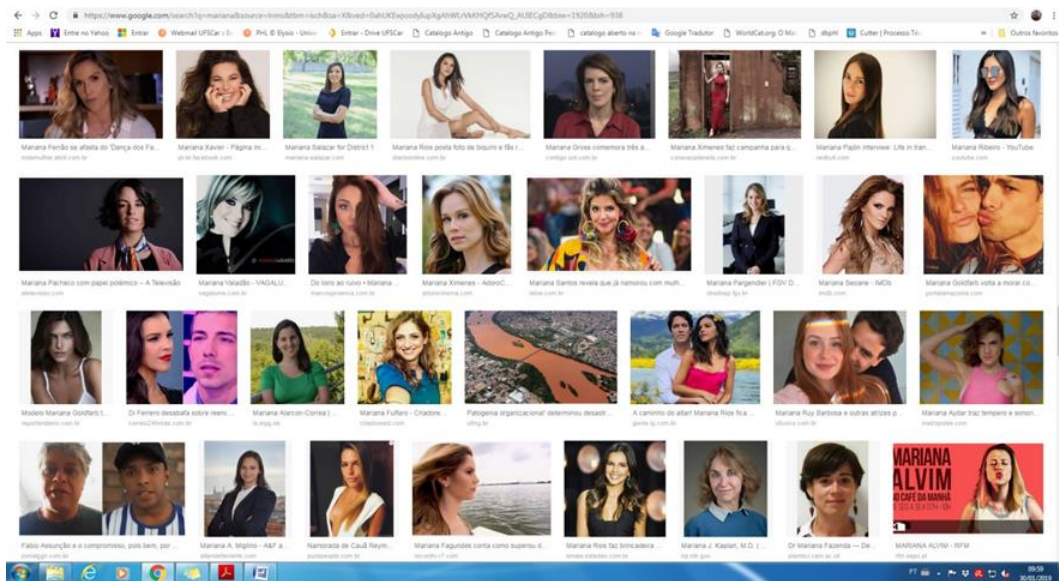
If classifications are to be relevant, they must consider and negotiate between different views and interests. In order to support these given views, classifications must enable IR according to the relevance criteria associated with them. To classify should be to make relevant distinctions in relation to the goals of the system, and therefore implies a consideration and negotiation of different views and interests. Google and other similar IR systems are certainly impressive, but how do they classify and prioritize the relevant information? We tend to think of such systems as neutral and objective tools, but they cannot be.

A ética deve ser discutida e no caso desses sistemas não vejo uma discussão ética e muito menos uma neutralidade no modo como a informação é organizada e recuperada.

O sistema é "desenhado" para atender as necessidades e interesses da organização ou do usuário/área de especialidade a qual ele se propõe a atender. Se você buscar imagens de

Mariana no Google - haverá milhares de fotos de mulheres e artistas com esse nome, mas fotos da cidade homônima mesmo após esse novo desastre com a barragem em Brumadinho, só depois de "rolar" muito a tela do navegador, e mesmo assim elas se apresentam em meio a fotos de mulheres.

Fig. 2 – Print da tela de pesquisa realizada no Google com o termo "Mariana" em 30 de janeiro de 2019



Fonte: Google (2019)

Esse exemplo reforça a importância de questionarmos tais sistemas, pois nesse caso os algoritmos não apresentam o assunto principal desse momento, o desastre da Vale na cidade de Brumadinho. Tal assunto é diretamente relacionado ao fato que ocorreu em Mariana, e que assim como esse trouxe grande comoção a nível mundial.

Mesmo buscando por Brumadinho, o sistema quando se busca por Mariana, continua com as fotos das mulheres, o que demonstra que os algoritmos não acompanham o interesse de pesquisa do usuário.

Um SOC que siga parâmetros para a representação da informação, com políticas bem definidas se torna sem dúvida potencializador na disseminação da informação para a sociedade.

3. Considerações finais

A CI e os SOC se encontram mediante uma oportunidade desafiadora e única. A busca por informação e a geração de novos conhecimentos nunca foram tão intensas e rápidas como na atualidade.

Os buscadores da *web* trouxeram uma grande contribuição para a busca de informações no meio digital. Porém, estão imersos em visões de grandes corporações e limitados a estereótipos por vezes preconceituosos. Tais sistemas ainda carecem de competências que podem ser encontradas em SOC que sigam parâmetros de construção que busquem conhecer seus usuários e sua realidade sócio-histórica-cultural.

Políticas de atualização e recolha terminológica são também pilares na construção desses sistemas, assim como também a ética. Se a CI avançar por esse caminho na construção de SOC, conseguirá colaborar de maneira significativa para o avanço da ciência em nível global.

Referências bibliográficas

BISCALCHIN, R.

2013 *Construção de vocabulário controlado multilíngue: um estudo de possibilidades no contexto da garantia cultural e pela perspectiva da Terminologia*. [Em linha]. 2013. [Consult. 4 fev. 2019].

Dissertação de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade - Universidade Federal de São Carlos. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1107/4969.pdf?sequence=1>.

HJØRLAND, B.

2012 Is classification necessary after Google? *Journal of Documentation*. [Em linha]. 68:3 (2012) 299-317. [Consult. 12 jan. 2019]. Disponível em:

<https://doi.org/10.1108/00220411211225557>.

HODGE, G.

2000 *Systems of Knowledge Organization for digital libraries: beyond traditional authority files*. [Em linha]. Washington, DC: Council on Library and Information Resources, 2000. [Consult. 4 jan. 2019]. Disponível em:

www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.html.

LARSON, R. R.

1991 The Decline of subject searching: long-term trends and patterns of index use in an online catalog. *Journal of the American Society for Information Science*. 42:3 (1991) 197-215.

MOREIRA, W.

2018 *Sistemas de organização do conhecimento: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos*. 2018.

Tese de Livre Docência em Sistemas de Organização do Conhecimento – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

VILLEN-RUEDA, L.; SENSO, J. A.; MOYA-ANEGON, F.

2007 The use of OPAC in a large academic library: a transactional log analysis study of subject searching. *The Journal of Academic Librarianship*. 33:3 (2007) 327-337.

Ricardo Biscalchin | ricardo_biscalchin@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) / Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

Resumo: Aborda o uso de mídias sociais como ferramenta para apoiar o ensino de Biblioteconomia e a difusão da informação para estudantes e bibliotecários, considerando os benefícios destes recursos no ensino superior e as demandas para interação e compartilhamento de informação. Mostra três blogues sobre construção de linguagem documentária, linguística documentária e indexação, e um microblogue sobre indexação e linguagem documentária, ferramentas e mídias sociais em temas de disciplinas na área de Organização do Conhecimento. Considerou-se a premissa que estudantes nativos digitais têm aprendizagem facilitada pela utilização dos ambientes de compartilhamento com que os estudantes estão acostumados. Apresenta pesquisa bibliográfica realizada, o acesso a estas mídias sociais, incluindo a definição de diretrizes de conteúdo e análise temática dos compartilhamentos. A pesquisa na literatura sobre o uso das ferramentas no ensino superior buscou identificar formas de melhorar a experiência dos alunos e oferecer subsídios para ampliar a participação dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino em Biblioteconomia; Mídias Sociais; Organização do Conhecimento; Participação de estudantes

Abstract: This paper analyzes the use of blogs and microblogs as a tool to support Library Science teaching and information dissemination towards students and librarians, considering the benefits of these resources in higher education and demands for interaction and information sharing. It shows three blogs on indexing language construction, documentary linguistics and indexing, and a microblog on indexing and indexing language, social media in topics of courses in Knowledge Organization field. It was considered the premise that native digital students have an easier learning due to the use of the sharing environments they are used to. It is presented bibliographic research, access to these social media, including the definition of content guidelines and thematic analysis of the shares. Research in the literature on the use of these tools in higher education sought to identify ways to improve the students' experience and to offer subsidies to increase students' participation.

Keywords: Library Science teaching; Social Media; Knowledge Organization; Students participation

1. Introdução

Os blogues e os microblogues como o *Twitter* são recursos de mídias sociais que podem ser utilizados para compartilhar conhecimentos em diversas modalidades de ensino como cursos de curta ou longa duração, cursos *online*, cursos presenciais ou híbridos que misturam elementos de aula presencial com recursos educacionais *online* nos ambientes virtuais de aprendizagem. Estas mídias, quando utilizadas no apoio ao ensino superior, devem ser analisadas considerando a diversidade das aplicações, os formatos de uso, as facilidades e as possíveis barreiras técnicas.

Esta pesquisa foi realizada em parte pelo projeto intitulado “Ensino em Organização e Representação do Conhecimento: questões teóricas e recursos de Ambiente Virtual de Aprendizagem e *Web*”. A partir da hipótese de que os conteúdos apresentados em blogues e em microblogues como o *Twitter* podem colaborar no ensino de disciplinas da área de Organização do Conhecimento e que as ferramentas sociais podem ser mais aproveitadas

na aprendizagem dos alunos, realizou-se a análise da literatura sobre mídias sociais no ensino e as demais atividades do projeto.

Este artigo apresenta a pesquisa teórica sobre uso de blogues e microblogues no ensino superior em geral e na área de Ciência da Informação e a seguir apresenta três blogues e o Twitter @indexlds desenvolvidos para apoio às disciplinas sobre Organização do Conhecimento como recursos didáticos digitais. Também analisa os acessos, e a experiência com a participação dos alunos nos blogues durante o projeto, bem como mostra uma análise temática realizada no @indexlds.

A princípio, as postagens nos blogues e os *tweets* ou *retweets* eram focados nas atividades e matérias de aula, mas com o tempo percebeu-se que temas envolvendo organização da informação, tecnologia da informação para fins de representação, organização para mediação da informação, cultura e arte em bibliotecas, arquivos e museus, e a informação em ambientes digitais permitiam acesso a conteúdos e informação para convergência da teoria da sala de aula com a prática profissional.

A pesquisa bibliográfica sobre o uso de blogues e do Twitter com ênfase no ensino superior e nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação foi realizada na base de dados internacional LISA e na base nacional BRAPCI, ambas especializadas na área.

O acesso aos blogues (Indexação e Resumos, Linguística e Documentação e Elab.LD) foi estudado a partir da ferramenta de análise disponibilizada no Blogger que é um serviço do Google para edição e gerenciamento de blogues.

A análise do Twitter @indexlds foi feita por estudo exploratório no conjunto de dados coletado na linha do tempo com todos os *tweets* a partir de 2010, data de início do uso da ferramenta para atividades didáticas com a criação desse usuário.

Este microblogue foi mapeado através do serviço de arquivamento da Twimemachine.com, metodologia utilizada para análise de mineração de textos de *tweets* de bibliotecas acadêmicas por Al-Daihani e Abrahams (2016). O serviço possibilitou a visualização dos *tweets* na tela do navegador, que foram copiados com o NVcapture, um *plugin* de captura de tela do programa NVivo que permite para realizar análise qualitativa de dados, de documentos e de informações da Internet. Os dados foram gravados em arquivo pelo NVcapture com nós temáticos selecionados dos próprios *tweets* e previamente selecionados, incluindo os assuntos de cobertura e as instituições originadoras dos *retweets* que se destacavam mais. Os arquivos gerados por nó de assunto e por nó de instituição foram carregados no NVivo e analisados por clusters ou aglomerados, técnica de mineração de dados multivariados que permite agrupar os casos apresentados em grupos definidos.

2. As mídias sociais no ensino superior

Segundo pesquisa bibliográfica realizada, Feliz, Ricoy e Feliz (2013) consideraram a importância das aplicações Web 2.0 que estimulam milhões de pessoas no mundo e salientam que as mídias sociais atraem a atenção de usuários de diferentes países, idades e classes sociais inclusive dos estudantes.

Agosto, Copeland e Zach (2013) testaram os benefícios potenciais do uso de blogues na interação de alunos de um curso na área de Ciência da Informação para aumentar a colaboração, o compartilhamento de conhecimento e a organização dos alunos como grupo, com bons resultados quando o comportamento de professores e alunos mostrou-se participativo e colaborativo favorecendo a superação de barreiras técnicas que foram identificadas em relação ao uso da tecnologia.

Os estudantes universitários pertencem a uma geração que cresceu exposta a diversos tipos de tecnologias durante suas vidas, sendo que em um dia típico utilizam computadores, redes sociais online, celulares, mensagens de textos, áudio, vídeo, Twitter, *wikis*, blogues, ambientes virtuais de aprendizagem e muitos outros. Devido ao uso extensivo, a forma como os estudantes integram estes instrumentos a suas vidas tem sido foco de muitas pesquisas. Estes estudantes que já estão familiarizados com a segunda geração de tecnologias de informação na configuração da Web 2.0, têm a oportunidade de localizar, acessar informação, e produzir conteúdos em diversos formatos e aplicativos (CASSIDY *et al.*, 2011).

As pesquisas sobre o uso de blogues para apoiar o ensino superior analisam a facilitação nos processos de aprendizagem, o aumento da interação e do controle do aluno sobre estes processos (AGOSTO, COPELAND e ZACH, 2013). No entanto, estas aplicações, segundo Feliz, Ricoy e Feliz (2013) estão sendo usadas de forma tímida no campo educacional, considerando que muitos professores têm dificuldade de integrar estes recursos em suas práticas de ensino.

As mídias sociais, para os autores citados, são estimuladas para a comunicação diária, mas limitadas ao lazer e entretenimento, não estando ainda totalmente estabelecidas como um ambiente didático para a aprendizagem. Porém, na premissa deste artigo, acreditamos que a familiaridade dos estudantes com estas ferramentas no dia-a-dia pode tornar a aprendizagem mais agradável e eficiente quando aplicada de forma adequada, permitindo em diversos cursos, entre eles, em Biblioteconomia, para o ensino da Organização do Conhecimento, permitindo a ressignificação de conteúdos e práticas.

Wright (2008) lembra que o blogue, além de mídia, é também um estilo de conteúdo, e como os primeiros blogues foram construídos para comunicação pessoal tendo como características a honestidade e a autoridade, o autor defende que estes princípios persistem na ferramenta, o que a torna mais próxima ao estudante.

A colaboração nessas mídias em apoio ao ensino só ocorre com a participação e a interação das atitudes dos alunos e dos professores, de forma que o uso da tecnologia social não garante por si só a colaboração. Além da apropriação pelo grupo de estudantes das tecnologias selecionadas, estas devem ser integradas ao ambiente de ensino, seja um ambiente online, presencial, ou híbrido, de maneira que os alunos possam participar dos resultados de aprendizagem e, além disso, os critérios para seleção de tecnologias devem considerar que o ambiente proporcione colaboração, forte apoio da presença social, melhora nas curvas de aprendizagem, e facilidade na interação do aluno com a mídia e com o curso (AGOSTO, COPELAND e ZACH, 2013).

Para Bledsoe, Harmeyer e Wu (2014), existem inúmeras vantagens para a utilização do Twitter e suas *hashtags*, que são os marcadores temáticos da ferramenta, entre essas vantagens está o emprego como recursos pedagógicos no ensino, que trazem, ao mesmo

tempo, resultados significativos e relevantes para a aprendizagem dos alunos. Apesar das restrições inerentes ao número de caracteres por *tweet* (140), as possibilidades de aprendizagem acadêmica e comunicação via Twitter são ilimitadas.

Para esses autores, mais pesquisas são necessárias, a fim de explorar as formas com que esta ferramenta de mídia social pode ser utilizada de forma eficaz para criar um ambiente que conduza para a aprendizagem. Além disso, recomendam mais estudos sobre o valor dos marcadores temáticos na promoção do envolvimento dos alunos. Também reforçam que estudos específicos podem trazer novas análises sobre o Twitter no ensino, com novos designs de programas para ampliar o alcance de práticas no microblogue.

A combinação de tecnologias sociais em uma escala maior para cursos presenciais, especialmente as ferramentas menos familiares para a maioria dos estudantes podem apresentar desvantagens ou problemas de resistência tecnológica, segundo Agosto, Copeland e Zach (2013), que em sua pesquisa lembram que os estudantes tendem a ser mais frequentes em tecnologias já conhecidas e usadas por eles no dia-a-dia, além disso, outro ponto a ser analisado é o nível de exigência e engajamento necessário ao instrutor para sustentar a participação ativa entre os alunos.

No Brasil, a pesquisa sobre o uso destes recursos para ensino e pesquisa de Ciência da Informação pode ser visualizada nos trabalhos realizados por Lopez *et al.* (2011); Freire, Lima e Costa Junior (2012); Freire, Santos e Nascimento (2014).

Reforçando a importância do conhecimento das linguagens das mídias sociais na formação do profissional bibliotecário, Filgo (2011), relata sua experiência em biblioteca acadêmica no apoio ao uso da plataforma por estudantes universitários. Considerando os três aspectos existentes no ensino com blogues e o Twitter na Biblioteconomia, ou seja, estas ferramentas são, ao mesmo tempo, recursos para compartilhamento de aprendizagem como linguagem; recursos informacionais para a formação e atualização profissional; e recursos para gerar informações na biblioteca, estas plataformas, assim como outras de mídias sociais, devem fazer parte dos recursos didáticos e tecnológicos do curso.

3. Twitter e Educação

Na revisão de estudos entre 2007 a 2012 sobre o Twitter realizada por Alias *et al.* (2013), foi identificado que o uso do Twitter na educação cresceu como tentativa para mudar o ensino tradicional, não mais restrito ao espaço da sala de aula, proporcionando forma diferenciada de comunicação através da web colaborativa e de um microblogue que pode permitir mais oportunidades de independência dos alunos em seus estudos e na pesquisa. Apesar de ser considerada a segunda plataforma de mídia social mais popular do mundo apresenta, segundo o estudo citado, como pontos positivos: as mensagens curtas de 140 caracteres, estrutura de rede simples com opção de mensagens públicas e visíveis para todos os usuários ou mensagens privadas e visíveis apenas para os chamados "seguidores" e com recursos de marcador de conteúdo, o #hashtag, e de respostas ou @replies.

Para Alves (2011), a referência ao Twitter como microblogue limita as potencialidades da ferramenta, que tem sido utilizada de forma bem mais ampla com foco no envio de informações e conversação, características que identificamos como fundamentais para o uso da ferramenta no ensino superior. Ainda segundo o esse autor, muitos usuários do

Twitter, e completamos aqui, usuários institucionais também, investem seus esforços na divulgação de informações para seus seguidores através de publicações que incluem fotos, vídeos e hiperlinks, que já apresentam uma seleção prévia de conteúdo.

Portanto, as informações de links já vêm com o crivo de quem o está indicando, a partir de um discernimento contextualizado, considerando-se o prévio desenvolvimento da competência informacional para esta atividade. As mensagens são provenientes de pessoas de determinadas áreas de interesse do usuário que construíram confiabilidade ao longo das relações no próprio Twitter, resultando na adesão de seguidores.

Segundo Alias *et al.* (2013), o benefício do Twitter na educação aplica-se a alunos e educadores, sendo que os estudos realizados quando o Twitter começou a ser usado na sala de aula, tinham foco nas práticas online dos alunos. Após esta primeira fase, os estudos relacionaram as mídias sociais com o desempenho e os resultados dos alunos.

Na sequência, após estudar o Twitter na educação em geral; os estudos concentraram-se no uso e benefício para assuntos específicos com destaque para a aprendizagem de línguas, competência comunicativa e cultural, mas em 2012, segundo os autores citados, o uso do Twitter era considerado como opção para ensino e aprendizagem e deveria ser incentivado.

Em 2016, Knight e Kaye, no Reino Unido, reiteraram com seu estudo que o surgimento das mídias sociais como canal de comunicação e colaboração trouxe para os educadores uma nova ferramenta pedagógica no ensino superior e para os estudantes a possibilidade de uma melhor experiência de aprendizagem.

De forma semelhante, Garcia e Benito (2015), em experiência educativa sobre o Twitter com professores, reforçam que as mídias sociais, cada vez mais presentes na educação podem contribuir no desenvolvimento de competências relacionadas à comunicação, à informação, ao tratamento digital, e como instrumento de formação permanente.

Devemos considerar também na área da Ciência da Informação, a importância desta plataforma na formação e educação continuada do profissional, lembrando que a Biblioteconomia exige competência em comunicação e informação, em tecnologia e no tratamento da informação digital.

Garcia e Benito (2015) lembram que na introdução de uma ferramenta tecnológica deve-se observar a satisfação dos alunos com o recurso para influenciar de forma positiva o processo de ensino-aprendizagem, e no caso do Twitter, a relação cotidiana do jovem com as mídias sociais facilita a aceitação, embora seja necessário mostrar que esta relação deixa de ser de lazer e passa a um contexto educacional do ensino superior, fomentando o compromisso dos estudantes e um sentido de comunidade que vai além, permitindo o intercâmbio de ideias, incrementando o grau de compromisso com a formação e potencializando a aprendizagem informal, aspecto que os autores consideram importantes para a aprendizagem ao longo da vida.

Bledsoe, Harmeyer e Wu (2014), entrevistaram estudantes sobre suas experiências de comunicação nesse ambiente colaborativo e obtiveram comentários positivos sobre: o potencial de aprendizagem; as oportunidades de construção de uma comunidade; o estabelecimento de conexões entre fontes de informação, além de enfatizar os benefícios do aprendizado compartilhado nas redes sociais que permitem ao grupo relacionar-se

melhor dentro e fora da classe. Por sua vez, as críticas dos alunos incluíram o limite de 140 caracteres e o recebimento de informação não essencial, mas concordaram que ser parte de um grupo ajudou na aprendizagem.

O estudo também abordou implicações para os educadores relacionadas à valorização do Twitter pelos estudantes para ensino, o envolvimento deles e a aprendizagem. Os autores apresentaram como recomendações: educar os alunos sobre o uso dos marcadores temáticos e a criação de marcadores únicos para desenvolver assuntos específicos; investir tempo suficiente para que os alunos aprendam a linguagem do Twitter; complementar a discussão de classe e a comunicação entre alunos e professor para incentivar a participação; criar consciência entre os alunos sobre a necessidade de selecionar informações; mostrar os prós e os contras dos 140 caracteres; incentivar os alunos a postar uma gama diversificada de tópicos; avisar os alunos para não aceitar todos os *tweets* como fatos; encorajar a pesquisa para verificar a precisão das informações.

Estudo realizado por Chawinga (2017) com alunos do curso de Biblioteconomia da Universidade de Mzuzu na África confirmou a literatura existente e preencheu algumas lacunas no uso prático da plataforma na sala de aula universitária. Mostrou que os alunos estão prontos e entusiasmados para usar as mídias sociais em suas atividades educacionais, respondendo bem à prática dessas tecnologias na medida em que são introduzidas, não mais correspondendo a uma entrega unidirecional de ensino, mas que permite interação, aumentando a eficácia educacional nessa mistura com as mídias sociais.

No entanto, segundo o autor, para obter o melhor do uso de mídia social em um ambiente de sala de aula, não se deve usá-la aleatoriamente e recomenda, a partir de seus achados, a garantia do acesso à Internet na universidade, a disponibilização de computadores ou notebooks para os alunos, o incentivo ao uso de *smartphones* e a parceria com a biblioteca universitária, além do estabelecimento, com bastante antecedência, de diretrizes para o bom aproveitamento do curso.

No Brasil, Oliveira e Dutra (2014) realizaram pesquisa para identificar e descrever o uso das ferramentas da Web 2.0 por estudantes da área de Ciência da Informação nos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina e obtiveram como resultados: os alunos utilizavam as ferramentas colaborativas para informação e comunicação pessoais, profissionais e acadêmicas, porém o compartilhamento de informações científico-acadêmicas e a participação dos alunos em debates e discussões mostraram-se pequenos.

No entanto, na pergunta quanto aos assuntos de interesse dos respondentes houve procura pela Ciência da Informação e tecnologia, confirmando potencial de disseminação de conhecimentos acadêmicos. E em relação ao Twitter, utilizavam a ferramenta predominantemente para atualização.

O estudo mostrou a necessidade de estímulo à colaboração e participação dos estudantes em grupos de discussão e fóruns da área e incentivo ao uso das ferramentas voltadas para comunicação científica. Observou-se o potencial de troca de informações através dessas tecnologias e no caso dos bibliotecários, não apenas na utilização adequada destas tecnologias para a informação, mas como educadores e motivadores das trocas informacionais para o desenvolvimento de competências de seus usuários.

Também Araújo (2013a:131) realizou experimento de uso do Twitter com alunos de curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas baseado na premissa de que “a melhor maneira de familiarizar os bibliotecários com a “Biblioteca 2.0” é explorando os recursos da Internet e da Web 2.0 com foco no aprendizado constante a partir da vivência diária”. Revisou aspectos que envolvem o ensino de tecnologias e mídias sociais nos cursos de Biblioteconomia brasileiros, identificando que esses recursos tendem a gerar mudança no foco da mediação do professor em sala de aula.

O autor utilizou o método “netnográfico” para pesquisa com a comunidade, a coleta de dados e a análise dos resultados, com monitoramentos através dos marcadores e buscas manuais na plataforma, concluindo pela prática pedagógica interativa com implicações na reconfiguração dos papéis e nos percursos individuais e coletivos de aprendizagem, e sugere pensar os recursos da Web 2.0 não mais como ferramentas, mas como uma linguagem para o ensino. Na continuação do estudo, Araújo (2013b), apresentou também a percepção dos alunos e as vantagens para disseminação e compartilhamento da informação.

Desta forma, a ferramenta possui características midiáticas que permitem seu uso para o ensino e precisa ser analisada visando aproveitamento eficiente dos recursos disponíveis.

4. Resultados

Na análise realizada nesta pesquisa, verifica-se que o blogue “Elab.LD”, sobre elaboração e gestão de linguagens documentárias, é o mais acessado entre os três utilizados (com 93.879 acessos desde 2010, dados de 2019), “Linguística e Documentação” (com 11.224 acessos) e o “Indexação e Resumos” (com 10.897). Estes blogues foram criados para facilitar o acesso a documentos utilizados em disciplinas da área de Organização do Conhecimento e para divulgar informações sobre a temática para estudantes e profissionais.

As análises estatísticas desses blogues utilizando os recursos do Blogger (plataforma em que foram criados) indicaram predominância de acessos no Brasil em todos eles, mas também com acessos em Portugal, Angola e Moçambique, e em outros países como Estados Unidos, França, Rússia e Alemanha. É importante reforçar que estes blogues trazem informações apenas em língua portuguesa, devido ao seu escopo didático, o que pode explicar por que a maior parte desses acessos ocorra no Brasil.

Verificou-se também pequena interação através de comentários, que ocorreram nos posts mais acessados, com predominância nos temas e materiais voltados para informações relacionadas ao ensino, temas de aula e eventos.

No projeto desenvolvido em 2015-2016 com alunos da Graduação e intitulado “Ensino em Organização e Representação do Conhecimento: questões teóricas e recursos de Ambiente Virtual de Aprendizagem e Web” foram pesquisadas as formas de identificação de notícias de interesse para blogues, melhoria de *layout*, estratégias de *marketing* para aumentar acessos, possibilidades de integração com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem utilizados nas disciplinas, e participação mais ativa dos alunos (SANTOS, 2015; SANTOS, 2016).

A equipe de bolsistas era composta por alunos da área de Comunicação e Biblioteconomia para integrar conhecimentos de divulgação com conhecimentos específicos em Ciência da Informação. O blog selecionado para participação dos alunos na gestão de conteúdo foi o Elab.LD, por ter o maior número de acessos. Foram definidas, com apoio dos alunos de Comunicação, diretrizes para postagem como: título objetivo e direto, temas relacionados à área de Organização do conhecimento, inclusão de informação sobre cursos e congressos pertinentes ao tema.

Foi observada a dificuldade dos alunos na identificação de informações sobre o tema na *web*, o que sugere a necessidade de explicitação da abrangência da área nas diretrizes desenvolvidas para publicação dos blogues, bem como, a possibilidade de continuidade da pesquisa para caracterizar melhor a informação a ser pesquisada e disponibilizada. A identificação de artigos que possam ser divulgados exigiu pesquisa detalhada já que não existe no Brasil, revista especializada sobre o tema. E embora exista revista da área no exterior, a questão de domínio do idioma estrangeiro para a criação de posts mostrou-se como limitação para os alunos.

No que se refere à pesquisa com o Twitter @indexlds criado em 2010, identificou-se que o mesmo segue instituições nacionais e internacionais de cultura e arte, bibliotecas digitais e outras, traz informações para formação e educação continuada do bibliotecário em português e inglês, tendo 58 seguidores, alunos, ex-alunos, profissionais e instituições no Brasil e no Exterior, segue 155 outros Twitter e apresenta 2.187 *tweets* em dados pesquisado em 2018.

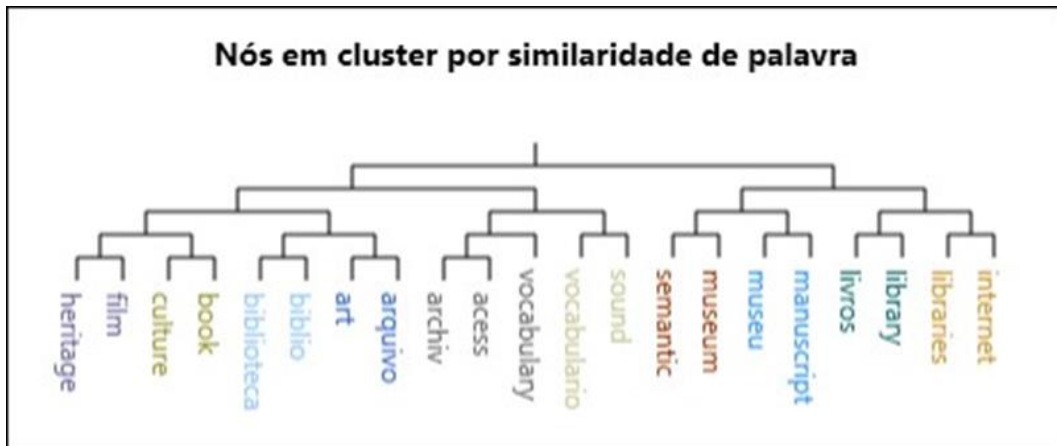
A análise estatística feita pela função no perfil do Twitter indicou 117 impressões orgânicas em 91 dias em março de 2016 e 70 impressões com 30 visitas em 28 dias em maio de 2017, indicando um aumento proporcional de acesso durante a vigência do projeto. No segundo semestre de 2017, o mês de outubro teve o maior número de visitas ao perfil, 70 visitas com 16 impressões. As mudanças na forma como a ferramenta apresentou seus dados estatísticos no período, tornaram mais difícil a análise dos dados ao longo do tempo.

Para a análise temática foram pesquisados, na linha do tempo do @indexld, 1279 *tweets* e *retweets* em março de 2017 através da codificação de nós no NVivo, que indicou, elementos de *cluster* (aglomerado) com padrões parecidos para análise por similaridade de codificação e por similaridade de palavras.

A partir dos grafos resultantes observou-se a proximidade ou distância de similaridade de palavras, permitindo a visualização das características dos grupos. O dendograma (Fig. 1) gerado pela proximidade das palavras (originalmente em inglês devido à predominância deste idioma nos *tweets* analisados) permitiu relacionar por pares temáticos: biblioteca e livros, biblioteca e internet, mapas e manuscritos (*tweets* sobre a digitalização de mapas antigos pela Biblioteca do Congresso Americano), acesso e arquivo, arquivo e arte, livros e cultura, filmes e herança cultural.

Desta forma, o grafo da Fig. 1, permite compreender a temática divulgada pelos *tweets* e *retweets* do usuário @indexlds.

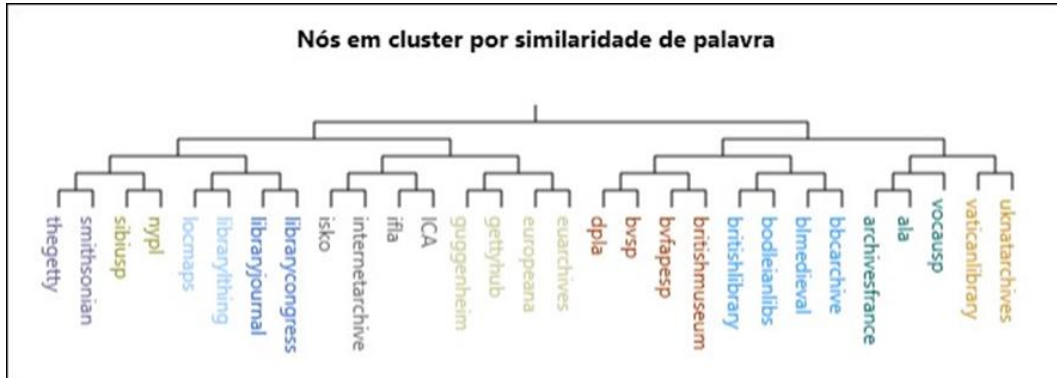
Fig. 1 – Dendograma dos temas do Twitter @indexlds



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à análise das instituições seguidas pelo @indexlds e que tiveram *retweets* realizados (Fig. 2), foram mapeadas importantes organizações ligadas à área da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e da Arquivologia.

Fig. 2 – Dendograma das instituições do Twitter @indexlds.



Fonte: Elaborado pela autora

A identificação de instituições internacionais como: os Arquivos Nacionais do Reino Unido, a Biblioteca do Vaticano, o Arquivo Nacional da França, a Biblioteca Bodleiana, a Biblioteca e o Museu britânicos, a Biblioteca Pública Digital da América, a Biblioteca do Congresso Americano, a Biblioteca Pública de Nova York e, no Brasil, o Sistema de Bibliotecas da USP, a Biblioteca Virtual da FAPESP e a Biblioteca Virtual de São Paulo permitiu visualizar tendências de divulgação. Permitiu também, a observação de que as instituições relacionadas no grafo se destacaram entre as instituições seguidas e apresentaram forte adesão à divulgação na plataforma.

5. Considerações finais

A literatura sobre blogues e Twitter e o uso das mídias sociais para atividades do ensino superior foi significativa e mostrou a realização de estudos no Brasil e no exterior a respeito deste tema. As análises estatísticas e temáticas realizadas na pesquisa permitiram identificar pontos para melhoria de interação com os alunos e demais usuários bem como a necessidade de compartilhamento das informações entre as mídias.

Em relação à literatura da área, observou-se que existe um espaço a ser conquistado para o uso dessas ferramentas no ensino superior em nível internacional, bem como no Brasil e principalmente na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação que pode utilizar essas plataformas como instrumentos de ensino e como recurso para divulgação de atividades que são realizadas pelos profissionais nas bibliotecas, centros de documentação, arquivos e museus.

As plataformas colaborativas como blogues e Twitter podem, em relação ao ensino superior: aumentar as oportunidades de independência dos estudantes no aprendizado, expandir a sala de aula e as áreas de interesse e pesquisa dos alunos, atuar como canal de comunicação entre educadores e estudantes, desenvolver competências relacionadas à comunicação e divulgação, colaborar para a educação continuada.

Estudos que realizaram pesquisas com alunos obtiveram observações positivas sobre a ferramenta e as oportunidades de estabelecimento de conexões, porém estes mesmos estudos apresentam algumas críticas quanto: a limitação de caracteres no caso do Twitter, excesso de informação e dificuldade de acesso à internet e/ou a computadores em alguns países. É importante observar que em países como o Brasil, nas universidades públicas e privadas, os alunos, quando têm *smartphones* para uso dos aplicativos do Twitter e do Blogger, por exemplo, dependem de acesso à *wi-fi* gratuita, bem como de computadores com acesso à Internet nos *campi* universitários e nas salas de aula.

A análise da literatura e o projeto realizado com a participação de alunos na alimentação de um blogue permitiu identificar recomendações para serem implantadas em atividades de uso dos blogues e Twitter para o ensino, tais como: mostrar aos alunos o uso dos marcadores de conteúdo (*hashtags*), para identificação de assunto de postagem e, no caso da Organização do Conhecimento, esses marcadores também são objetos de ensino, *tags* e *hashtags* representam a indexação dos posts destas mídias, as metodologias ensinadas na sala de aula se aplicam ao ambiente digital.

Outras considerações importantes relacionam-se a criação de marcadores de conteúdo únicos para determinados assuntos com objetivo de aumentar a interação, bem como investir tempo para aprendizagem da ferramenta visando os objetivos da sala de aula, além de incentivar a seleção de informações e a postagem pelos alunos.

As análises de *cluster* realizadas no Twitter @indexlds permitiram observar que os temas abordados inserem-se em informação, cultura, arte, e também identificar importantes instituições ligadas a área no contexto de bibliotecas, museus e arquivos, o que permitirá direcionar melhor os assuntos que podem ser desenvolvidos com os alunos através da ferramenta.

Referências bibliográficas**AGOSTO, D.; COPELAND, A.; ZACH, L.**

2013 Testing the benefits of blended education: using social technology to foster collaboration and knowledge sharing in face-to-face LIS courses. *Journal of Education for Library & Information Science*. 54:1 (2013) 94-107.

AL-DAIHANI, S.; ABRAHAMS, A.

2016 A Text mining analysis of academic libraries' tweets. *Journal of Academic Librarianship*. [Em linha]. 42:2 (2016) 135-143. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2015.12.014>.

ALIAS, N. [et al.]

2013 Research trends and issues in the studies of Twitter: a content analysis of publications in selected journals: 2007-2012. In INTERNATIONAL EDUCATIONAL TECHNOLOGY CONFERENCE, 13th, Kuala Lumpur, 2013 – *Proceedings*. Ed. by Aytekin Isman, Saedah Siraj, Mubin Kiyici. [S. l. : Elsevier], 2013, p. 773-780.

ALVES, C. D.

2011 Informação na twitosfera. *Revista digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*. [Em linha]. 9: 1 (2011) 92-105. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1921>.

ARAÚJO, R. F.

2013a A Prática pedagógica no ensino de Biblioteconomia: interação e colaboração no contexto da web 2.0. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 18:36 (2013). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p129>.

ARAÚJO, R. F.

2013b Recursos da web 2.0 e suas contribuições na prática pedagógica do ensino de Biblioteconomia. *InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação*. [Em linha]. 4:1 (2013). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59107>.

BLEDSON, T. S.; HARMMEYER, D.; WU, S. F.

2014 Utilizing Twitter and #hashtags toward enhancing student learning in an online course environment. *International Journal of Distance Education Technologies*. 12:3 (2014) 75-83.

CASSIDY, E. D. [et al.]

2011 Higher education and emerging technologies: student usage, preferences and lessons for library services. *Reference & User Services Quarterly*. 50:4 (2011) 380-391.

CHAWINGA, W.

2017 Taking social media to a university classroom: teaching and learning using Twitter and blogues. *International Journal of Educational Technology in Higher Education*. 14 (2017).

FELIZ, T.; RICOY, C.; FELIZ, S.

2013 Analysis of the use of Twitter as a learning strategy in master's studies. *Open Learning*. 28:3 (2013) 201-215.

FILGO, E. H.

2011 #Hashtag librarian: embedding myself into a class via Twitter and blogues. *Computers in Libraries*. 31:6 (2011) 78-80.

FREIRE, I. M.; LIMA, A. P. L.; COSTA JUNIOR, M. P.

2012 Mídias sociais na web: de olho na CI para capacitação acadêmica e profissional. *Biblionline*. [Em linha]. 8: special ed. (2012) 175-184. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/14202>.

FREIRE, I. M.; SANTOS, R. N. R.; NASCIMENTO, B. O. N.

2014 Gestão da informação no Blog De Olho Na CI. *Informação & Informação*. [Em linha]. 19:1 (2014) 95-111. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15689>.

GARCIA, V. ; BENITO, V.

2015 Aprender a usar Twitter e usar Twitter para aprender. *Profesorado: revista de uurriculum y formación de profesorado*. [Em linha]. 19:1 (2015) 364-378. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/profesorado/article/view/41046>.

KNIGHT, C.; KAYE, L.

2016 'To tweet or not to tweet?': a comparison of academics' and students' usage of Twitter in academic contexts. *Innovations in Education and Teaching International*. 53:2 (2016) 145-155.

LOPEZ, A. P. A. [et al.]

2011 Blogs como ferramenta de ensino-aprendizagem de diplomática e tipologia documental: uma estratégia didática para construção de conhecimento. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. [Em linha]. 1:nº esp. (2011). Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/10790>.

OLIVEIRA, E. B.; DUTRA, M. L.

2014 Um Levantamento sobre do uso de ferramentas da web 2.0 entre os estudantes da Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 19:39 (2014). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n39p153>.

SANTOS, C. A. C. M.

2016 Blogs e microblog para ensino e difusão em Organização e Representação do Conhecimento. In CONGRESSO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2º, Piracicaba, 2016 – *Anais*. [Em linha]. São Paulo : Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo, 2016, p. 77-79. Disponível em: http://www.prg.usp.br/wp-content/uploads/anais_congresso_graduacao_usp_2016_v3.pdf.

SANTOS, C. A. C. M.

2015 Ensino em Organização e Representação do Conhecimento: questões teóricas e recursos de ambiente virtual de aprendizagem e *web*: [projeto de pesquisa]. São Paulo, 2015. 11 p.

Resumo: Bibliotecários, arquivistas, museólogos, restauradores e outros têm papel decisivo na concretização de estudos de arqueologia das mídias. Esse campo do saber, bastante difundido na Europa, não se faz muito presente em investigações científicas brasileiras. Tendo duas obras – Thomas Elsaesser e Marey & Muybridge – recentemente publicadas no Brasil como ponto de partida, elabora-se breve análise da arqueologia das mídias, como uma atividade que realiza investigações nas camadas que constituem a história das mídias sob uma perspectiva pragmática, e sobre o Cinema, enquanto inovação tecnológica e fenômeno sociocultural, como matriz e presença ubíqua nos modos contemporâneos de comunicação. Comenta-se breve histórico da Cinemateca Brasileira e o papel das instituições de guarda e preservação de filmes em âmbito mundial. Analisa-se a atuação e o papel dos ‘profissionais da memória’ nos estudos mais abrangentes no campo da Comunicação sob a ótica da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Arqueologia das mídias; Ciência da Informação; Cinema; Comunicação

Abstract: Librarians, archivists, museologists, curators play a decisive role in the realization of archaeology studies of the media. This field of knowledge, widely diffused in Europe, is little known in Brazilian scientific research. Based on two literary works – Thomas Elsaesser and Marey & Muybridge – recently published in Brazil it is presented a brief analysis of the archaeology of the media as an activity that carries out research in the layers that constitute the history of the media from a pragmatic perspective, and about Cinema as a technological innovation and sociocultural phenomenon, as the matrix as well as ubiquitous presence in the contemporary ways of communication. A brief history of the Brazilian film library and the role of the worldwide institutions of guard and preservation of films is mentioned. Yet, it is done an analysis of the activity and role of ‘memory professionals’ in the most comprehensive studies in the field of Communication, from the point of view of Information Science.

Keywords: Archeology of the media; Information Science; Cinema; Communication

Introdução

Nas décadas de 1970 e 1980, pesquisadores ligados a cursos de cinema europeus e aos *media studies* passaram a questionar certas noções a respeito das primeiras aparições de ‘imagens em movimento’ e dos primeiros equipamentos de projeção, bem como da série de eventos que deram à luz a indústria cinematográfica, da forma como eram retratadas na academia e nas obras historicistas consagradas. Esses pesquisadores acreditaram, à época, que o período entre 1885 e 1906, chamado por alguns de primeiro cinema, caracterizou-se por grandes inovações tecnológicas e descobertas científicas, mas, também, pela atuação pioneira e corajosa de indivíduos cuja genialidade seria indiscutível. Procurando entender o período não como uma forma primitiva, um proto-cinema descartável dentro da história do meio, os pesquisadores se voltaram para antigos acervos de cinematecas, museus, arquivos, bibliotecas e coleções particulares, em busca de maior compreensão dos processos de inventividade técnica e inovação tecnológica, que permitiram o surgimento do complexo universo da atividade cinematográfica como a conhecemos hoje, fundando um campo do saber denominado de arqueologia das mídias.

Primeiros autores, como Gordon Hendricks, que em 1961 publicou uma obra na qual sustenta que Thomas Edison não foi, afinal, o inventor da tela de cinema, mas, na verdade, um escocês chamado William Kennedy Dickson, funcionário de seu laboratório, e Jay Leyda, cineasta e historiador norte americano, que direcionou sua pesquisa ao cinema de seu país, mas também ao russo soviético e ao chinês, além de documentar e estudar coleções particulares como as de Herman Melville e Emily Dickinson, estimularam a pesquisa sistemática em arquivos e documentos de época, bem como a análise cuidadosa e detalhada de cópias remanescentes das primeiras películas e aparatos, ainda disponíveis para exame graças ao investimento público, ou privado, na manutenção de acervos audiovisuais e documentais, e, principalmente, ao trabalho altamente especializado e incansável de museólogos, arquivistas, bibliotecários e restauradores.

Um caso bastante conhecido, mas sempre lembrado, é a chamada *Paper Print Collection*¹ da Biblioteca do Congresso Americano. Entre as décadas de 1950 e 1960, a análise dos primeiros produtos cinematográficos foi impulsionada pelo acesso a um material que não estava disponível antes: visando ao combate de projeções não autorizadas e produção de cópias pirata, Thomas Edison e outras companhias do primeiro cinema, produziram longas tiras de papel, em que cada fotograma fora copiado, registrando esse material como fotografias individuais, já que na época não havia parâmetros e diretrizes de registro, guarda e armazenamento de películas cinematográficas, bem como de proteção aos direitos autorais para esse tipo de produto cultural. A partir do interesse de pesquisadores na coleção, despertado principalmente pelo desaparecimento dos filmes originais, aproximadamente 5.000 rolos de papel foram gradualmente refotografados em celuloide de 16mm pelos profissionais da biblioteca e, no final dos anos 1970, estavam à disposição dos pesquisadores (COSTA, 2004).

Como veremos, essa releitura dos primeiros anos do cinema tomou emprestado teorias, métodos e ferramentas de pesquisa da Arqueologia, assim como o fez Foucault², em seu tratado metodológico e historiográfico *A Arqueologia do saber*, datado de 1969, em que promove a arqueologia, ou o método arqueológico, como forma analítica utilizada por ele para construir trabalhos como *Loucura e Civilização*, e, especialmente, *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, de 1966. Vista como metodologia da pesquisa científica, a arqueologia das mídias tem o potencial de produzir achados revolucionários, uma vez que privilegia o contato com materiais primários, conservados em sua forma e conteúdo em locais e formas inusitadas, desconstruindo a casualidade linear, e favorecendo o questionamento dos pressupostos estabelecidos pela repetição acadêmica de autores consagrados.

Há anos instituída como domínio de pesquisa na Alemanha e Estados Unidos, a partir do trabalho de nomes como Siegfried Zielinski, Friedrich Kittler, Jussi Parikka e o próprio Thomas Elsaesser, a arqueologia das mídias ainda é pouco abordada no ambiente acadêmico brasileiro. Trata-se de uma atividade que realiza investigações nas camadas que constituem a história das mídias, sob uma perspectiva pragmática, que procura desenterrar

¹ Ver detalhamento da coleção e sua interessante história no site da *Library of Congress*: <https://www.loc.gov/search/?in=&q=Paper+print+collection&new=true&st=>

² FOUCAULT, Michel - *A Arqueologia do saber*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/pensarcomvevne/arquivos/FOUCAULT.pdf>.

caminhos secretos, produções olvidadas, fatos e pessoas cujas trajetórias encontram-se sedimentadas e sobrepostas em emaranhados de vias relacionadas, em dobras do tempo e da materialidade, e cujas vidas se encontram suspensas nos mais diferentes museus, arquivos e bibliotecas do mundo.

Este artigo tem a finalidade de comentar a experiência do Cinema como arqueologia das mídias visando a evidenciar sua pertinência e adequação em estudos mais amplos do campo da Comunicação, sublinhando o papel de bibliotecários, museólogos e arquivistas para sua realização, os profissionais ligados à Ciência da Informação que guardam a ‘memória do mundo’³.

Arqueologia das mídias

Embora a arqueologia do cinema não seja uma novidade no meio e tenha sido um tema recorrente na obra de diversos autores, a faísca que acendeu a vontade de investigar o papel de bibliotecários, museólogos e arquivistas nessa experiência, partiu do encontro com dois livros lançados recentemente no Brasil: *Cinema como arqueologia das mídias*, organizado por Adilson Mendes⁴; e *Entre pássaros e cavalos: Marey, Muybridge e o pré-cinema*. O primeiro é constituído de textos anteriores de Thomas Elsaesser⁵, já publicados separadamente; o segundo é a primeira produção literária do pesquisador brasileiro, Raimo Benedetti⁶, que foi desenrolar em museus, arquivos, bibliotecas e coleções particulares na França e Inglaterra, o fio dessa biografia dupla, escrita “em montagem paralela” (Benedetti, 2018:29). Muybridge e Marey nasceram e morreram exatamente no mesmo ano, tiveram trajetórias de vida completamente díspares e só se encontraram na maturidade, mas suas experiências e inovações possibilitaram o casamento entre fotografia e cinema nas décadas que antecederam a 1890.

Para Elsaesser (2018), a ideia de compreender o cinema como arqueologia das mídias tem asseguradas sua pertinência e atualidade no fato de não considerar a singularidade do cinema como forma de arte, nem sua especificidade como meio. Ao contrário, considera passado, presente e futuro do cinema integrados firmemente em outras práticas midiáticas, outras tecnologia e outros usos sociais, tendo, ao longo de sua história, interagido, sido dependente, complementado ou antagonizado, com todas as formas de entretenimento, de buscas científicas, de aplicações práticas e de usos militares.

³ UNESCO. Programa Memória do Mundo. [Em linha]. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/>.

⁴ Adilson Inácio Mendes é historiador e tem mestrado e doutorado em cinema. É professor e membro do grupo de pesquisa do CNPq, “Cinema Expandido: novos regimes de visualidade no século XXI”.

⁵ Thomas Elsaesser é um crítico alemão, historiador de cinema, professor de *Film and Television Studies*, na Universidade de Amsterdam, e dedica-se há mais de 25 anos ao estudo da história do cinema por meio de procedimentos arqueológicos.

⁶ Raimo Benedetti é vídeo artista, montador de filmes e professor de pré-cinema em São Paulo, Brasil, especialmente sobre o tema Lanterna Mágica. Concedeu gentilmente entrevista à autora em janeiro de 2019.

Segundo o autor, o cinema está invisível como meio porque se tornou extraordinariamente ubíquo: seu imaginário específico, suas formas de enquadrar a realidade, e a nós dentro dela, converteu-se no parâmetro básico do que ‘é’ real, do que ‘pode ser’ real e do que ‘gostaríamos que fosse’ real. A experiência arqueológica do cinema se impõe a tarefa de perguntar como esse imaginário se deu e onde o cinema se encaixa nos ciclos maiores e determinantes das constantes mudanças sociais, como o desenvolvimento tecnológico, a complexidade cultural e a hiper conexão. Temas que interessam, também, às formulações epistemológicas e ontológicas da Comunicação e da Ciência da Informação.

O termo em si – arqueologia das mídias – enfrenta leituras e entendimentos diversos. Elsaesser (2018:21), auxilia no estabelecimento do conceito por meio da exposição do pensamento de alguns autores: o descontentamento com as narrativas ‘canonizadas’ (grifo do autor) da cultura e da história das mídias pode ser uma força suficiente para reorganizar o conhecimento sobre o tema; trata-se de investigar as camadas da história das mídias sob uma perspectiva pragmática, desenterrando caminhos secretos para encontrar perspectivas de futuro; é uma leitura contra a corrente, uma leitura hermenêutica do ‘novo’ (grifo do autor), no lugar de uma narrativa historicista das tecnologias – do passado para o presente.

Dessa maneira, a arqueologia das mídias tem um caráter híbrido, entre a definição dada por Foucault, uma ‘metodologia de pesquisa’, e uma definição mais literal: “uma ‘disciplina’ que estuda a atividade humana passada, por meio de sua cultura material, seus restos físicos e seus artefatos simbólicos” (Elsaesser, 2018:33, grifo nosso). Uma escavação arqueológica em geral destina-se a localizar e reconstituir culturas inteiras por meio de seus trabalhos artísticos, objetos distintivos e habitações, mas pode também coletar fragmentos e pegadas na poeira, restos em cemitérios, vestígios e cacos que permitem deduzir época, pessoas, indústrias e costumes.

Com trajetória distante do academicismo de Elsaesser, Benedetti estuda arqueologia das mídias desde 2010, considera-se autodidata e seus modos de pesquisa para esta sua primeira obra literária, partiram, empiricamente, de princípios formadores da prática. Embasou sua pesquisa primeiramente na leitura de obras e documentos localizados por meio de buscadores de internet e indicações de colegas, dando especial atenção a notas de rodapé e referências primárias e inéditas percebidas nos documentos. Chegou a desenvolver boas ‘relações eletrônicas’ com livreiros, pesquisadores e arqueólogos das mídias no exterior, um ‘garimpo’ que lhe permitiu localizar e comprar obras importantes sobre seus dois biografados. Segundo movimento foi sua viagem à Inglaterra e França onde teve oportunidade de conversar com gigantes da preservação e investigação sobre primeiro cinema, como o pesquisador Stephen Herbert, que esteve na histórica conferência da FIAF em 1978, e que mantém excelente fonte de pesquisa on-line sobre Muybridge⁷; e Marion Leuba, curadora do Musée de Beaux-Arts de Beaune, onde está preservada a maior parte do legado de Marey, e que “de modo apaixonado me recebeu na reserva técnica, para mostrar tudo o que eu quisesse ver” (BENEDETTI, 2018:10).

⁷ Ver: *The Compleat Muybridge*, em: <http://www.stephenherbert.co.uk/muybCOMPLEAT.htm>.

O livro de Benedetti tem aproximadamente 200 fotos e contém uma interessante inovação: por meio de leitura de *QR Code* o leitor pode acessar 13 filmes produzidos pelo autor durante sua viagem de pesquisa, disponíveis livremente no YouTube⁸. Em relação ao acervo Muybridge, as fotografias foram obtidas diretamente da internet, no *site* da Universidade de Stanford, onde a Biblioteca da universidade disponibiliza livremente as fotos para download, com curadoria do arquivista Daniel Hartwig⁹. Já o acervo Marey não está disponível com tanta facilidade e as fotos foram objeto de negociação por parte da editora, junto ao Collège de France, onde Marey trabalhou e lecionou. Para o autor, o ambiente eletrônico universitário e museológico norte americano, com o qual se deparou durante sua pesquisa, é muito mais amigável e disponível do que o ambiente francês, tanto em termos de qualidade e organização dos acervos, quanto na disponibilidade para consulta e aquisição. Destaca, porém, o portal *Gallica*¹⁰ mantido pela BNF – *Bibliothèque Nationale de France*, como uma abrangente fonte de pesquisa em cultura francesa na internet. Quanto a essa disponibilidade dos acervos para pesquisa, Benedetti considera:

Apesar de ambos os acervos estarem perfeitamente resguardados, conservados perto de suas origens, é perturbador saber que a maior parte deles está guardada em caixas fechadas, longe da apreciação do público. Independentemente das razões práticas que levaram a essa situação, seu lado simbólico se presta a revelar uma condição sintomática: a obra de um, como do outro, merece uma atenção maior por parte da história, seja ela da arte, como no caso de Muybridge, ou da ciência, como no caso de Marey. (BENEDETTI, 2018:230).

A Conferência, a FIAF e o cinema como arqueologia das mídias

Ponto de partida da arqueologia das mídias, a conferência *Cinema 1900-1906* realizada em 1978 pela FIAF – Fédération Internationale des Archives du Film¹¹, por iniciativa dos arquivistas Eileen Bowser, David Francis e Paul Spehr, proporcionou a arquivistas de filmes, museólogos, bibliotecários e historiadores do cinema, as condições para analisarem e discutirem cerca de 600 filmes anteriores a 1907, debatendo novos critérios de datação, identificação e interpretação para os filmes de ficção, sendo esta a primeira vez que se deu uma discussão sistemática sobre o primeiro cinema. O evento resultou em renovado interesse pelos primeiros filmes e uma aproximação entre os mundos acadêmico e prático, de forma a favorecer a criação de conhecimento sobre o tema (FÉDÉRATION..., [20--], tradução nossa).

Mais ou menos na mesma época, os profissionais Karen Jones do Instituto Dinamarquês de Cinema, Michelle Aubert do British Film Institute e Eileen Bowser do MoMA propuseram à Comissão de documentação da FIAF, um sistema de indexação

⁸ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=zfxQJbSFDyc>.

⁹ Ver: *Eadweard Muybridge Photographs*, em: <https://library.stanford.edu/collections/eadweard-muybridge-photographs>.

¹⁰ Ver: <https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/content/accueil-fr?mode=desktop>.

¹¹ Atualmente a designação mais corrente é em inglês *International Federation of Film Archives*. Ver em: <https://www.fiafnet.org/>.

compartilhado para periódicos de cinema conhecido como P.I.P (*Periodicals Indexing Project*), que passou a funcionar como um catálogo internacional de publicações sobre o tema, estabelecendo padrões de catalogação internacionais, que auxiliam a pesquisa, tanto acadêmica, quanto da própria indústria. Ainda na mesma década, a FIAF inclui em seu Congresso anual um simpósio para o tema arquivos de filmes e pesquisa histórica, que, posteriormente se tornou permanente (FÉDÉRATION..., [20--], tradução nossa).

Dessa forma, a proposta do cinema como arqueologia das mídias volta seu olhar para a indústria cinematográfica buscando responder, não apenas a perguntas como ‘o que é, ou era, ou será, o cinema’, mas, também, ‘onde está o cinema’ (exibições públicas, salas comerciais, telas de TV, computadores, games, equipamentos portáteis, galerias de arte, museus, projeções em edifícios), e ‘quando é o cinema’ (possibilidade ubíqua e permanente). Por outro lado, procura entender qual é o papel do cinema no desenvolvimento mais amplo de certos aspectos da sociedade contemporânea, como a construção da cultura da hiper-conexão¹², a cultura da convergência¹³ e a hegemonia da comunicação audiovisual (ELSAESSER, 2018).

A experiência arqueológica do cinema, para realizar-se, necessita e depende de acervos disponíveis, mantidos em seu formato e constituição originais, que permitam o resgate e visibilidade das evidências e

[...] deseja que aquilo que ela descobre seja mantido, definido e transportado. Alude à *arché* (origem, princípio absoluto, autoridade) e inquire sobre a condição do ‘arquivo’ cinematográfico (a localização física e virtual dos documentos, filmes e objetos que constituem o patrimônio do cinema), mas, o uso do termo ‘arqueologia’ não é apenas metafórico, pois também visa apresentar e preservar esse patrimônio (ELSAESSER, 2018:20, grifos do autor).

Entre outros, o trabalho arqueológico sobre cinema inspirou-se na crítica teórica de Jean-Louis Comolli, em oposição a certa concepção de cunho hegeliano presente no meio. Segundo o filósofo alemão Hegel, os processos históricos de cada ser e cada construto social se justificam a partir de sua finalidade última; é para esse objetivo que tudo se volta, e os fatos vão adquirindo importância na medida de sua aproximação com esse suposto ‘*gran finale*’. As ideias de Comolli, contrárias a uma visão teleológica da história, estão voltadas para uma renovação do conhecimento a partir dos achados e das evidências que surgiriam no revirar de documentos, na releitura de textos e revisão de produções, e no exame de máquinas e equipamentos que deram início à indústria do cinema, procurando mais nas discontinuidades e rupturas, do que em um esquema evolutivo (COSTA, 2004).

Indo muito além do que as pessoas pensam a respeito da indústria cinematográfica, Comolli (1980) propõe que os enunciados do cinema fazem parte do conjunto de aparatos de representação de uma sociedade, tanto quanto aquelas representações mais conhecidas, como a pintura, a música, o teatro, a representação política, a elaboração de imaginários sociais e representações históricas e ideológicas, e dos modos de representação do

¹² Ver: CASTELLS, Manuel – *O Poder na comunicação*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2015.

¹³ Ver: JENKINS, Henry – *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

comportamento. A hipótese é que uma determinada sociedade é o que é, impulsionada por suas representações. Sendo a máquina social uma fábrica de representações, o autor propõe que a sociedade se retroalimenta de suas representações, estas contribuindo como meio e como material de trabalho analítico.

Nossa percepção direta da realidade é bastante limitada, e ‘conhecemos’ fatos e lugares apenas pela intermediação tecnológica e pela linguagem audiovisual. O cinema, de certa forma, constrói em nosso cérebro falsas memórias e sensações de conhecimento. Assim, o produto cinematográfico é percebido como uma ‘janela para o mundo’ que permite visualizar um recorte histórico de determinada sociedade, por meio da representação de seus costumes, cultura, comportamento e estágios tecnológicos. Duplamente representativo, o cinema é uma determinada ‘leitura’ do tempo ficcional, e também permite a análise de grande conjunto de informações, sociais, tecnológicas e comportamentais, sobre o tempo em que foi realizado.

Preservar, conservar e difundir

Citando documento publicado pelo cinegrafista polonês da equipe dos Irmãos Lumière – Boleslaw Matuszewski – Souza (2009:15) diz que “[...] a ideia da guarda de filmes como documentação é contemporânea à primeira projeção [...] e filmes deveriam ser conservados como documentos tão importantes quanto livros ou fotografias”. A proposta do cinegrafista era a construção de um arquivo anexo à BNF para guarda de registros fotográficos de fatos históricos importantes, encontro de líderes de Estado, calamidades e movimentos sociais. Porém o documento já demonstra uma preocupante possibilidade de estabelecer controle sobre as salas de aula, exercícios militares e locais propensos a crimes e violência social, o que lembra bastante as ideias de Foucault sobre as ‘sociedades de controle’. Tema cada vez mais recorrente nos estudos sobre o *big data* e o *data mining*.

No Brasil, a preservação e difusão da produção cinematográfica nacional está sob responsabilidade da Cinemateca Brasileira¹⁴, cujo acervo conta com mais de 250 mil rolos de filmes e um milhão de documentos não filmicos. De acordo com a exaustiva pesquisa documental realizada pelo professor Carlos Roberto para sua tese de doutoramento na ECA/USP, Paulo Emilio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado e Francisco Luiz de Almeida Salles, dão início a um pequeno cine clube na década de 1940, em São Paulo (SOUZA, 2009). Movidos por sua paixão pelo cinema, os três jovens herdeiros e bem nascidos, representam de forma emblemática a típica movimentação cultural paulista, ainda decorrente da Semana de 22. Em 1942, Paulo Emílio leva para a FIAF a candidatura de uma ‘Filmoteca de São Paulo’ que ainda fazia parte mais de sua imaginação e vontade, do que da realidade brasileira. A candidatura foi aceita em Paris, em 1948, no pós-guerra. Com isso, os primeiros filmes chegam a São Paulo em 1949 com a filmoteca já filiada à FIAF, e vão fazer parte do Departamento de filmes do Museu de Arte Moderna.

Depois de instituída e oficializada a nossa Cinemateca, os próximos passos foram definir a atuação: arquivo de filmes ou cine clube? Trata-se de projetar, debater, disseminar? Ou de

¹⁴ Ver: <http://cinemateca.org.br/>.

guardar, manter e conservar? Paixão e técnica direcionando as reuniões e debates, alguns acordos e muita discussão. Em agosto de 1979 é realizado o Simpósio sobre Cinema e a Memória do Brasil (SOUZA, 2009) no Rio de Janeiro, no qual aconteceram dois Seminários: um sobre Metodologias de arquivamento com a pesquisadora Maria Rita Galvão e outro sobre Descrição e Indexação de Conteúdo com a Bibliotecária Elenice de Castro, ambas preocupadas em oferecer as melhores condições de guarda e recuperação do material em poder de museus e cinematecas, para pesquisa, formação e reflexão nos mais diversos campos de estudo e áreas do conhecimento e já, na época, sugerindo a formação de equipes multidisciplinares no esforço de manutenção da história fílmica brasileira.

Aloísio Magalhães, à época Diretor do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já se posicionava em relação à falta de apoio financeiro e real valorização das ‘coisas da cultura’ (grifo nosso) no Brasil. Questão ainda hoje bastante relevante como podemos ver nas atuais polêmicas em torno da lei Rouanet e no uso do dinheiro público para fomento de produções audiovisuais. Então, certamente interessam mais investigações para compreender quais instituições ou projetos são, ou não são, contemplados com financiamentos estatais e como tem sido utilizada a lei no sentido de preservar e disponibilizar o acervo fílmico brasileiro. Que interesses a sociedade civil (neste caso as próprias instituições, as corporações patrocinadoras, as empresas em geral) priorizam e consideram de interesse estratégico, em termos de comunicação e *marketing*, acima dos interesses mais amplos de preservação da história e da memória do país. Em termos historiográficos, interessa também pesquisar o papel da Embrafilme ao longo dos 25 anos de ditadura no Brasil, uma vez que tais discussões e análise tiveram e têm lugar em países, ao longo de seu percurso social e histórico, passando por governos (alinhados à direita e à esquerda do espectro político), mais e menos interessados em preservar a história e as consequências de decisões políticas, econômicas e judiciais tomadas em nome da sociedade.

A Cinemateca Brasileira é custeada a partir de verbas federais e administrada pela Acerp – Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, uma organização social vinculada ao MEC. A sede é na cidade de São Paulo e comporta os núcleos de Preservação, Documentação e Pesquisa, Difusão, Administração e Tecnologia da Informação, a biblioteca Paulo Emilio Salles Gomes e coleções particulares e corporativas. Além de produção de conhecimento sobre o cinema nacional, o núcleo de pesquisa alimenta o acervo Filmografia Brasileira¹⁵, um extenso conjunto de fichas filmográficas do cinema produzido do Brasil desde 1897 até os dias de hoje. As fichas são compostas e completadas a partir de elementos, ou resquícios de informação encontradas em fontes primárias e secundárias, crítica, catálogos e outros documentos não fílmicos, não se limitam aos produtos cujas cópias estão sob sua guarda e está disponível no site da instituição.

¹⁵ Ver, <http://cinemateca.org.br/filmografia-brasileira/>

Arquivo, biblioteca ou museu?

Acervos relacionados à indústria cinematográfica e ao audiovisual são naturalmente complexos. Tanto os acervos filmicos como os não-filmicos, comportam uma tipologia documental diversificada, como livros, revistas, cartazes, convites, *memorabilia* e outros, além de diferentes suportes e materiais a serem acondicionados e preservados, que também representam dificuldades de exposição e transporte. Madeira, metal, película, papel, cartão, tecido, maquinário e objetos cênicos diversificados são um desafio permanente para os profissionais da memória, estabelecendo uma forte necessidade de atuação conjunta, em forma de equipes multidisciplinares.

Tendo isso em mente, Ray Edmondson (2017) ofereceu, por meio de programa da UNESCO, um extenso documento¹⁶ com importantes contribuições para a salvaguarda de acervos audiovisuais, tanto do ponto de vista teórico, quanto empírico. Considerando que a Arquivística é uma das profissões da memória, propõe “[...] essas profissões [da memória] incluem: a biblioteconomia; a arquivística; a conservação de materiais; a documentação; a ciência da informação; a museologia, a curadoria de arte e seus subconjuntos”. (EDMONSON, 2017:8).

O autor considera que algumas vezes, a identidade dos profissionais é expressa de forma institucional e permanece diretamente ligada ao tipo, finalidade e filosofia da instituição em que atua, como é o caso das bibliotecas, arquivos e museus de natureza pública ou estatal. Outras vezes, encontra-se expressa em um setor dentro de uma organização maior, onde a profissão coexiste com outras, mas mantém sua própria integridade, filosofia e epistemologia. Fato é que os profissionais da memória operam em diferentes contextos e utilizam suas competências e conhecimentos de acordo com a necessidade relativa:

A autonomia profissional – ou seja, a liberdade de expressar sua identidade e integridade profissionais, aplicar suas competências e agir de forma ética e responsável, independentemente das circunstâncias – pode ser mais fácil em alguns lugares do que em outros, mas é relevante em todos (EDMONDSON, 2017:9).

Porém, levando em consideração a autonomia profissional das disciplinas percebemos que, no âmbito das profissões da memória, existem códigos de ética relativos à regulamentação da profissão, tanto nacionais, quanto internacionais, centrados em condutas pessoais e na ética das instituições, e enfatizam alguns temas comuns: proteção da integridade e preservação do contexto dos diferentes objetos informacionais; proibidade nas operações de acesso, constituição de acervos e gestão de coleções; preservação e respeito aos direitos autorais; atenção a conflitos de interesse e proveito pessoal; respeito à lei e tomada de decisões a partir de normas; integridade, honestidade, responsabilidade e transparência; confiabilidade; ideais de excelência e desenvolvimento profissional; e conduta pessoal e senso de responsabilidade em relações profissionais (EDMONDSON, 2017).

¹⁶ Ver: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000136477_spa.

Assim, o compartilhamento de códigos de conduta e atuação, bem como o surgimento e atual ubiquidade dos ambientes tecnológicos nas atividades humanas, vêm suscitando reflexões renovadoras dos diferentes conjuntos epistemológicos, técnicos e operacionais das profissões da memória, diluindo fronteiras e buscando um discurso e uma prática comuns, no sentido do enfrentamento do paradoxo entre preservação e acesso. Essa aproximação tem sido objeto de estudo e de diversos congressos específicos desde o início dos anos 2000. No Brasil, a FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, realizou em 2002 o I Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus. É nos anais desse congresso que vamos encontrar uma reflexão basilar sobre o tema, no artigo do professor da Universidade do Minho, Portugal, Armando Malheiro da Silva¹⁷.

Silva (2002) lembra que quase todas as disciplinas focadas, como a Biblioteconomia, Arquivística e Museologia, entre outras, surgiram no âmbito do desenvolvimento positivista da História enquanto ciência e disciplina acadêmica, adquirindo, desde o início, a condição de subsidiárias ou auxiliares e que, mais tarde, passaram por uma estratégia autonomista, considerando que:

Todas, sem exceção, tiveram sua origem e razão de ser no campo epistémico da História, ou seja, nas exigências intrínsecas do conhecimento histórico. E, à medida que este se expandiu e consolidou acadêmica e institucionalmente ao longo do século XIX, também as noções de memória e patrimônio se fixaram no vocabulário social, sendo hoje dominantes no enquadramento cultural e teórico prático das proclamadas ciências dos arquivos, das bibliotecas e dos museus (SILVA, 2002).

Posicionadas dessa forma, as disciplinas forjaram o paradigma patrimonialista e custodial que vem regendo tanto as relações interdisciplinares, como as relações com outros agentes culturais e com o próprio público. Um paradigma que se insere na construção do conhecimento e no exercício profissional de diversas formas: humanista, empírico-técnicista, documentalista e empírico-patrimonialista, com ênfase na experiência sensorial e no patrimônio. Os traçados de características, funções, e tipologias documentais foi, e tem sido, objeto de dedicação de pesquisadores no sentido de estabelecer fronteiras, objetivos e relativas importâncias de uma e de outras.

Contrário a esse paradigma, Silva (2002) ponderava que estabelecer o objetivo do Arquivo em provar e testemunhar, e o das Bibliotecas, Museus e Centros de Memória em informar, na verdade impede os acervos de bibliotecas e museus de servirem como prova ou testemunho, assim como exclui da documentação arquivística sua componente informativa. E incluir no mesmo parâmetro os suportes – manuscritos, impressos, audiovisuais, exemplar único, exemplares múltiplos, objetos, obras de arte e arquivos eletrônicos – implica em ampliar a complexidade, uma vez que implica também em adicionar questões relativas às matérias primas (artesanais ou industriais) para produção

¹⁷ Ver: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52183>.

de papel, tintas, películas, plásticos e lâmpadas, seus elementos conservadores, suas embalagens e suas especificidades de transporte e exposição.

O que tem sido proposto no âmbito da Ciência da Informação é que as três atividades podem encontrar seu ponto de convergência pela adoção do paradigma informacional, o que quer dizer incentivar a busca de conhecimento e práticas voltadas para conservação e disseminação da informação contida em documentos e objetos. Procura-se com isso criar um cenário que beneficie pesquisadores que tenham adotado o conceito de arqueologia do conhecimento, da forma como proposto por Foucault, especialmente no caso da arqueologia das mídias.

Considerações finais

Iniciámos esta reflexão movidos pelo interesse em destacar o papel de bibliotecários, arquivistas e museólogos nos estudos arqueológicos do cinema. Percebemos que interligados por nossos códigos de conduta e nossas práticas profissionais, podemos contar com serviços, conselhos e experiências de colegas, ou trocar descrições de processos e manuais institucionais, assim como compartilhar o conhecimento produzido constantemente pela academia.

Queira-se ou não, a preservação do passado e o acesso democrático a ele constitui uma afirmação de valores e, como tal, é uma atividade essencialmente política, no mais amplo sentido dessa palavra. Para além da dimensão técnica, os profissionais da memória convivem permanentemente com a dimensão política de seus procedimentos de seleção, de acesso e de preservação dos acervos sob sua guarda e, dessa forma, a sobrevivência do passado está constantemente à mercê do presente.

As condições técnicas, financeiras e políticas de gerenciamento do patrimônio audiovisual estão desigualmente colocadas no mundo e dependem de uma confluência de políticas, educação, jurisprudência, contextos e perspectivas.

Vimos, no entanto, que a perspectiva da Ciência da Informação, no sentido de reunir saberes e consolidar práticas comuns, mostra-se como o caminho privilegiado para consecução dos mais diversificados objetivos da investigação acadêmica assim como de ações voltadas para a Gestão do Conhecimento.

Referências bibliográficas

BENEDETTI, Raimo

2018 *Entre pássaros e cavalos: Marey, Muybridge e o pré-cinema*. São Paulo: SESI-SP, 2018.

COMOLLI, Jean-Louis

1980 Machines of the visible. In *The Cinematic apparatus*. Ed. Teresa de Lauretis, Stephen Heath. [S. l.] : St. Martin's Press, 1980.

COSTA, Flávia Carneiro

2004 Primeiro cinema. In *História do cinema mundial*. Org. Fernando Mascarello. Campinas: Papirus, 2004, p. 17-37.

EDMONDSON, Ray

2017 Arquivística audiovisual: filosofia e princípios. [Em linha]. 2017. [Consult. 28 jan. 2019]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259258>.

ELSAESSER, Thomas

2018 Arqueologia das mídias: o legado de Foucault. In *Cinema como arqueologia das mídias*. Org. Adilson Mendes; trad. Carlos Szlak. São Paulo: Edições Sesc, 2018, p. 18-70.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES ARCHIVES DU FILM

[20--] *Timeline*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 6 out. 2018]. Disponível em: <https://www.fiafnet.org/pages/History/FIAF-Timeline.html>.

SILVA, Armando Malheiro da

2002 *Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação*. [Em linha], 2002. [Consult. 29 jan. 2019]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52183>.

SOUZA, Carlos Roberto de

2009 *A Cinemateca brasileira e a preservação de filmes no Brasil*. 2009, 310 p. Tese de doutorado) em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Pulo – USP.

Maria Rosa Crespo | maria.rosacrespo@gmail.com

Universidade Anhembi Morumbi (UAM), Brasil

Resumo: Investigación: Se investiga el comportamiento de la información en las instituciones en el desarrollo de su actividad. Se analiza la instanciación en registros de todo tipo y formato, con tratamientos generales o granulares, a través de distintas aplicaciones, personas y procesos, embebidos en un marco jurídico, con necesidades de preservación, de lineamientos de seguridad, de recuperación y acceso, vinculaciones con el contexto y fundamentalmente en el cumplimiento de la misión institucional. **Metodología:** El análisis de este vasto y complejo entramado se realiza desde la perspectiva de la organización del conocimiento, estableciendo la información como un eje transversal en la institución donde los objetos informacionales van sufriendo transformaciones y remezclas en las actividades en las que participan. **Propuesta:** Como resultado se plantea una solución de gobernanza de la información (GI) con la definición de una política de GI y el establecimiento de configuraciones técnicas y procedimientos para toda la organización. Se busca con esta GI la articulación de la complejidad informacional y la construcción de una visión enlazada, vinculada, trazable, pasible de ser estudiada en sus trayectos a través de la marcación terminológica y el aporte de semántico.

Palavras-chave: Ciencia de la Información; Gobernanza de la información

Abstract: Research: It is studied information behavior in organizations in the deployment of its activities. It is analyzed records of all types and formats, with general or granular treatments, through different applications, people and processes, embedded in a legal framework, with preservation needs, security guidelines, recovery and access, links with the context and mainly the fulfillment of the organization mission. **Methodology:** Analysis of this vast and complex network it is accomplished from perspective of knowledge organization, establishing information as a transversal axis in the institution where information objects are undergoing transformations and remixes in the activities in which they participate. **Proposal:** Information governance (IG) proposes the establishment of an IG policy and technical aspects for the entire organization. It aims to articulate the informational complexity and build a linked vision, traceable, liable to be studied in their journeys through the terminological marking and the contribution of semantics.

Keywords: Information Science; Information governance

1. Introducción

El problema que se plantea en cualquier organización y en particular en instituciones de gobierno es que la información está dispersa en diversos formatos y medios, en variedad de dispositivos, los contenidos son de diverso tipo (texto, imagen, información geográfica), no es estática sino que se encuentra adosada a procesos y actividades y va sufriendo transformaciones a lo largo de estos trayectos. Existe también información tácita que está en las personas o en aplicaciones tanto técnicas como administrativas. El resultado es una gran dispersión informacional.

Como bien señala García Morales (2012) la aparición del término Gobernanza de la Información (GI) responde a la necesidad real y acuciante de empresas y organizaciones que ven cómo se multiplican y crecen sin control multitud de datos, documentos, registros,

canales, medios y procesos en los que se contiene y fluye la información. Se hace cada día más evidente que hay que poner reglas, orden, organización y gobierno.

Es significativo que en la denominada sociedad de la información y el conocimiento no se explicita una política de información y conocimiento a nivel del gobierno digital. La gobernanza de la información afecta a todos los actores del Gobierno: ciudadanos, funcionarios y empresas. Los funcionarios utilizan la información para el desarrollo de sus actividades y en particular las jerarquías la utilizan para la gestión y el planeamiento estratégico. Los ciudadanos buscan la información para cumplir no solamente con los trámites y servicios que ofrece el estado sino como requerimiento de situaciones específicas. Esta última situación de búsqueda de información difícilmente se contempla o registra y sin embargo puede constituir un porcentaje importante de los requerimientos ciudadanos. Por otra parte las empresas que se relacionan con el gobierno se benefician también de una información adecuada y pertinente.

Se analiza aquí el eje de la información en cualquier organización. Toda organización pública o privada, grande o pequeña, tiene un sinnúmero de objetos físicos y digitales que contienen pequeñas porciones de información. Organizarlas, describirlas, articularlas para dar un apoyo adecuado a las actividades de la institución y para poder tener una planificación estratégica y resolver las necesidades informativas es un proceso que tiene una analogía con armar un rompecabezas de muchas piezas. Cada pieza tiene un lugar en donde encaja y aporta al conjunto y es necesario desentrañar su ubicación y su utilidad.

En lo que sigue nos plantearémos este abordaje.

2. Marco contextual

Hay varios términos que se usan con distintos enfoques: Gobierno de la información, Gobernanza de la información o Gobierno de datos. A nivel de gobierno electrónico también se habla de gobierno en red aludiendo a la vinculación, al entramado de todos los aspectos del gobierno electrónico. Según AGESIC¹

El concepto de Gobierno en Red o Gobierno conectado es el resultado de la búsqueda de un Gobierno integrado, que posicione cada vez más a la tecnología como una herramienta estratégica y como un facilitador para la innovación del servicio público y el crecimiento de la productividad.

El eje del Gobierno en Red es la promoción del bien público, mediante la participación de los esfuerzos creativos de todos los segmentos de la sociedad. A través del uso de las TIC, los esfuerzos del Gobierno Conectado están destinados a mejorar la cooperación entre los organismos gubernamentales. Esto permite un mejor acceso, consultas más eficientes y eficaces; mayor

¹ AGESIC - <https://www.agesic.gub.uy/innovaportal/v/26/1/agesic/gobierno-en-red.html>.

compromiso con los ciudadanos y una mayor participación de las partes interesadas, tanto a nivel regional como internacional.

También podemos hablar de gobierno abierto o gobierno de datos, en un gobierno que expone sus datos crudos y los abre a la ciudadanía con el objetivo de lograr transparencia, rendición de cuentas y valor agregado que puedan aportar terceros con la manipulación de datos y la creación de servicios.

La gobernanza de la información según Fernández Cuesta (2015) la podríamos definir como:

Conjunto coordinado de políticas, procedimientos, procesos y controles que, como parte de la gobernanza corporativa, abordan de forma integral y multidisciplinar la gestión de la información en las organizaciones, de forma que pueda satisfacer los objetivos institucionales, las expectativas de las partes interesadas y los requisitos legales y reglamentarios, minimizando los riesgos potenciales.

[...]

La gestión de los activos de información de la organización de una forma global y alineada para la consecución de los fines de la misma y de las expectativas de las partes interesadas.

El glosario de Gartner² dice que la gobernanza de la información es:

La especificación de los derechos de decisión y de una estructura de responsabilidades y una plataforma de trazabilidad que asegure adecuación en la valoración, creación, almacenamiento, uso, archivo y eliminación de la información. Esto incluye procesos, roles, estándares y métricas que aseguren el uso efectivo y eficiente de la información que permita a una organización conseguir sus objetivos.

La Gobernanza de la Información (GI) no debe ser confundida con la gobernanza de las tecnologías de la información (TI). Como expresan Kooper, Maes y Lindgreen (2011) la gobernanza de TI no se ocupa de como la información es creada, buscada, consumida, procesada e intercambiada para agregar valor al negocio. La gobernanza de TI agrega, excluye cuidadosamente elementos tan vitales como el desarrollo empresarial, la creatividad, la innovación y la experimentación.

La GI debe ser vista como un instrumento imprescindible para cumplir con los planes estratégicos de la institución. La cantidad de documentos digitales y datos que se producen tanto dentro de la institución como fuera de ella pero de relevancia para la misma son un insumo imprescindible tanto para la gestión como la planificación.

² In: <https://www.gartner.com/it-glossary/information-governance>.

Es interesante como la GI es vista como un elemento de transparencia financiera en la empresa privada para evitar problemas con las actividades y operaciones ante los accionistas (Bushman *et al.*, 2004).

Khatri y Brown (2010) introdujeron un término relacionado: gobernanza de datos. Aluden a las prácticas que buscan que los datos cumplan los principios de calidad y se ocupan de los metadatos, el acceso y el ciclo de vida (almacenamiento, retención y descarte), aunque desde una visión de TI.

La necesidad de considerar la calidad de la información y la calidad de los datos es un aspecto importante. En cuanto a los datos es fundamental disponer de un diccionario de datos que explicite que significa cada dato y consigne como es la validación de los datos que emanan de aplicaciones, la trazabilidad, el linaje y la propiedad.

Algunas empresas³ que trabajan con datos plantean los procesos de: recolección, agrupamiento, evaluación, retención, extracción de atributos, exportación y carga, pero tienen una visión altamente operativa y unilateral aunque otras empresas analizadas tienen una visión más integral⁴.

La GI da soporte a las actividades clave de las instituciones, tanto de la empresa privada de cualquier porte como de las instituciones de gobierno.

La GI es un cambio de paradigma porque es una mirada que pone énfasis no en los aspectos tecnológicos o de herramientas sino en los contenidos y su recuperación. Las herramientas tecnológicas no son una solución en sí mismas sino parte de la solución, cada situación requiere un análisis y una serie de decisiones entre las cuales se incluye seguramente una herramienta tecnológica, pero las aplicaciones solas no resuelven los múltiples aspectos de la gobernanza de la información y la mirada del profesional de la información es imprescindible, aunque cabe aclarar que es una tarea multidisciplinaria.

La GI se entiende que comprende los siguientes aspectos:

- infraestructura de la información: que estudia entre otros aspectos metadatos, adhesión a estándares, protocolos, formatos, aspectos terminológicos y semánticos, conocimiento tácito.
- uso de la información: que analiza entre otros asuntos los sistemas de información, los requerimientos, las actividades que ingestan o producen información, los flujos de procesos en que la información circula y se metaboliza, la adecuación a las necesidades del usuario final y la anticipación de demandas o la oferta de posibilidades que entallen situaciones a prever.
- organización y proyectos: que comprende el diseño o rediseño de la arquitectura de la información, nuevos requerimientos, normativas y procedimientos de trabajo y aspectos generales como la preservación digital y

³ In: <http://beyondrecognition.net/technology/>.

⁴ In: <https://www.infogovbasics.com/>.

la seguridad de la información. Este punto toma como insumo la caracterización de la infraestructura y el uso y conceptualiza estos aspectos en una visión estratégica.

Esta gobernanza puede plantearse en forma centralizada, descentralizada o federada y en cada caso habrá que tomar en cuenta las relaciones que la institución tienen con el medio ambiente en la cual está inmersa y como son los vínculos en los cuales la información de la institución contribuye en una etapa de una circulación que luego va mutando y diversificándose. Este panorama más general plantea aspectos de interoperabilidad en lo logístico, pero también permite tener una mirada más general con lo cual los cambios que se generan en el entorno operan en forma más gradual a nivel intra institucional con el beneficio de la capacidad institucional a la adaptación al entorno en forma más sencilla o por lo menos con detección de alertas tempranas a los cambios ambientales.

Estos aspectos señalados son generales para cualquier tipo de institución pero en el caso de instituciones gubernamentales existe un aspecto a considerar que es la inscripción de esta gobernanza dentro de un plan de gobierno, una agenda digital, un marco normativo que está basado en una concepción general de gobierno digital y gobierno abierto y que subyace en una serie de políticas públicas que operan dando cohesión a todas las acciones del gobierno electrónico con un planteo estratégico.

Dentro de lo que es el marco normativo en el gobierno electrónico se puede señalar:

- las leyes de transparencia
- las leyes de habeas data
- las recomendaciones de seguridad de la información
- la identidad digital, la firma electrónica

Respecto a los aspectos de infraestructura de la información dentro del gobierno electrónico hay algunos aspectos que pueden señalarse:

- formatos abiertos
- datos abiertos en formatos abiertos
- metadatos: persona, direcciones, metadatos geográficos⁵

Se puede señalar que en el gobierno electrónico, el objetivo de la transparencia que se instancia en las leyes de transparencia tiene como resultado el beneficio de un mejor gobierno, control ciudadano y en definitiva la apertura de instancias de participación y mejora de la gestión. Para que la transparencia sea una realidad, la información debe ser de calidad, oportuna y adecuada y en particular una gestión de archivos profesional. En la ley de acceso a la información pública en Uruguay se habla de la profesionalización de los

⁵ In: <https://www.agesic.gub.uy/innovaportal/v/5465/29/agesic/catalogo-de-metadatos.html?idPadre=5459>.

archivos y podría considerarse la ley de archivos también dentro del marco normativo del gobierno electrónico.

Debe mencionarse en este punto la Red de Transparencia y Acceso a la Información (RTA) y su proyecto de modelo de gestión de documentos y archivos que constituye un espacio de intercambio en materia de derecho a la información pública de la cual participa Uruguay a través de la Unidad de Acceso a la Información Pública (UAIP).

La RTA ha creado un modelo de gestión documental⁶ que tiene como objetivo constituir una referencia para la gestión documental.

La UAIP⁷ afirma:

La normalización de las políticas y de los procedimientos de la gestión de documentos asegura su adecuada atención y protección. A su vez permite que los valores probatorios y la información que contienen puedan ser preservados y recuperados de un modo eficiente y más eficaz, al utilizarse prácticas y procesos normalizados basados en buenas prácticas. El Modelo de Gestión Documental y Administración de Archivos (MGD) presentado por la RTA cumple con estas condiciones.

Cabe aclarar que la gestión de los documentos a que se refiere el modelo es el documento de archivo - testimonio material de un hecho o acto realizado en el ejercicio de sus funciones por personas físicas o jurídicas, públicas o privadas de acuerdo con unas características de tipo material y formal⁸ – y lo que se plantea en esta ponencia es un alcance mayor que incluye todo tipo de documentos digitales no solamente los que forman parte de los archivos.

Algunos autores (Khatri y Brown, 2010) proponen procedimientos o prácticas para tratar con los datos, desde la creación, captura, evaluación, almacenamiento, uso, control, acceso, archivo y descarte a través del ciclo de vida de los mismos. Se ocupan de la calidad de los datos, los metadatos, el acceso y el ciclo de vida y si bien hay una relación con el hardware y el software la concepción es principalmente sobre los datos.

En este sentido hay una mirada sobre los datos - que se podría extrapolar a la información en general - que tiene analogía a la mirada archivística sobre los documentos. Pero en los documentos almacenados con la visión archivística se aplica el principio de procedencia y está el proceso de organización y descripción rector en la concepción de una estructura informativa de la organización. Sin embargo en ambas visiones está el ciclo de vida de la información.

⁶ In: <http://mgd.redrta.org/mgd/site/edic/base/port/inicio.html>.

⁷ In: <http://www.uaip.gub.uy/inicio/noticias/modelo+de+gestion+documental+rta+para+uruguay>.

⁸ In: <http://mgd.redrta.org/modelo-de-gestion-de-documentos-y-administracion-de-archivos-para-la-red-de-transparencia-y-acceso-a-la-informacion/mgd/2015-01-23/093820.html>.

Tallon, Ramirez y Short (2013) hace un análisis interesante desmarcándose explícitamente de los que denomina artefactos tecnológicos (*hardware* y *software*) y a partir de una investigación detalla los componentes de la GI (Fig. 1) que sin duda son a tener en cuenta:

Prácticas generales:

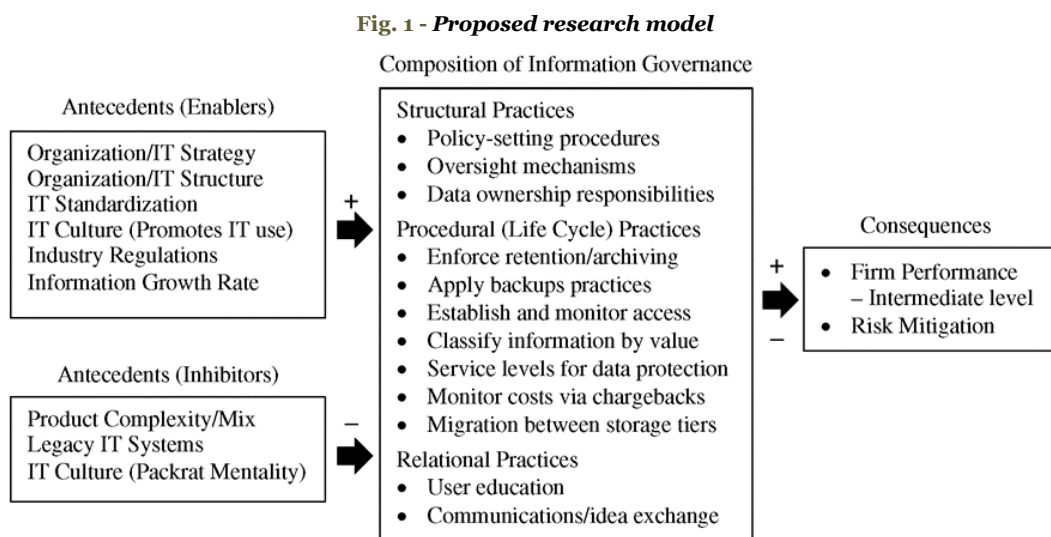
- Procedimiento de establecimiento de políticas de información
- Mecanismos de supervisión y auditoría
- Roles y privilegios sobre los datos

Prácticas del ciclo de vida:

- Uso y archivo
- Respaldos
- Monitorear acceso
- Clasificar la información de acuerdo a su valor
- Niveles de servicio para la protección de datos
- Monitoreo de costos
- Refresco de almacenamiento

Prácticas relacionales:

- Educación del usuario
- Intercambio de comunicación e ideas



Fonte: Extraído de Tallon, Ramirez y Short (2013)

3. Aspectos políticos y éticos

La GI es un tema técnico pero es fundamentalmente un tema político. Si no hay un compromiso y una adhesión a la GI por parte de las jerarquías de la institución a un plan de GI por más que se tomen decisiones técnicas parciales adecuadas no será posible una gestión adecuada.

Winograd (2002) realiza una propuesta a partir de cinco ejes: análisis, alineación, acción, responsabilización y aceptación estableciendo una serie de preguntas claves, que utilizan el principio de calidad de la planificación, ejecución y supervisión, para formar un círculo de mejoramiento continuo en el que se hace clara la diferencia entre las acciones y las declaraciones de políticas de información.

En la declaración conjunta de la IFLA y las Naciones Unidas⁹ se establece que:

el acceso a la información es un pre requisito para el desarrollo de todos los sectores y a todos los niveles y se pone foco en asegurar que los gobiernos, la sociedad civil, las comunidades y los individuos tengan el derecho a acceder a la información necesaria para realizar mejores decisiones y resolver problemas.

De modo que la gobernanza de la información no es solamente una cuestión técnica o política sino fundamentalmente una postura desde la ética de la información y es competencia primordial en ese sentido de los profesionales de la información.

4. Diagnóstico

Si se realizara un relevamiento diagnóstico a nivel de gobierno electrónico sería posible detectar si existen silos de información aislada que sean gestionados en un ejercicio de poder o de desconocimiento sin tomar en cuenta posibles acoples, interacciones, enriquecimiento y profundización de la información. Estas situaciones se dan cuando se tiene una visión fragmentaria de los cometidos institucionales y no se visualizan las necesidades generales de la institución. Esto conlleva redundancia, duplicación de tareas y mayores costos.

Al no existir una visión global, integral no se perciben estos problemas y se desperdician recursos que integrados podrían dar lugar a completar ausencias de información o agregar información extra que de valor a los procesos de la organización.

Esta situación se produce entre otras razones por la compartimentación de las unidades organizativas que muchas veces desconocen lo que realizan otras unidades y no tienen una visión global de la institución y los flujos informacionales. Una herramienta que coadyuva a la gobernanza de la información son los espacios colaborativos y de participación como las webs internas con participación 2.0 de los integrantes de la organización que contribuyen a mitigar esa visión fragmentaria.

Esto es señalado por (LAI, 2001) destacando el papel de las intranets en la comunicación y la estrategia institucional (NEWELL y SCARBROUGH, 1999) señala que las intranets son una herramienta para desarrollar un sistema de conocimiento que abarque a toda la

⁹ In:

<https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=9502&menu=1565&nr=24#>.

organización como tecnología colaborativa aunque pueden existir dificultades de apropiación y de una cultura institucional que las soporte.

(D'ALÒS MONER, 2002) por su parte señala la necesidad de que haya un compromiso de la alta dirección para que la función de la intranet sea exitosa y define la intranet como:

Una nueva forma de comunicarse y de organizar las actividades de la organización que conlleva una nueva cultura de la empresa.

En este sentido (APORTELA RODRÍGUEZ, 2007) ve la intranet como un espacio digital de comunicación, contribución y acceso a la información de lo que resulta principalmente un sistema de organización y difusión de la información. Plantea el aporte a la GI pero advierte también la necesidad de encarnarlo con una cultura organizacional para que resulte.

En (CORCHO *et al.*, 2003) se incorpora la idea de la información semántica en el ámbito de la intranet incorporando en la misma una capa ontológica.

Lo que aquí se plantea es que la intranet es un elemento unificador de acceso que dinamiza los procesos comunicativos de la información institucional, pero, la GI que se propone presenta además una mirada profesional que incorpora el papel de la intranet pero se enfoca en elementos de arquitectura y sistematización de información, en la vinculación informacional en un tejido semántico y la trazabilidad de los trayectos en los que los procesos se acompañan de productos de remezclado y metamorfosis dando lugar a un panorama laberíntico de objetos y formatos a nivel de toda la organización. La GI propuesta permite la transversalización informacional a través del marcado temático o la sistematización ontológica a nivel de toda la organización en todas sus agrupaciones informacionales, incluida la intranet, permitiendo una recuperación de la información de universalidad institucional y alrededores.

La GI aporta una visión global, una racionalización de productos y lineamientos de interoperabilidad. Se alinea con una visión estratégica de la institución y busca vincular la información logrando que sea trazable, de calidad e interoperable. Al trascender las necesidades institucionales del momento con una visión que ubica el quehacer en el contexto y se asoma a las instituciones en el exterior con las que se relaciona se logra la adecuación a la realidad que siempre es cambiante.

La información generada en cualquier organización, es un elemento que no solo da cuenta de lo que transcurre (trazabilidad, rendición de cuentas), sino que es utilizada en las actividades que desarrolla la institución (gestión, administración, mejoras) y en el planeamiento estratégico de lo que se va a realizar en el futuro adecuándose a los cambios ambientales del contexto y a la evolución del entorno y de la propia organización en la que se permean estos cambios y otros más exógenos como los tecnológicos o las prácticas sociales.

La información entonces tiene un ciclo en el cual se genera, se organiza, se describe, se administra y se recupera para dar soporte a la gestión y a la planificación. Este ciclo es cada vez más iterativo por la amplificación de los canales de participación institucional y los cambios ambientales que se generan.

Hay dos visiones para la gobernanza de la información: una que proviene de las ciencias de la información y otra visión que se centra más en TI. Ambas visiones son complementarias y no contrapuestas y una visión unificada permite una mejora sustantiva de islas dispersas de información y su articulación en los flujos de interacción.

Las fuentes de información son diversas: documentos en papel, documentos digitales, gráficos, videos, documentos fonográficos, datos crudos, aplicaciones, expedientes, archivos, colecciones digitales, conocimiento tácito entre muchas otras.

Establecer la fuente y el destino de la información, los productores, los consumidores, los flujos en los que participa y las distintas reglas a la que está sujeta (*v. g.* seguridad, confidencialidad) es cada vez más complejo porque las instituciones si bien son jerárquicas permean cada vez más las prácticas 2.0 de interactividad e inteligencia colectiva. Hay dos aspectos importantes en el estudio de la información y el conocimiento en una organización: la arquitectura de la información y la interacción de diversos actores sobre esa información en procesos de remixado y participación de todo tipo. Esta interacción está muy ligada al estudio de los procesos comunicacionales dentro de la institución.

Como primera instancia se plantea el relevamiento de los inventarios de información de todos los tipos a modo de ejemplo:

- Colecciones digitales
- Archivos
- Expediente electrónico
- Personas
- Bibliotecas
- Aplicaciones
- Datos en base de datos
- Datos no estructurados
- Datos en almacenes de datawarehousing
- Mapas e información territorializada
- Portales internos
- Proyectos
- Otros

Para realizar un análisis de las distintas colecciones de información es necesario tomar en cuenta los aspectos que aplican en cada caso:

- Marco legal
- Seguridad
- Normativas profesionales o buenas prácticas
- Metadatos
- Terminología institucional
- Vinculación con entidades externas
- Semántica

- Preservación digital
- interoperabilidad

4.1. Marco legal

La información está sujeta al marco legal general v.g. ley de acceso a la información, ley de habeas data, pero de acuerdo a las características específicas o el marco regulatorio interno de la institución hay otros requerimientos normativos por lo que se trata de establecer en cada caso cual es el marco legal que aplica.

4.2. Seguridad

Existe un marco de seguridad de la información (SI) que tiene como objetivo garantizar la confidencialidad, integridad y disponibilidad de la información y se basa en la norma 27002. Un Sistema de gestión de seguridad de la información (SGSI) es un conjunto de políticas y procedimientos cuyo objetivo es administrar la Seguridad de la Información de la Organización. El SGSI tiene una metodología sistemática y documentada que se enfoca en determinar los procesos, actividades y políticas necesarias para minimizar los riesgos a que está sujeta la información. Este sistema tiene un marco legal y estructuras que brindan apoyo y capacitación en la implantación¹⁰

4.3. Preservación digital

Para lograr la integridad y legibilidad de los recursos digitales a lo largo del tiempo es necesario delinear una política de preservación digital que identifique cuestiones generales sobre estrategias de preservación, que recursos se van a preservar, periodo de tiempo por el cual se garantiza la preservación, responsables de las tareas entre otros aspectos.

Los objetos digitales están sujetos a obsolescencia y deterioro de los soportes por lo cual si se quieren conservar es necesario establecer procesos que garanticen la disponibilidad de esos objetos a lo largo del tiempo.

El modelo de referencia *Open Archival Information System* (OAIS) es un modelo abstracto que busca esclarecer todos los aspectos involucrados en la preservación digital para que se puedan tomar en cuenta de modo de conservar la información y disponer el acceso de la misma¹¹. Uno de los aspectos considerados son los metadatos de preservación que son parte de la estrategia¹².

Los temas de preservación digital están relacionados con los derechos sobre los objetos y es una cuestión a considerar para desarrollar las estrategias de preservación.

¹⁰ In: <https://www.agesic.gub.uy/innovaportal/v/474/1/agesic/sistema-de-gestion-de-seguridad-de-la-informacion-sgsi.html> - <https://www.cert.uy/>.

¹¹ In: <https://www.iso.org/standard/57284.html>.

¹² In:

http://www.bne.es/es/Micrositios/Publicaciones/PREMIS/001_Introduccion/001_Antecedentes/002_Metadatosfundamentales/.

5. Interoperabilidad

En este documento se considera la interoperabilidad como la habilidad de vincular información de diversas procedencias, formatos, aplicaciones de modo que se pueda construir una mirada completa sobre un objeto informacional, los flujos que realiza y las transformaciones que sufre. Para lograr este vínculo es necesario construir un hilado semántico sobre los objetos que indique una nominación en forma consensuada dentro de la organización del significado de los objetos y sus propiedades. Este objetivo se logra por un lado teniendo una descripción compatible de los objetos informacionales (metadatos) y un lenguaje consensuado sobre la semántica de esos objetos (tesauros, ontologías, datos enlazados) como señala Temesio Vizoso (2014).

Es necesario tomar en cuenta también que existen mecanismos de colaboración y compartir datos que se basan en la interoperabilidad sintáctica a través de metadatos interoperables y protocolos de colaboración como OAI-PMH (*Open Archive Initiative – Protocol Metadata Harvesting*)¹³.

6. Propuesta

En base a lo planteado se busca establecer un marco para trabajar en GI. Este incluye todos los elementos necesarios: políticas de GI, procedimientos y una estructura que las sustente. Estas políticas de GI deben ser bien conocidas dentro de la organización y tener el apoyo de la alta dirección.

Las políticas de la GI son complementarias con las políticas de seguridad de la información y las políticas de preservación digital si existieran, y en muchos casos tienen elementos comunes que se integran.

Las políticas de la GI son la declaración de los procesos para tener un inventario de activos de información, la indicación del tratamiento técnico de estos activos (metadatos, delimitación temática, vínculos entre objetos), el tratamiento tecnológico (*software*), el tratamiento de los medios (formatos), el tratamiento de los accesos (roles y privilegios de acceso), la política de preservación digital, la política de derechos de publicación (*v. g. creative commons*), el ciclo de vida del objeto (expurgo), la gestión de riesgos de los activos de información, resguardo de activos, contingencia, tratamiento de incidentes de información, capacitación en tratamiento de la información, proyectos de actualización, mejora y articulación de la información, entre otros aspectos.

Estas políticas se revisarán periódicamente y se analizará el vínculo con las políticas de seguridad de la información y las de preservación digital de modo que todo armonice.

Los objetos informacionales se categorizarán de acuerdo a su arquitectura de la información y se buscará tener un tratamiento adecuado a esa arquitectura a lo largo de toda la organización.

Una vez clasificados los objetos se detallarán sus características de acuerdo al estándar o los estándares de metadatos de la organización y se indizarán de acuerdo al sistema que se establezca para la organización (tesauro institucional, ontología, etc.).

Dentro de los metadatos de los objetos se establecerán la clasificación de los mismos en cuanto a su visibilidad (público, grupo, etc.), y las personas con los roles y privilegios para

¹³ In: <https://www.openarchives.org/pmh/>.

su manipulación. Asimismo se detallarán cada una de las características a las que está sujeto el objeto en forma particular.

En general se detallarán los aspectos de:

- Marco legal
- Seguridad
- Normativa profesionales o buenas prácticas
- Metadatos
- Terminología institucional
- Vinculación con entidades externas
- Semántica
- Preservación digital
- Interoperabilidad

y otros aspectos que pudieran corresponder y no fueron considerados.

6.1. Políticas de GI

Estas políticas generales deben ser bien conocidas y deberán ser modificadas en la medida que los miembros de la organización lo soliciten y presenten argumentos de recibo. La participación y colaboración para entallar las políticas de información son una práctica enriquecedora que debe favorecerse.

La alta dirección avala y apoya esta política y se compromete a comunicarla y brindar la infraestructura necesaria para el marco de GI y la capacitación institucional. Por otra parte la alta dirección involucrará el asesoramiento del equipo de GI para el desarrollo de nuevos proyectos de información.

6.2. Estructura

Se plantea la estructura de un equipo multidisciplinario coordinador que en forma consensuada elabore las políticas y monitoree y audite su cumplimiento. Esta estructura puede ser permanente o ad hoc y debe contar con la participación de profesionales de la información, áreas tecnológicas, seguridad de la información, preservación digital, comunicación y referentes funcionales.

Una de las tareas más fundamentales de este equipo es participar asesorando en nuevos proyectos que se emprendan, necesidades informacionales a cubrirse que al momento no están cubiertas, articulación, vinculación y mejora de la información cubierta por los activos actuales.

6.3. Documentación

Los productos que deberán elaborarse son:

- Política de GI

- Relevamiento de activos de información
- Relevamiento de las necesidades de información sin cobertura
- Estándares descriptivos para los distintos activos de información (metadatos)
- Estándares temáticos (tesauro, ontología, etc.)
- Mapa de información que detalle los vínculos entre los distintos activos de información y que tenga diferentes niveles
- Plan de capacitación
- Plan de comunicación
- Plan de auditoría y revisión
- Matriz de riesgos y plan de contingencia
- Portfolio de proyectos a desarrollar que cubran faltas de información, articulen y vinculen la información institucional

La primera actividad a desarrollar es realizar un relevamiento de las actividades y procesos técnicos y administrativos de la Institución en cada lugar.

Los procesos se pueden documentar en un diagrama de flujo de datos¹⁴. De este diagrama debe surgir claramente cuál es la información que ingresa y cuál es la información que sale.

Se sugiere realizar un diagrama de contexto que determine claramente la información intercambiada (ingreso, salida) a nivel de toda la Institución determinando que entidades externas intercambian datos con la institución.

De los procesos y actividades que se recaben en la elaboración del diagrama surgirán los datos que se generan o usan en cada lugar y se propone llenar un formulario similar al que se presenta en el anexo 1 que recabe los metadatos que se detallan.

Las herramientas a utilizar para recabar esta información serán el análisis documental, entrevistas a expertos y la confección de un mapa de información.

Para la realización de las entrevistas debiera realizarse una primera entrevista con el mayor jerarca de la Institución enmarcando el proyecto en una línea de trabajo que pueda arrojar luz sobre cuáles son los recursos de información y como se articulan lo cual constituirá un beneficio para las jerarquías por contar con mayor información, información oportuna y de calidad. En esta entrevista se negocia la realización de esta tarea y la comunicación de la misma a los jefes subalternos por la propia jerarquía.

En las entrevistas a cada oficina se explicará que los resultados son de interés para las oficinas porque harán visibles muchos procesos y actividades que se realizan y que no resultan claros a los niveles superiores o al mismo nivel contribuyendo a darles mayor

¹⁴ GANE, C. P.; SARSON, T. (1979) - *Structured systems analysis: tools and techniques*.

relevancia y aportar en transparencia interna para que cada oficina sepa cómo trabajan las otras oficinas, de que datos dispone y cuál es la estrategia de acceso de ellos.

Una buena estrategia es implicar a los referentes en la corrección del mapa de información que se pueda disponer luego en un portal interno o en la disposición de los datos del relevamiento en la intranet para facilitar los procesos de uso y comunicación de los datos que se producen.

Debe considerarse siempre que si hay casos de datos o situaciones confidenciales o sensibles se le asegure al referente que esos aspectos serán tenidos en cuenta y no se realizará una exposición de las fuentes.

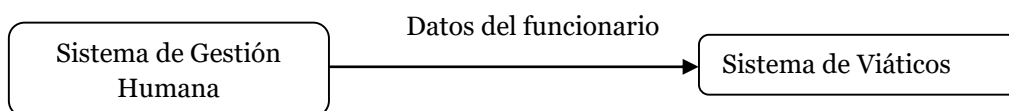
El mapa de información es un elemento que se construirá a partir de los datos relevados y que tendrá diversas capas como en un sistema de información geográfica que se asienta sobre un mapa de referencia que en este caso para completar la analogía es la topología organizacional.

Cada capa mostrará la información del recurso de información relevado:

- Colecciones digitales
- Aplicaciones
- Datos
- Información heterogénea
- Información tácita
- Archivos y expedientes
- Data warehousing
- Información geográfica
- Aplicaciones
- Proyectos
- Otros

En este mapa de la capa de aplicaciones como se ve en la figura 2 se describe cada aplicación como una burbuja y los datos que produce y alimentan a otras aplicaciones o entidades externas como flechas con los nombres indicando la dirección.

Fig. 2 - Ejemplo mapa información para aplicaciones



Fonte: Elaboración propia

Cada elemento del mapa tiene asociados metadatos, que son los datos de la aplicación por ejemplo:

- Nombre
- Tipo de aplicación (administrativa/técnica)
- Programación (externa/propia)
- Licencia (propietario/software público/software libre)
- Lenguaje de programación
- Base de datos
- Documentación existente
- Vinculaciones con otras aplicaciones
- Datos externalizados que son guardados en repositorios o enviados al exterior
- Dato principal de la aplicación que esté terminológicamente estandarizado

En el anexo 2 se presenta un formulario que se ha usado para describir el objeto aplicación.

Para cada tipo de recurso se debe confeccionar un formulario de datos a relevar. Se incluyeron los formularios de datos y de aplicaciones a modo de ejemplo.

Para relevar esta información se entrevistarán a los referentes o los jefes de las oficinas que poseen la información o pueden derivarnos a quien las posea. Asimismo se analizará la documentación que surja de las entrevistas.

Con los insumos de los formularios se construye luego un mapa de información para observar:

- Redundancia de datos
- Vinculación o aislamiento de datos

Otro documento a confeccionar es un mapa de calor que denota la importancia de los recursos de acuerdo a como se calificaron y a otros aspectos a determinar que surgen del mapa de información como la vinculación con otros recursos de importancia de los cuales se es proveedor.

Para asegurar la confiabilidad de los datos debo asegurarme que el instrumento está correcto. Puedo evaluar los formularios con los referentes para asegurarme que el formulario es adecuado y releva toda la información fundamental.

Otra forma es usar el formulario como un elemento de sistematización y realizar la entrevista en forma flexible, tomando algunos elementos del formulario como disparadores. A posteriori se transcriben las entrevistas, se rellena el formulario e incluso puede presentarse al entrevistado para que realice observaciones sobre lo adecuado de la transcripción de la entrevista al formulario. A partir de esa relación dialéctica incluso el formulario puede reformularse o modificarse levemente en tiempo de ejecución.

Para asegurar la validez de los datos debo asegurarme que el formulario releva los conceptos que planteo o que a partir del formulario pueda explorar los conceptos que estipulé.

El mapa de información es en algunas capas una instantánea de lo que hoy existe, muestra la situación actual y hace visibles las descoordinaciones, la duplicación, la redundancia y el aislamiento y por tanto permite corregir estas situaciones. Este sería el caso de la capa de aplicaciones.

En otras capas como la capa de datos, el mapa es una elaboración que se construye a partir de las entrevistas del relevamiento. De las entrevistas surge cuales son los elementos importantes en los procesos, actividades que se desarrollan y en algunos casos esos elementos estarán plasmados en aplicaciones, en otros casos en documentos, en fotos, en planillas de cálculo o aún puede que esos datos no se registren, o se registren en forma parcial en distintas partes. Es en esta instancia en que el profesional de la información puede sugerir a partir de la estructura de la información la incorporación de herramientas acordes a las características de la misma. Cada herramienta está acorde a una arquitectura específica, una colección digital, una *wiki*, un gestor de contenidos, un gestor documental, un repositorio, una plataforma colaborativa, un gestor de proyectos, una bitácora, un entorno virtual de aprendizaje, herramientas de minería de datos, sistemas de información geográfica, sistemas de simulación, sistemas de gestión de conocimiento, aplicaciones 2.0, redes sociales, análisis de redes, tesauros, herramientas semánticas, o incluso una aplicación a medida.

Es en la confección de esta capa donde el profesional de la información realizará el mayor aporte porque no solo se trata de seguir el flujo de la información, su trazabilidad a lo largo de los procesos sino de encontrar la herramienta idónea que permita una adecuación al uso y forma de la información, una recuperación y disponibilidad adecuada y una interoperabilidad con información relacionada.

Este enfoque que naturalmente realiza el bibliotecólogo o el archivólogo frente a los recursos de información ya que conoce cómo aplicar los metadatos a un documento archivístico, un libro o una revista y como procesar el registro de modo de lograr un acceso óptimo de acuerdo a los requerimientos es el que se echa en falta a los enfoques sectoriales o puramente tecnológicos de la GI.

Un Centro de Respuesta de Seguridad Informática (CERT¹⁵) tiene un registro de las infraestructuras de los sitios de gobierno y por otro lado recibe los avisos de vulnerabilidades o parches y debe distribuir esa información de acuerdo a los requerimientos específicos. Si se usa un sistema integrado de gestión bibliotecaria, donde la colección se componga de alertas o documentos técnicos que se indexen de acuerdo a la infraestructura a la que se aplica el problema y por otra parte los usuarios se enrolan con el perfil de preferencias de su infraestructura, cualquier sistema integrado realizará con total eficacia una Diseminación Selectiva de la Información (DSI).

En este caso se ha pensado la solución de los problemas con la perspectiva de la arquitectura de la información y no con la visión de artefacto tecnológico. Esta es parte de la tarea que le corresponde al profesional de la información y es el mayor aporte en la GI.

El otro aspecto de importancia en la GI es la interoperabilidad y al respecto la construcción de una terminología institucional consensuada, avalada por el marco legal, por la práctica y los procesos de negocio, permite generar un lenguaje de indización local que logre hilar y vincular toda la información respecto a los temas en distintos formatos, estados y

¹⁵ In: <https://www.cert.uy/>.

aplicaciones. La construcción de un tesoro institucional como primera etapa y una ontología institucional más adelante es el primer paso para vincular y dar semántica a la información.

Estos procesos se realizan desde el punto de partida del actor operativo que es el que detenta el conocimiento y a través de la participación de los distintos actores se va ajustando. La GI como proceso constante de adecuación es un proceso 2.0 institucional, participativo y colaborativo.

7. Modelo de madurez

Un modelo de madurez es un mapa de ruta de lo que se pretende lograr con la GI, si se plantean niveles de cumplimiento en los aspectos importantes, se puede identificar cual es el estado actual y plantearse una política de mejoramiento.

Existen varios modelos de madurez en gobierno de datos que se apoyan en aspectos organizacionales y tecnológicos (GARCÉS ZULUAGA, 2016).

Otra iniciativa fue la de ARMA Internacional¹⁶ que elaboró un modelo de madurez que se nutre de principios: integridad, responsabilidad, transparencia, protección, cumplimiento, disponibilidad, retención y disposición. Merece también señalarse el modelo de referencia de la gobernanza de la información de EDRM¹⁷ que proviene del área de información legal.

En forma colateral se puede mencionar el enfoque de sistemas de información documental (DEL PRADO MARTÍNEZ y ESTEBAN NAVARRO, 2016) que corresponde a un enfoque documental.

No obstante estos enfoques carecen de algunos elementos que se consideran fundamentales en un análisis desde la ciencia de la información y que a nuestro criterio deberían considerarse para verificar un estado de la información en una organización y construir un plan de mejoramiento.

Los aspectos a consideración corresponden a los siguientes puntos:

- Verificar si se toma en cuenta la arquitectura de la información para la disposición los recursos informacionales.
- Analizar si los recursos informacionales están descritos de acuerdo a **metadatos** que adhieren a estándares o extienden estándares y toman en cuenta los aspectos de interoperabilidad.
- Investigar si los recursos informacionales están indizados con una terminología que toma en cuenta aspectos locales y globales y adhieren a las buenas prácticas terminológicas.

¹⁶ In: <https://www.arma.org/>.

¹⁷ In: <http://www.edrm.net/frameworks-and-standards/information-governance-reference-model/>.

- Relevar si los recursos informacionales pueden enriquecerse con la interacción de los distintos actores que participan en la creación, actualización, consulta o uso de los mismos.

Para considerar la ubicación en un modelo de madurez de la GI se definen indicadores y métricas:

- Se toma en cuenta la **arquitectura de la información** para la solución de poner a disposición los recursos informacionales.

Los niveles podrían plantearse:

1. Existe una caracterización del problema informacional y de su solución tomando en cuenta los aspectos de arquitectura de la información
 2. Existe una caracterización institucional para las distintas arquitecturas de la información y detallan el uso, la herramienta y las prestaciones.
 3. Existe una caracterización institucional para las distintas arquitecturas y se analiza cada nuevo caso para inscribirlo en una situación o crear una situación nueva.
- Caracterización de recursos (**metadatos**): Esto significa si los recursos están descritos de acuerdo a datos administrativos y descriptivos que permitan su recuperación y trazabilidad. Puede asimilarse a un tratamiento genérico de recursos digitales en la web a través de metadatos Dublin Core.

Los niveles que se podrían plantear para el concepto de metadatos:

1. Existe una descripción de características básicas del recurso
 2. Existe una descripción de características básicas del recurso y esa descripción se adecúa a un estándar institucional
 3. Existe una descripción de características básicas del recurso y además otras características relevantes para la institución (extendida)
 4. Existe una descripción de características básicas del recurso y además otras características relevantes para la institución (extendida) y además esa caracterización está normalizada dentro de la Institución
- Caracterización **temática** o terminológica (taxonomía, tesauro, ontología)

Los niveles podrían plantearse:

1. Existe una descripción de características temáticas básicas del recurso
2. Existe una descripción de características básicas del recurso y esa descripción se adecúa a un estándar institucional, existe una terminología institucional normalizada (tesauro institucional)

3. Existe una descripción de características temáticas del recurso relevantes para la institución y esa caracterización normalizada institucional se puede expresar con riqueza semántica (ontología)
- Componente 2.0 (interacción, colaboración, participación)

Los niveles podrían plantearse:

1. Existe algún mecanismo para establecer comentarios sobre cualquier aspecto que involucre a los recursos de información
2. Existe algún mecanismo en el que se toman en cuenta los comentarios y existe un diálogo que permita el mejoramiento o adecuación de cualquier aspecto que involucre los recursos informacionales
3. Existen mecanismos que permitan un espacio de trabajo colaborativo en los aspectos que se planteen respecto a los recursos informacionales.

8. Conclusiones

La implantación de la gobernanza de la información pasa por considerar una estructura de la misma dentro de la institución, un responsable de la GI, una adhesión de la alta gerencia a la importancia de la GI, la asignación de recursos (personas, equipos, aplicaciones), la definición de una política de GI, la definición de los aspectos que tengan que ver con la infraestructura, el uso y la organización de la GI, la realización de auditorías para la adecuación y ajustes.

La GI es una operacionalización de una visión estratégica que a nivel de instituciones de gobierno se alinea con el gobierno abierto en cuanto a que persigue los objetivos de transparencia, rendición de cuentas, accesibilidad y adhesión al marco legal.

La empresa privada también se beneficia de una GI no solo en los aspectos de adecuada gestión informacional y estratégica sino porque también está sujeta a un marco legal y la transparencia de las actividades económicas supone un valor para los intereses de los inversores.

La GI es un paso en la gobernanza del conocimiento, porque la articulación de toda la complejidad informacional de una organización permite en un paso avanzado la construcción de conocimiento no solamente con el uso de minería de datos sino a través de una visión enlazada de la información, no facetada como es en el paradigma de la división de tareas y la organización departamental, sino vinculada, trazable, pasible de ser estudiada en sus trayectos a través de la marcación terminológica y el aporte de semántica. La generación de tesauros institucionales que vinculen las aplicaciones del negocio, con los datos, con los registros archivísticos, con las colecciones digitales y aún más el establecimiento de una semántica que permita una visión reticular que pueda descubrir situaciones aún no establecidas, conocimiento.

La organización posee en sí misma el conocimiento, pero disperso, desestructurado y fundamentalmente sin ámbitos de participación institucional que permita explicitarlo. La participación institucional a nivel de gobierno electrónico se intenta plasmar en los portales internos, pero persiste una visión jerárquica y son pocas las situaciones en que los funcionarios tienen una instancia de participación. Por otra parte la participación desde el exterior de la organización es altamente pertinente, conocer que opinan los destinatarios o los usuarios que se relacionan con la institución respecto a la información que solicitan que

no es lo mismo que la participación registrada a través de canales mediados. El mundo 2.0 sigue siendo para las grandes organizaciones solamente una declaración sin valor operativo.

La gobernanza del conocimiento tiene oportunidad de florecer a con algunas estrategias sencillas:

- marcación terminológica y semántica en los objetos informacionales
- participación y comunicación institucional
- elección profesional de la arquitectura de la información

Referencias bibliográficas

APORTELA RODRÍGUEZ, Ivett

2007 Intranets: las tecnologías de información y comunicación en función de la organización. *ACIMED*. 16:4 (2007).

BUSHMAN, Robert [et al.]

2004 Financial accounting information, organizational complexity and corporate governance systems. *Journal of Accounting and Economics*. 37 (2004) 167-201.

CORCHO, O. [et al.]

2003 ODESeW: automatic generation of knowledge portals for intranets and extranets. In INTERNATIONAL SEMANTIC WEB CONFERENCE, 2nd, Sanibel Island, Florida, 2003 – *Proceedings*. [En línea]. Berlin; Heidelberg: Springer, p. 802-817. Disponible en:

https://www.researchgate.net/publication/221466513_ODESeW_Automatic_Generation_of_Knowledge_Portals_for_Intranets_and_Extranets

D'ALÒS MONER, Adela

2002 Intranets: sonrisas y lágrimas. *El Profesional de la información*. 11:1 (2002).

DEL PRADO MARTÍNEZ, M.; ESTEBAN NAVARRO, M.

2016 Propuesta de un modelo de Sistema Integrado de Gestión de la Información Documental para las organizaciones. *Revista General de Información y Documentación, Norteamérica*. [En línea]. 26 (2016). Disponible en: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/54708>.

FERNÁNDEZ CUESTA, Francisco

2015 Gobernanza de la información para la transparencia y el gobierno abierto: el Modelo de Gestión de Documentos y Administración de Archivos de la Red de Transparencia y Acceso. In CONGRESO INTERNACIONAL EN GOBIERNO, ADMINISTRACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS - GIGAPP, 6^o, Madrid, 2015 - *Nuevos caminos para la gobernanza en Iberoamérica*. [En línea]. Madrid : Centro de Ciencias Humanas y Sociales; Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2015. Disponible en:

GARCÉS ZULUAGA, J.

2016 *Caracterización de modelos de madurez en gobierno de datos*. [En línea]. 2016. Disponible en: https://repository.upb.edu.co/bitstream/handle/20.500.11912/2583/INFORME_FINAL_%20Jose%cc%81%20Jaime%20Garce%cc%81s.pdf?sequence=1&isAllowed=y

GARCÍA-MORALES, Elisa

2012 Gobernanza de la información. *Anuario ThinkEPI*. 6 (2012) 100-103.

KHATRI, V.; BROWN, C. V.

2010 Designing data governance. *Communications of the ACM*. 53:1 (2010) 148-153.

KOOPER, M. N.; MAES, R.; LINDGREEN, Roos

2011 On the governance of information: introducing a new concept of governance to support the management of information. *International Journal of Information Management*. 31 (2011) 195-200.

LAI, V. S.

2001 Intraorganizational Communication with Intranets. *Communications of the ACM*. 44:7 (2001) 95.

NEWELL, S.; SCARBROUGH, H.

1999 Intranets and knowledge management: complex processes and ironic outcomes. In ANNUAL HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEMS SCIENCES - HICSS-32, 1999 – *Proceedings: abstracts and CD-ROM of full papers*. [En línea]. 1999. Disponible en: <https://ieeexplore.ieee.org/document/772688>.

TALLON, P. P.; RAMIREZ, R. V.; SHORT, J. E.

2013 The Information artifact in IT governance: toward a theory of information governance. *Journal of Management Information Systems*. 30:3 (2013) 141-178.

TEMESIO VIZOSO, S. G.

2014 Interoperabilidad de la información en el gobierno electrónico. *Acervo*. [En línea]. 26:2 (jul.-dez. 2014) 189-206. Disponible en: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/524/522>.

WINOGRAD, Morley A.

2002 La Gobernanza en la era de la información: ¿Qué hacer y cómo hacerlo? *Reforma y Democracia*. CLAD, 22 (2002).

Silvana Grazia Temesio Vizoso | silvana.temesio@fic.edu.uy

Universidad de la República - Facultad de Información y Comunicación / Instituto de Información, Uruguay

Anexo 1

Tabla de elaboración propia creada a partir de elementos de Dublin Core

Nombre Dato	Nombre claro que explicita el dato y sirva para referenciar
Definición	Definición de trabajo que sirva para acotar las incertidumbres en el uso del dato
Prioridad (Alta, media, baja)	
Oficina que actualiza	Puede ser una oficina o varias y también conviene enunciar las personas que luego tendrán un rol de escritor sobre este dato
Oficina que consulta	Destinatarios del dato dentro de la institución
Frecuencia de actualización	Cada cuanto se actualiza el dato
Aplicación informática	Establecer si existe una aplicación informática a través de la cual se trabaja con el dato o se hace a través de otro medio (especificar: por ej. planilla electrónica, consignar también el formato en este caso)
Fuente de información	De donde proviene este dato, es un relevamiento de campo, es originado en un proceso, o todas las variantes posibles
Relación con otros datos	Cuáles son las vinculaciones de un dato, puede ser una vinculación asociativa o de otro tipo
Documento que define el dato	En algunos casos el dato se consigna porque su valor aparece en un documento. Especificar este caso si corresponde
Dominio de valores	Especificar cuál es el dominio de valores del dato, si es un dato compuesto, los distintos dominios que lo componen
Despliegue de valores al usuario genérico	Especificar cómo se muestran los valores al usuario, puede no ser un dato crudo sino un concepto
Fórmula usada	Si en el valor del dato está involucrada una fórmula, detallar
Proveedores externos que participan en la generación de datos	Puede haber un elemento externo que participe en todo o en parte en brindar el valor del dato
Entidades externas que consultan el dato	Quienes desde el exterior de la institución consultan el dato
Base de datos y tabla	Si el dato se guarda en una base de datos, establecer estos valores
Datos georeferenciados	Establecer si el dato es susceptible de ser referenciable geográficamente
Interés de automatizar el dato (en caso de no estar automatizado)	
Visibilidad del dato	Determinar los roles de quien puede ver y/o modificar el dato

Anexo 2**Ficha modificada a partir de ficha de uso interno (MTOPI) y de catálogo de AGESIC**

Nombre	
Unidad Ejecutora propietaria	
Criticidad	ALTA, MEDIA, BAJA
Usuarios y rol	Consulta, ingreso datos, en forma de lista de control de acceso: usuarios, roles, privilegios
Status	En producción, en desarrollo, testing, en implantación, ...
Descripción breve	
Referente funcional	
Forma Incorporación	Desarrollo Externo/desarrollo propio
Proveedor (desarrollo externo)	Si es desarrollo externo
Año implantación	
Procedimiento de compra (desarrollo externo)	Licitación Abreviada, compra directa, Fondos Concursables Agesic, ...
Referente informático	
Licencia	Software público, software libre, licencia específica
Mantenimiento	Contratado/realizado por Informática local
Tipo	Evolutivo/Correctivo – Guardia Fin de Semana
Descripción	Servicio de guardia Lunes a Viernes Horario de oficina (9 a 18) Sábados y Domingos de 9 a 20 Incluye soporte a usuarios finales
Proveedor (caso contratado)	
Vencimiento (caso contratado)	
Costo	
Referente Proveedor	
Referente funcional	
Software Base	
Lenguaje y versión	
Base de Datos y versión	
Servidor aplicación, servidor base de datos, servidor de sistema de archivos	
Acceso y deploy	Web: URL, cliente servidor: detalles de instalación

A GESTÃO DE DOCUMENTOS SOB O OLHAR DA *THE AMERICAN ARCHIVIST* (1938-1959): uma abordagem a partir do método da análise de conteúdo

RECORDS MANAGEMENT UNDER THE VIEW OF *THE AMERICAN ARCHIVIST* (1938-1959): an approach from the method of content analysis

Thiago de Oliveira Vieira | Paola Rodrigues Bittencourt

Resumo: O presente artigo analisa como a gestão de documentos foi abordada nos artigos publicados nos primeiros vinte e um anos da revista *The American Archivist*. A revista, editada pela Society of American Archivists, foi criada no mesmo período de surgimento da gestão de documentos e publicou reflexões de diversos funcionários do Arquivo Nacional americano sobre problemas e desafios na gestão dos documentos públicos. Assim, este artigo visa perceber, a partir do método de análise de conteúdo, como a gestão de documentos foi retratada pelos artigos publicados na *The American Archivist*, no período de 1938-1959, a contar dos primeiros textos veiculados neste periódico, que teve sua primeira publicação em 1938. Para além do recurso da análise de conteúdo, objetiva-se também uma análise contextual destas publicações, bem como uma breve discussão dos conteúdos categorizados a partir do método empregado à luz dos artigos selecionados nesta pesquisa.

Palavras-chave: *The American Archivist*; Análise de Conteúdo; Arquivologia; Gestão de Documentos

Abstract: This article analyzes how records management was addressed in articles published in the first twenty-first years of *The American Archivist*. The journal, edited by the Society of American Archivists, was created in the same period of records management appearance, and has published reflections by National Archives staff on issues and challenges related to the management of public records. Thus, this article aims to understand, from the method of content analysis, how records management was portrayed by the articles published in *The American Archivist*, in the period 1938-1959, from the first texts published in this journal, which had its first publication in 1938. In addition to the content analysis, a contextual analysis of this publication is proposed, as well as a brief discussion about its contents categorized according to the method used, in the light of the articles selected for this research.

Keywords: The American Archivist; Content Analysis; Archival Science; Records Management

Introdução

A gestão de documentos não surgiu, ao contrário do que se possa imaginar, como resultado de reflexões teóricas ou práticas no campo dos arquivos. Emerge da administração, atrelado à necessidade de controlar os documentos desde a sua produção, com o objetivo de reduzir o custo com a manutenção dos “*federal records*” nas organizações norte americanas. Entretanto, teve grande impacto no panorama arquivístico mundial.

Em meados do século XX, sobretudo nos Estados Unidos, o crescente uso de tecnologias de informação e comunicação, principalmente pelo uso de recursos reprográficos na reprodução de documentos e associado ao processo de ampliação das funções desenvolvidas pelo Estado iniciado após a I Guerra Mundial, fez crescer nas instituições a produção de documentos de forma exponencial, até o momento em que controlar o volume de documentos gerados tornou-se um desafio. Esse aumento da quantidade de documentos era resultante, ainda, da proibição legal de destruí-los.

Traduzido do inglês *records management*, a gestão de documentos tem sua primeira aparição oficial na administração governamental americana como “*records administration program*” no *Eighth Annual Report of the Archivist of the United States* (1941-1942). Porém, teve maior destaque após a publicação do *Comission Hoover Report*, relatório final apresentado pela, primeira Hoover Comission (1947-1949), cujo trabalho resultou na reorganização do poder executivo dos EUA e teve no seu escopo, entre as diversas alterações mais profundas na forma de administrar o governo americano, propostas de mudanças na forma de se produzir, gerenciar e arquivar os *public records*, sob a perspectiva da economia, eficiência e eficácia.

A adoção teórica e prática da gestão de documentos representou um novo ciclo para Arquivística e, conseqüentemente, para os arquivos, pois marca a primeira grande ruptura com a tradição arquivística que seguia basicamente o modelo europeu. Ernst Posner e Theodore R. Schellenberg são considerados os responsáveis pela sua difusão e aplicação, nas décadas de 1950 a 1960, o que veio a produzir, conforme afirmam vários autores, inclusive Llansó i Sanjuan (1993), uma autêntica revolução na disciplina arquivística (INDOLFO, 2007:30-31).

O objetivo deste artigo é perceber, a partir do método de análise de conteúdo, como a gestão de documentos foi retratada pelos artigos publicados na *The American Archivist*, no período de 1938-1959, a contar dos primeiros textos veiculados neste periódico, que teve sua primeira publicação em 1938. Para além do recurso da análise de conteúdo, objetiva-se também uma análise contextual destas publicações, bem como uma breve discussão dos conteúdos categorizados a partir do método empregado, à luz dos artigos selecionados nesta pesquisa.

Busca-se responder a algumas indagações: o que se publicava a respeito da gestão de documentos no período que abrangido pela concepção deste conceito? Como a gestão de documentos era retratada pelos autores, levando em consideração de que se trata de uma revista editada por uma associação de profissionais arquivistas? Quais os primeiros indícios de gestão de documentos ainda que sem o uso do termo *records management*?

The American Archivist é um periódico publicado pela Society of American Archivists, que nas palavras de seu editor, Christopher Lee, é uma “publicação líder no campo dos arquivos” (SOCIETY, [20--]). Em seu primeiro *front matter*, a revista delimita sua política editorial: *to be as useful as possible to the members of the profession* (SOCIETY, 1938: v).

A escolha de *The American Archivist* como campo de análise deste artigo se deu pela importância deste periódico na disseminação de conhecimento arquivístico. Além disso, desde o seu surgimento, em um período marcado pelas primeiras preocupações com o desafio de resolver o problema da produção de grandes quantidades de documentos, verifica-se pelos seus editoriais e artigos publicados, o registro das diversas ações desenvolvidas no âmbito da gestão de documentos públicos e privados, das competências do arquivista e do tratamento técnico dos acervos permanentes.

Metodologia

Em termos metodológicos esta pesquisa se configura como descritiva (GIL, 2008), que recorre à análise de conteúdo, tomando como base a conceituação de Bardin (2016).

As pesquisas descritivas possuem como “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008).

A análise de conteúdo é vista um recurso metodológico, em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos extremamente diversificados. Em nível da interpretação, a análise do discurso situa-se entre o rigor da objetividade e a fertilidade da subjetividade (BARDIN, 2016).

Este recurso metodológico tem sido muito utilizado nas pesquisas qualitativas, assim como afirma Campos: “um método muito utilizado na análise de dados qualitativos é o de análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento ” (2004:611).

A análise de conteúdo, enquanto método, organiza-se em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2016).

Uma das técnicas de análise de conteúdo, é a análise categorial que é operacionalizada a partir do desmembramento do texto em unidades, a partir da análise do material, e são utilizados para interpretar o conteúdo contido nos conjuntos de documentos alvos da análise. Nesta pesquisa, foi empregada a categorização semântica, que corresponde a categoria temática (BARDIN, 2016).

A primeira etapa abarcou o levantamento dos artigos científicos publicados no periódico científico *The American Archivist*, publicado pela Society of American Archivists, no período de 1938-1959.

Apesar de os primeiros indícios da gestão de documentos apontarem para o ano de 1941, o período abrangido pela pesquisa recuou até 1938 – ano de criação de *The American Archivist* – na tentativa de explorar também os primeiros relatos e reflexões publicados sobre os problemas no aumento do volume de documentos acumulados nas unidades de trabalho do governo americano, relatados principalmente por funcionários e diretores do National Archives americano.

A coleta de dados consistiu na busca avançada por meio do portal do periódico, realizada no dia 28 de outubro de 2018, utilizando o campo data de publicação (inicial e final), com o recorte mencionado anteriormente, e o campo título, com as seguintes expressões: *records administration, records administration, records management, e “management*¹.

¹ A opção pela busca no campo título justifica-se a partir da percepção dos autores de que os artigos publicados neste período não possuem em seu conteúdo as palavras-chave e *abstract*. Nesse sentido,

A segunda etapa consistiu em uma pré-análise a partir dos artigos publicados e localizados de acordo com os critérios acima expostos. A pré-análise envolveu uma primeira leitura dos artigos (sublinha-se que os artigos não possuem *abstract*, o que levou a leitura completa dos artigos nesta fase), a escolha dos textos que possuíam pertinência para a pesquisa e o estabelecimento das categorias semânticas (temáticas).

A partir das categorias já estabelecidas na fase anterior, partiu-se para a exploração do material de forma a desmembrar os conteúdos dos artigos nas categorias previamente estabelecidas. Para isso, procedeu-se a uma nova leitura e análise dos textos.

Importante destacar que nesta fase de leitura e análise dos textos, buscou-se identificar o conteúdo dos artigos, ou seja, sobre os conteúdos que foram objetos dos textos em análise. Assim, não basta que as categorias estejam assinaladas no texto, mas sim, necessitam ser objeto ou desdobramento do artigo.

A última etapa objetivou a discussão dos resultados, a partir de inferências e interpretações, da análise de conteúdo categorial. Para Meireles e Cendón (2010:79), “um conjunto de categorias cuidadosamente selecionadas pode gerar indicações produtivas para o processo de inferência, contribuindo para que as interpretações possam espelhar resultados validados pelo método”.

Resultados

No período delimitado por este artigo, foram publicados 22 volumes da revista americana. Foram localizados, com os critérios acima mencionados, 16 artigos, listados no Quadro 1:

Quadro 1 – Lista dos artigos localizados a partir dos procedimentos de pesquisa

Autor	Data	Volume	Número	Título do artigo
Chatfield, Helen	1940	3	2	The Problem of records from the standpoint of management
Brooks, Philip	1943	6	3	Current aspects of records administration
Sterman, C.	1944	7	4	Records administration in the Tennessee Valley Authority
Leahy, Emmett	1949	12	3	Modern records management
Halliday, W.	1950	13	2	The Public Records of Canada: recent developments in control and management
Angel, Herbert	1953	16	1	Federal records management since the Hoover Commission Report
Topham, W.	1954	17	2	Pacific Telephone's records management program

para maior precisão na coleta de dados, optou-se pelo campo título (elemento presente em todos os artigos publicados na revista).

Zitmore, Irving	1955	18	2	Planning a records management survey
Fishbein, Meyer	1955	18	2	Records management in the Bureau of Corporations
Gregory, Ben	1956	19	1	Growing pains of a records management program
Baumhofer, Hermine	1956	19	3	Film records management
Norton, Margaret	1956	19	1	The Illinois records management survey
Shiff, Robert	1956	19	2	The Archivist's role in records management
Mitchell, Thornton	1957	20	2	The Illinois records management survey
Glenn, Bess	1958	21	2	Search for efficiency in Federal Record Management: introduction
Maclean, Ian	1959	22	4	Australian experience in records and archives management

Fonte: Elaboração nossa

No Quadro 2, procura-se contextualizar os autores dos artigos científicos elencados no quadro acima. Assim, foi descrita a profissão e/ou a ocupação e/ou o local de trabalho dos autores, conforme explicitado nos artigos de cada autor.

Quadro 2 – Ocupação, profissão e/ou local de trabalho dos autores

Autor	Ocupação / Profissão / Local de trabalho²
Chatfield, Helen	Treasury archivist
Brooks, Philip	Archivist in the National Archives and Records Service
Sterman, C.	Tennessee Valley Authority
Leahy, Emmett	National Records Management Council
Halliday, W.	Privy Council Office, Ottawa, Canada
Angel, Herbert	Records Management Division. National Archives and Records Service
Topham, W.	The Pacific Telephone and Telegraph Company
Zitmore, Irving	Since 1948, Mr. Zitmore has been vice president and general manager of Records Engineering, Inc., a management consulting firm specialized in paperwork simplification
Fishbein, Meyer	The author is an employee of the National Archives since 1940 (much of his paper is based on records in the National Archives)
Gregory, Ben	The author joined the staff of TVA in March 1934, was transferred to the Office Service Department in 1941, and is now the staff records officer of TVA, responsible for coordinating and evaluating its records management program

² Optou-se por não traduzir as informações dos autores que constavam nos artigos científicos.

Baumhofer, Hermine	The author is chief of the United States Air Force Motion Picture Film Depository, 1350 th Motion Picture Squadron, Wright-Patterson Air Force Base, Dayton, Ohio
Norton, Margaret	The writer, a past president of the Society of American Archivists, has for many years been the archivist of the State of Illinois, on Archives Division, Illinois State Library
Shiff, Robert	President of the National Records Management Council
Mitchell, Thornton	The writer was director of the Illinois survey undertaken by the National Records Management Council and its consultant service, Naremco
Glenn, Bess	The author is archivist in charge of the Justice and Executive Branch in the National Archives
Maclean, Ian	Mr. Maclean is Chief Archives Officer of the Archives Division of the Australian Commonwealth National Library

Fonte: Elaboração nossa

Após a fase de pré-análise, todos os textos que foram levantados na etapa anterior foram mantidos no escopo desta pesquisa. Concluída a pré-análise dos textos, elaborou-se o quadro com a categorização dos temas. Após a fase de exploração do material, obteve-se os seguintes resultados de incidências a partir da categorização dos temas.

Tabela 1 – Incidência (x) das categorias nos artigos

Referência (autor/data)	Categorias										
	Arquivista x “record manager”	Arquivos x “records”	Programa de gestão de documentos	Âmbito de atuação		Objetivos			Fases da gestão de documentos: produção, uso e destinação	Pesquisa/diagnóstico em gestão de documentos	Documentos especiais ³
				Gestão de documentos públicos	Gestão de documentos privados	Redução da burocracia	Redução da quantidade de documentos	Economia, eficiência e eficácia			
(Chatfield, 1940)		x	x						x		
(Brooks, 1943)	x	x	x	x							

³ “São aqueles que utilizam, para comunicar uma informação, a linguagem audiovisual, iconográfica ou sonora, e que necessitam, por causa de sua linguagem, de processamento técnico específico para análise e representação de sua informação; e por causa de seu suporte, de procedimentos técnicos diferenciados de preservação e acesso. São documentos especiais os documentos audiovisuais, os documentos iconográficos e os documentos sonoros. Nesta definição, as ênfases recaem na linguagem, no suporte, no tratamento arquivístico e na preservação/ conservação” (VIEIRA e MARIZ, 2015:300).

(Serman, 1944)			x	x							
(Leahy, 1949)	x		x	x	x		x	x	x		
(Halliday, 1950)			x	x			x				
(Angel, 1953)			x	x				x			
(Topham, 1954)			x		x			x	x		
(Zitmore, 1955)	x				x					x	
(Fishbein, 1955)				x		x		x			
(Gregory, 1956)			x	x			x		x		
(Baumhofer, 1956)				x							x
(Norton, 1956)			x	x						x	
(Shiff, 1956)	x										
(Mitchell, 1957)			x	x		x	x	x		x	
(Glenn, 1958)				x				x			
(Maclean, 1959)	x	x	x	x							
Incidência (absoluta)	5	3	11	12	3	2	4	6	4	3	1
Incidência (percentual)	9,3	5,5	20,4	22,2	5,5	3,7	7,4	11,1	7,4	5,6	1,9

Fonte: Elaboração nossa

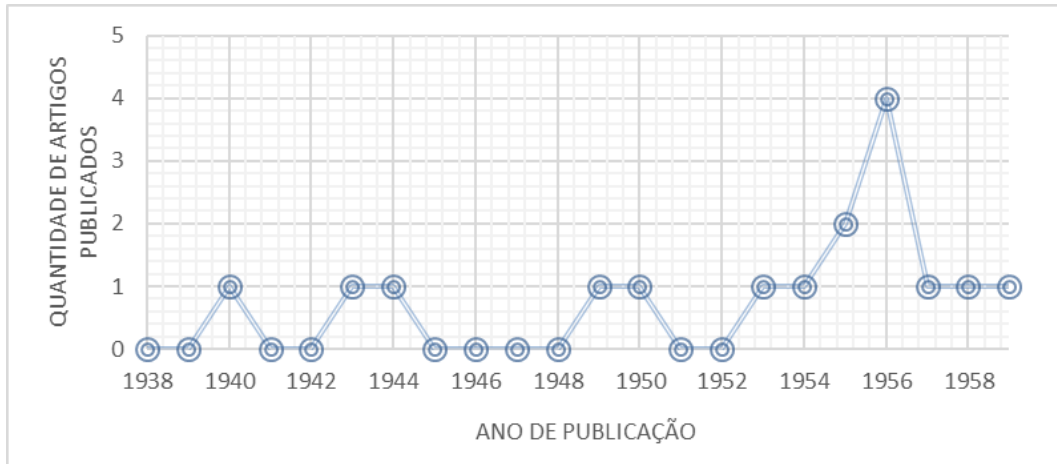
Discussão dos resultados

i) Análise do contexto

Destaca-se a partir do Quadro 1, que o primeiro artigo que atende aos critérios da pesquisa somente foi publicado no ano de 1940, dois anos depois da primeira edição da *The American Archivist*.

O Gráfico 1 abaixo demonstra a distribuição da publicação dos artigos, no período de 1938 a 1959, com a temática de gestão de documentos.

Gráfico 1 – Distribuição da publicação dos artigos no recorte cronológico da pesquisa



Fonte: Elaboração nossa

Como pode ser observado, na década de 1940 somente quatro artigos foram publicados com os critérios da pesquisa. Na década de 1950, já se percebe o crescimento do número de artigos publicados, totalizando 12 artigos. A publicação de forma constante só é percebida entre os anos de 1953 e 1959, tendo como ápice o ano de 1956 com quatro publicações.

A maioria dos autores está vinculada a instituições públicas americanas: quatro autores do The National Archives and Records Administration (NARA), um do Department of the Treasury's, dois da Tennessee Valley Authority (TVA), um do State of Illinois e um da United States Air Force.

Três autores são vinculados ao National Records Management Council, um centro de pesquisa e consultoria para a organização de arquivos comerciais e industriais, fundado em 1947, sem fins lucrativos, financiado por várias fundações e empresas como a The Rockefeller Foundation's, a Society of American Archivists, a New York University entre outras. Sua finalidade essencial é garantir a preservação de documentos de interesse para a história econômica (GUÉRIN, 1954).

Dois autores internacionais, um do National Archives of Australia e outro do Privy Council Office, do Canadá. Ambos os autores internacionais atuam na administração pública em seus respectivos países.

Três autores atuam em instituições privadas: Pacific Telephone and Telegraph Company, Records Engineering, Inc. e Naremco. Cabe destacar que a Records Engineering, Inc. é uma empresa que atua como uma consultoria de gestão de arquivos.

A partir da leitura e análise dos textos, é possível apontar para o fato de que todos os artigos publicados neste período não apresentam uma discussão conceitual em torno da gestão de documentos, estando preocupados com a componente prática e/ou profissional da gestão de documentos.

ii) Análise de conteúdo categorial

Com relação à análise de conteúdo, a partir das categorias previamente estabelecidas, os resultados da tabela 1 apontam que: dos 16 artigos publicados na *The American Archivist*, no período de 1938 a 1959, com a temática da gestão de documentos, 12 artigos (22,2%) focalizam na categoria “gestão de documentos públicos” e 11 artigos (20,4%) evidenciam a categoria “programa de gestão de documentos”.

Analisando a combinação dos dois conteúdos apontados acima, obteve-se sete ocorrências conjuntas, ou seja, entre programas de gestão de documentos e gestão de documentos públicos, demonstrando a preocupação e a importância da implementação de programas de gestão de documentos na administração pública.

Além disso, estes dados são reflexo da atuação dos autores dos artigos, uma vez que, como apresentado anteriormente, em sua maioria atuam em órgãos da administração pública em seus países (um canadense, um australiano e nove americanos).

Somando a categoria “economia, eficiência e eficácia”, que obteve seis incidências, com as três categorias mais representadas obtêm-se 53,7% das incidências. Vale destacar que “economia, eficiência e eficácia” foi combinada com a categoria “programa de gestão de documentos” por quatro vezes e a categoria “gestão de documentos públicos” por cinco vezes.

Se analisadas de forma combinadas, as três categorias “economia, eficiência e eficácia”, “programa de gestão de documentos” e “gestão de documentos públicos”, identificam-se três artigos analisados nesta pesquisa.

É possível perceber a importância destas três categorias no âmbito dos primeiros textos, de profissionais, no período que marca as primeiras ações de elaboração e implantação de programas de gestão de documentos, principalmente na esfera federal americana. Demonstra com isso uma preocupação com a economia, eficiência e eficácia, ideias da administração moderna.

Outra categoria que ficou evidente nos artigos foi a “Arquivista x *record manager*”, obtendo um percentual de 9,3% de incidências. Os textos evidenciaram a importância do papel do arquivista na gestão de documentos, sendo que alguns autores ainda reforçaram a atuação do arquivista na esfera da gestão de documentos.

Como mencionado anteriormente, a maioria dos autores atua em órgãos públicos, nesse sentido, uma menor parte dos textos teve como enfoque a gestão de documentos nos arquivos privados (5,5%).

A redução da quantidade de papel foi enfatizada por 7,4% dos autores, bem como as fases da gestão de documentos com o mesmo percentual.

Apenas um artigo focou na gestão de documentos especiais, neste caso o audiovisual, ou seja, em linguagem e suporte diferentes do textual e do papel, respectivamente.

iii) Breve discussão dos conteúdos à luz dos artigos analisados

No que tange aos programas de gestão de documentos nas administrações, Leahy (1949) destaca que sua implementação está primeiramente preocupada com o alto custo da produção e manutenção de documentos, que se transformam em massas documentais acumuladas e representam sobrecarga e diminuição de lucros principalmente nas empresas privadas.

A busca por mais eficiência e economia na gestão das organizações também impactou os arquivos, como pontuado por Glenn (1958:162): “one of the problems of efficient administration that still plague the Government is the control and management of the great volume of official words it is creating.” Os diagnósticos e implementação de programas de gestão de documentos são resultados da evolução da teoria da gestão científica e consequente progresso dos princípios da administração eficiente, expandido para os escritórios para além das produções em linha (GLENN, 1958).

Angel (1953) apresenta os progressos realizados na administração pública americana passados quatro anos da apresentação do relatório da Comissão Hoover, com o diagnóstico da situação dos arquivos americanos. Halliday (1950) e Maclean (1959) também partem para a exposição das experiências relacionadas a implementação da gestão de documentos nos governos canadense e australiano, respectivamente.

Ao abordar o diagnóstico para implementação do programa de gestão de documentos no estado de Illinois, nos Estados Unidos, Mitchell (1957) chama atenção para os resultados promovidos a partir da aplicação deste programa: o controle do ciclo de vida dos documentos, a redução da burocracia a partir da redução e simplificação da produção documental e a ampliação da economia de despesas para o Estado, bem como o aumento da eficiência e eficácia nos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos.

No tocante a atuação do arquivista, no âmbito da gestão de documentos, alguns autores debatem as competências dos arquivistas e dos *records managers*, bem como as diferenças entre os termos arquivo e *records*.

Maclean (1959) destaca que com a nova era da gestão de documentos muitos arquivistas recuaram para uma posição defensiva, visualizando-se como historiadores servindo aos historiadores, com investidas ocasionais no domínio da gestão de documentos.

Some archivists refused to recognize a crisis or, at any rate, regarded twentieth-century records as a form of lower life to be dealt with by a lesser breed. Others, particularly in America, made valiant attempts to adjust their techniques to meet the problems without in any significant way adjusting their basic attitudes. Both groups, the latter more justifiably, were surprised and resentful when the record managers capitalized on the situation and on the experimental work already done and, with significantly different attitudes of mind, developed large-scale programs, the success of which were measured in material rather than cultural terms. (MACLEAN, 1959:387).

Para Shiff (1956), é difícil estabelecer uma linha arbitrária de distinção entre as funções dos arquivos e da gestão de documentos (*records management*). Assim, para o autor, as

funções do arquivista e do “records manager” não são apenas intimamente relacionados, mas, em grande parte, intercambiáveis.

No tocante a atuação dos arquivistas na gestão de documentos, Brooks afirma que “the present day interest of archivists in records before they become archives represents the florescence of a phase of archival economy that has been manifested without such clear recognition for some time” (Brooks, 1943, p. 158).

De acordo com Maclean (1959), os termos arquivos e *records* são sinônimos quando utilizados em um sentido mais geral, mas o autor chama atenção para uma vantagem prática ao se distinguir os dois termos: os documentos produzidos e mantidos nos departamentos (registros) e aqueles custodiados no arquivo (arquivos). A partir disso, para o autor, a relação entre o arquivista e o *records manager* é:

It will no doubt continue to be convenient to distinguish between those who work at central repositories and take care of records after their current use is over and those whose milieu is in the field of current management. The names "archivist" and "record manager" will no doubt continue to have separate application, but it would be to the general advantage if the able members of both groups — of whom there are many — respected each other more, pooled their knowledge about records and ways of keeping them, and worked together to raise the overall professional standing (MACLEAN, 1959).

O tema da gestão de documentos aplicado aos documentos especiais foi abordado por apenas um artigo. Nele, Baumhofer (1956) ressalta a importância destes documentos fazerem parte da gestão de documentos. Para o autor, a gestão de documentos de registros fotográficos apresenta certos problemas que normalmente não são atendidos na gestão de documentos em papel: dificuldade em estabelecer os fundos de arquivo, a dificuldade da análise destes documentos, a complexidade das descrições, a falta de procedimentos de descarte entre outros.

Considerações finais

No contexto americano arquivistas e *records managers* são categorias profissionais distintas. Os *records managers* se ocupam dos documentos na fase da gestão (atividades anteriores ao recolhimento ao arquivo permanente) e arquivistas se ocupam dos *archives* (arquivos já recolhidos à guarda permanente).

Apesar desse contexto diferenciado de categorias profissionais distintas para atuar nos arquivos dependendo das fases em que se encontram, a quantidade de artigos publicados na revista *The American Archivist* é considerável para o período em que a gestão de documentos ainda estava se consolidando. Dado esse contexto alguns pontos se sobressaem e evidenciam outros questionamentos: os artigos sobre gestão de documentos foram publicados na revista da SAA porque ainda não existia um periódico dedicado as

publicações dos *records managers*⁴ ou já naquela ocasião reconheciam a importância da gestão de documentos e seu impacto nos archives?

Como perspectivas futuras projeta-se uma comparação entre as produções sobre gestão de documentos publicados nas revistas da ARMA e da SAA, como forma de realizar uma análise comparativa dos objetivos e preocupações evidenciadas pelos autores.

Referências bibliográficas

ANGEL, Herbert

1953 Federal records management since the Hoover Commission Report. [Em linha]. 16:1 (1953) 13-26. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/aarc.16.1.j26707451005wxp0>.

BARDIN, Laurence

2016 *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BAUMHOFER, Hermine

1956 Film Records Management. *The American Archivist*. 19:3 (1956) 235-248.

BROOKS, Philip C.

1943 Current aspects of records administration. *The American Archivist*. 6:3 (1943) 158-164.

CAMPOS, Claudinei José Gomes

2004 Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 57:5 (2004) 611-614.

CHATFIELD, Helen

1940 The Problem of records from the standpoint of management. *The American Archivist*. 3:2 (1940) 93-101.

FISHBEIN, Meyer

1955 Records management in the Bureau of Corporations. *The American Archivist*. [Em linha]. 18:2 (1955) 161-167. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/aarc.18.2.w702h810019n648t>.

GIL, Antonio Carlos

2008 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GLENN, Bess

1958 Search for efficiency in federal record management: introduction. *The American Archivist*. [Em linha]. 21:2 (1958) 159-162. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/aarc.21.2.j748568t01422221>.

⁴ A Association of Records Managers and Administrators (ARMA) International foi criada em 1 de janeiro de 1955.

GREGORY, Ben

1956 Growing pains of a records management program. *The American Archivist*. [Em linha]. 19:1 (1956) 23-32. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/aarc.19.1.728161v7ok8ptu7>.

GUÉRIN, Isabelle

1954 Le «National Records Management Council» et son rôle dans l'organisation des archives d'entreprises aux Etats-Unis. *La Gazette des Archives*. 16 (1954) 9-13.

HALLIDAY, W.

1950 The Public Records of Canada: recent developments in control and management. *The American Archivist*. [Em linha]. 13:2 (1950) 102-108. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/aarc.13.2.1f6268606122m528>.

INDOLFO, Ana Celeste

2007 Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. *Arquivística.net*. 3:2 (2007) 28-60.

LEAHY, Emmett

1949 Modern records management. *The American Archivist*. 12:3 (1949) 231-242.

LLANSÓ I SANJUAN, Joaquin

1993 *Gestión de documentos: definición y análisis de modelos*. [Em linha]. 1993. Disponível em: <http://eah-ahe.org/pdf/ikerlanak7.pdf>.

MACLEAN, Ian

1959 Australian experience in records and archives management. *The American Archivist*. [Em linha]. 22:4 (1959) 387-418. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/aarc.22.4.cu4242717578022t>.

MEIRELES, Magali Rezende Gouvêa; CENDÓN, Beatriz Valadares

2010 Aplicação prática dos processos de análise de conteúdo e de análise de citações em artigos relacionados às redes neurais artificiais. *Informação & Informação*. 15:2 (2010) 77-93.

MITCHELL, Thornton

1957 The Illinois records management survey. *The American Archivist*. [Em linha]. 20:2 (1957) 119-130. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/aarc.20.2.d7tq20083p63out3>.

NORTON, Margaret

1956 The Illinois records management survey. *The American Archivist*. [Em linha]. 19:1 (1956) 51-57. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/aarc.19.1.948qoq01u0754201>.

SHIFF, Robert

1956 The Archivist's role in records management. *The American Archivist*. [Em linha]. 19:2 (1956) 111-120. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/aarc.19.2.115wk89w36606078>.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS

[20--] *The American Archivist* [Em linha]. [20--]. [Consult. 4 jun. 2018]. Disponível em:
<http://americanarchivist.org/?code=same-site>.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS

1938 Front matter. *The American Archivist*. 1:1 (1938) i-vi.

STERMAN, C.

1944 Records administration in the Tennessee Valley Authority. *The American Archivist*. 7:4 (1944) 236-242.

TOPHAM, W.

1954 Pacific Telephone's records management program. *The American Archivist*. [Em linha]. 17:2 (1954) 111-121. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/aarc.17.2.k267350057q35505>.

VIEIRA, Thiago de Oliveira; MARIZ, Anna Carla Almeida

2015 A construção da noção de documentos especiais na Arquivologia. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. 9:2015) 287-302.

ZITMORE, Irving

1955 Planning a records management survey. *The American Archivist*. [Em linha]. 18:2 (1955) 133-140. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/aarc.18.2.v67518755753l745>.

Thiago de Oliveira Vieira | thiagoov@globo.com

Arquivista do Arquivo Nacional, Brasil
Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, Doutorando em Ciência da Informação

Paola Rodrigues Bittencourt | paolarb@gmail.com

Arquivista do Arquivo Nacional, Brasil
Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, Doutoranda em Ciência da Informação

Resumo: O presente estudo tem como objetivo geral apresentar as legislações brasileira e espanhola voltadas ao acesso à informação e à transparência pública. Como objetivos específicos, visa-se compreender a evolução das previsões legais de direito do acesso e transparência da informação pública em um contexto mundial e particularmente no caso do Brasil e da Espanha, bem como analisa-se comparativamente as leis de acesso à informação de ambos os países. Para este fim desenvolve-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, descritivo-analítica e comparativa, mediante a identificação e análise de conteúdo. Por meio dos resultados obtidos é possível perceber a evolução das previsões legais de acesso e sigilo informacional, e conseqüentemente, da transparência pública, bem como similaridades e discrepâncias entre ambas as legislações.

Palavras-chave: Acesso à informação; Lei de acesso à informação; Transparência pública

Abstract: The present study has as general objective to present the Brazilian and Spanish legislation devoted to the information access and to public transparency. As specific objectives it is aimed to understand the evolution of the legal predictions on right to the access and transparency of public information in a world-wide context and particularly in the case of Brazil and Spain, as well as to analyze comparatively the access to information laws in both countries. For this purpose it is developed a bibliographic, descriptive-analytical and comparative research, through content identification and analysis. From the results obtained it is possible to perceive the evolution of the legal predictions on informational access and secrecy, and consistently, on the public transparency, as well as similarities and discrepancies between both legislations.

Keywords: Access to information; Law of access to information; Public transparency

1. Introdução

O acesso e o sigilo de informações são temas frequentes de discussão nos mais diversos meios, como na ciência, na esfera acadêmica, no âmbito laboral e na sociedade. Na contemporaneidade, com o advento da pós-modernidade e da internet a quantidade de informações disponíveis nos meios de comunicação aumentou de forma alarmante.

Para Brisola e Romeiro (2018:3) “a informação se prolifera e circula em uma quantidade e velocidade vultosas”. Nesse contexto, no que tange particularmente as informações da administração pública, cabe aos governantes definir o que se deve informar ou ocultar da sociedade, seja no meio físico ou digital, de modo que pode resultar tanto na produção de conhecimentos quanto na desinformação ou não informação, conforme a situação.

Evidentemente encontram-se envolvidos neste caso aspectos teóricos-técnicos, como a elaboração e atualização de dispositivos legais sobre acesso e sigilo, bem como a adoção e a implantação prática destes instrumentos por parte das instituições públicas. Da mesma forma, distintos fatores implicam para que isso seja realizado, tais como o interesse governamental, recursos humanos capacitados, financeiros, materiais, entre outros. O que torna a elaboração, a implantação e o uso de uma legislação de acesso à informação um verdadeiro desafio para todos os envolvidos.

Embora um longo caminho tenha de ser percorrido, nos últimos anos as previsões legais de acesso e sigilo à informação pública vêm evoluindo. No caso do Brasil e da Espanha, países que possuem uma estreita relação e serão contemplados neste estudo, ao comparar-se as abordagens dos termos acesso e sigilo informacional presentes na Constituição Brasileira (CB) de 1988 e na Constituição Espanhola (CE) de 1978, até as promulgações da Lei de acesso à informação nº 12.527/2011 (BRASIL, 1988) e da *Ley de transparencia, acceso a la información pública y buen gobierno* nº 19/2013 (ESPAÑA, 2013), respectivamente, é possível perceber um avanço nos dois países. De uma pequena menção na constituição para uma lei própria que regula o acesso. Apesar disto, evidentemente cada país possui peculiaridades, a começar pelo regime e sistema político. No Brasil vigora a democracia e o presidencialismo e na Espanha prevalece a monarquia e o parlamentarismo, entre outras singularidades que influenciam na legislação de acesso informacional e transparência da administração pública.

O acesso e a promoção da transparência estão intimamente interligados, pois ao se obter e disponibilizar o acesso às informações públicas implementa-se a transparência e vice-versa. Carvalho e Mateus (2018) afirmam que informação é poder, Bobbio (2000:20) vai ao encontro desta concepção e aponta que a “transparência é o poder em público”. Logo, o acesso influencia na transparência, os quais por sua vez podem interferir ou sofrerem interferências da administração pública, repercutindo na sociedade. Vale salientar que a transparência ocorre quando “o processo de comunicação se instaura na esfera pública entre o Estado, o governo e a sociedade” (BRANDÃO, 2007:31).

Teoricamente, desde as publicações das leis de acesso à informação, nas instituições públicas brasileiras e espanholas, o acesso passou a ser a regra e o sigilo a exceção, salvo os casos previstos em lei. Desta maneira a transparência deveria ocorrer de forma satisfatória. Todavia, ao consultar o último índice de transparência internacional observa-se que em um total de 180 países, o Brasil obteve 37 pontos de 100, ficando no 96º lugar, enquanto a Espanha ficou na frente, com 57 pontos e garantiu o 42º lugar (INTERNATIONAL TRANSPARENCY, 2017).

Neste sentido, se faz necessário investigar comparativamente as legislações de ambos os países, a fim de detectar pontos convergentes e divergentes de acesso que possam estar influenciando na promoção da transparência. Portanto, o objetivo geral deste estudo é conhecer analogicamente as legislações de acesso à informação brasileira e espanhola. E tem-se como objetivos específicos: compreender a evolução de previsões de direito do acesso e transparência da informação pública em um contexto mundial e especificamente nas legislações dos países Brasil e Espanha; e analisar comparativamente as leis de acesso à informação de ambos os países.

Para este fim desenvolve-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, descritivo-analítica e comparativa, mediante a identificação e análise de conteúdo (BARDIN, 2006).

Cabe salientar que este estudo é um recorte acerca da temática acesso à informação em universidades públicas brasileiras e espanholas, que vem sendo desenvolvida na tese de Doutorado do Programa de *Formación en la Sociedad del Conocimiento* da Universidade de Salamanca, Espanha.

2. O direito à informação e a transparência pública: tratados internacionais

O direito à informação transforma, teoricamente, o território administrativo governamental em território partilhado com a sociedade, isto é, onde tem-se um verdadeiro espaço de comunicação. Para Jardim (1999:3) “do ponto de vista do direito à informação, os aparelhos de Estado devem, portanto, comunicar suas atividades e o impacto que estas produzem na sociedade civil, à qual, por sua vez, deve ter assegurado o livre acesso a tais informações”. Contudo, apesar deste tema percorrer uma longa trajetória nos últimos anos, nem sempre foi uma preocupação governamental e de conhecimento social. A seguir, no quadro 1 abaixo é possível observar a evolução dos tratados internacionais direcionados ao acesso, sigilo e transparência pública.

Quadro 1 – Tratado internacionais sobre acesso, sigilo e transparência informacional

ANO	TIPO DE TRATADO	ASSUNTO ABORDADO	CONTEXTO GEOGRÁFICO	FONTE
1766	Ordem	Liberdade de imprensa e direito de acesso à documentação e informação produzida pelo Estado	Suécia	Ordenança Real sobre Liberdade de Imprensa / 1766
1888	Código	Direito de acesso a documentos oficiais mediante requisição, do cidadão. E casos em que deve prevalecer o sigilo	Colômbia	Código de Organização Política e Municipal / 1888
1948	Declaração	Liberdade de opinião e expressão e liberdade de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras geográficas	EUA	Declaração Universal dos Direitos Humanos / 1948
1966	Lei	Exige a divulgação total ou parcial de informações e documentos previamente não-liberados controlados pelo governo dos Estados Unidos mediante solicitação	EUA	<i>Freedom of Information Act (FOIA)</i> / 1966
1966	Pacto	Direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza	EUA	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos / 1966, regulamentado no Brasil pelo Decreto nº 592/1992
1993	Declaração	Preceitos de acesso à informação nas instituições comunitárias na Europa. Estabelece um código voltados a facilitar o acesso a determinados documentos	Maastricht	Declaração nº 17 do Tratado da União Europeia / 1993

2000	Declaração	Direito de acesso à informação mantida pelo Estado. Obrigatoriedade de garantir o pleno exercício desse direito.	EUA	Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão
2006	Decreto	Cada Estado-parte deverá tomar as medidas necessárias para aumentar a transparência em sua administração pública.	BRASIL	Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, regulada no Brasil pelo Decreto nº 5.687/ 2006

Fonte: Elaboração própria

Ugarte (2007) aponta que o direito de acesso à informação teve origem na Ordenança Real sobre Liberdade de Imprensa, em 1766, na Suécia. Este documento previa o direito dos cidadãos acessarem a documentação e informação oficial produzida pelo Estado. Em uma perspectiva de cento e vinte dois anos depois, Rue (2014:38-39) retrata que “através do código de Organização Política e Municipal de 1888, que outorgava o acesso a documentos oficiais àqueles indivíduos que os requisitassem, a não ser que existisse uma proibição legal” a Colômbia foi o segundo país a legislar sobre o tema, após a Suécia. Embora na atualidade disponham de suas próprias leis acesso à informação, estes marcos iniciais da Suécia e da Colômbia foram essenciais para elucidar alguns órgãos, como os que serão mencionados na sequência, a reconhecerem o acesso à informação e a transparência pública enquanto dever governamental e direito fundamental de todo cidadão.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo, estabelece no ano de 1948, em seu art. 19º que “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Ugarte (2007) não desconsidera o valor legal e histórico desta previsão na Declaração dos Direitos Humanos, mas afirma que o *Freedom of Information Act (FOIA)* do ano de 1966, promulgado nos Estados Unidos, foi o ponto-chave no desenvolvimento mundial sobre o direito de acesso, uma vez que foi um documento complementado pelo *Government in the Sunshine Act*, e estabeleceu, entre outros pontos, que as reuniões dos órgãos públicos entre diretivos e colegiados do Governo Federal fossem abertas ao público, oportunizando a participação de qualquer pessoa interessada, salvo os casos previstos por lei.

Também em 1966 foi aprovado pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, e entrou em vigor, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos regulamentado, no qual consta que “Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza [...]”. No ano de 1993, o tema se destaca na União Europeia, por meio da Declaração nº 17 do Tratado de Maastricht a qual

versa sobre o acesso à informação nas instituições comunitárias [...] o Conselho da Europa e a Comissão Europa adotaram um Código de Acesso a Documentos. Posteriormente [...] no mesmo ano, o Conselho editou uma resolução sobre o acesso público a seus documentos, a qual passou a reger o

acesso em seu âmbito, enquanto que o Código passou a regular o acesso na Comissão (RUE, 2014:39).

Em 2000, um marco regulamentador que destaca-se é a Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão, a qual estabelece no *item 4* de seus princípios que “O acesso à informação mantida pelo Estado constitui um direito fundamental de todo indivíduo. Os Estados têm obrigações de garantir o pleno exercício desse direito”. Em 2006 foi aprovada por meio do decreto nº 5.687 a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, que define as obrigações do estado de proporcionar o acesso e a efetiva transparência, prevendo nos artigos 10º e 13º que

Cada Estado-parte deverá [...] tomar as medidas necessárias para aumentar a transparência em sua administração pública [...] procedimentos ou regulamentos que permitam aos membros do público em geral obter [...] informações sobre a organização, funcionamento e processos decisórios de sua administração pública [...] (BRASIL, 2006).

O conhecimento legal sobre os deveres governamentais e os direitos dos cidadãos são o primeiro passo para que se obtenha um contexto transparente e se reivindiquem as devidas providências de implantação. Miragem (2011:308), alia deveres e direitos ao princípio da publicidade, previsto no art. 37º da Carta Magna, sustentando que este conhecimento “é o fundamento principal da adoção de políticas de transparência no âmbito da Administração Pública”.

Posto isto, é possível perceber que diversos órgãos no mundo todo debateram e intentaram por séculos regulamentar e promover o direito de acesso à informação e a transparência pública, e este fato é refletido na atualidade, por meio de promulgações, adoções e atualizações e usos de políticas, normas, leis e decretos voltados ao tema.

O relatório da Unesco (ORGANIZAÇÃO, 2017), intitulado *Access to information: lessons from Latin America*, expõe que com exceção da Bolívia, Costa Rica, Cuba e Venezuela, na América Latina a maioria dos países já possui leis que garantem o direito de acesso às informações. Em um nível mundial cabe destacar que o Brasil “foi o 90º país a adotar uma Lei de Acesso à Informação” (JARDIM, 2016:5), enquanto a Espanha ocupa o 92º lugar, e na Europa apenas o Chipre e o Luxemburgo não possuem uma lei ou normativa desse tipo (MARIÑO, 2017).

2.1. O acesso e a transparência no Brasil

No Brasil, o acesso e a transparência das informações de caráter público nem sempre foram uma preocupação. Nos arquivos brasileiros a consulta às informações por muitos anos foi regulamentada por normas institucionais, isto é, até meados de 1980, cada instituição fazia seu próprio regulamento em relação ao acesso à informação. O governo não se preocupava com o acesso em si e sim com o sigilo das informações, sendo que nos anos de 1964 a 1984 o Brasil vivia no período da Ditadura Militar, também conhecido como Regime Militar.

No ano de 1988 foi promulgada a nova Constituição brasileira onde pela primeira vez o direito à informação é mencionado em uma Constituição do país, disposto na Seção II, art. 216º, § 2: “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitarem”

(BRASIL, 1988). Este registro evidencia a obrigação do Estado com relação à promoção do acesso.

Três anos depois da promulgação da nova constituição, no ano de 1991, ocorreu uma das maiores contribuições com o tema acesso à informação pública e a promoção da transparência no Brasil. Foi sancionada a Lei nº 8.159, conhecida como a Lei dos Arquivos, que aborda no Capítulo I, art. 4º, a questão do direito dos cidadãos à informação.

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (BRASIL, 1991).

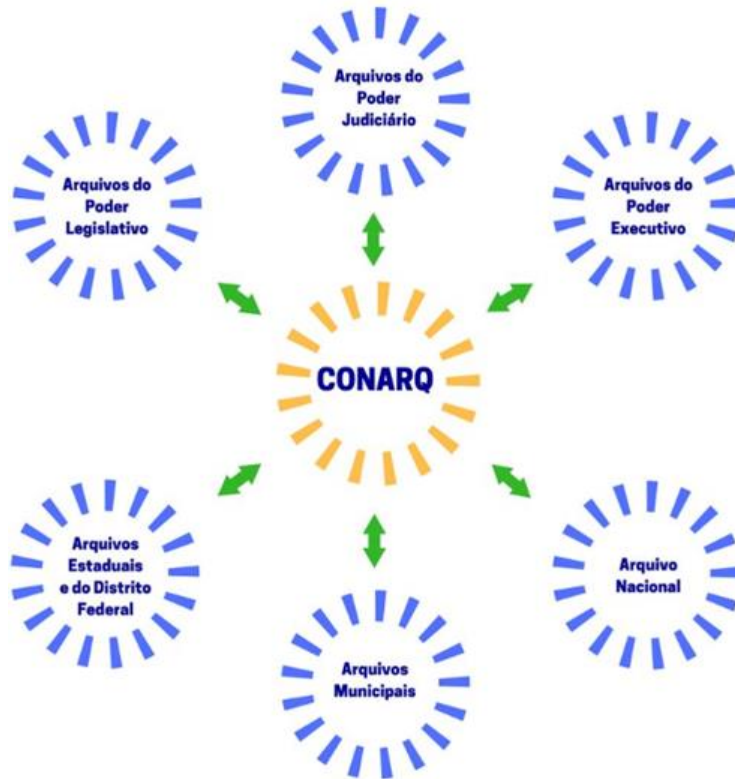
Outro aspecto que também faz parte da Lei dos Arquivos encontra-se no Capítulo V, art. 26º, onde “Fica criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que definirá a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)” (BRASIL, 1991). A finalidade do SINAR é implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo. Em outras palavras, o CONARQ cria as normas e o SINAR implementa. O CONARQ é composto pelos seguintes organismos, conforme é possível observar na Fig. 1.

Estes arquivos integram também o SINAR. Ademais destes, exceto o Arquivo Nacional, todos que encontram-se na Fig. 1 podem fazer parte do sistema de arquivos também por meio de organismos centrais (como uma unidade arquivística e não necessariamente um arquivo em sua totalidade). Além disto, pessoas físicas e jurídicas de direito privado que possuem arquivos também podem participar desde que façam um acordo ou ajuste com o SINAR.

Estes órgãos arquivísticos, Conselho e Sistema, foram e são significativos para a sociedade, não somente por tratarem da regulação da gestão documental, mas principalmente por terem uma decisiva participação na busca pela promoção e implantação do acesso e da transparência.

No ano de 2002, entretanto, a comunidade brasileira arquivística foi surpreendida por um novo decreto, o qual traria modificações que atingiriam os brasileiros detentores, profissionais e/ou usuários da informação pública. O Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, aumentava os prazos e o número de autoridades competentes para atribuir sigilo aos documentos de caráter público, sendo isto inconstitucional, pois a lei dos Arquivos determinava 30 anos como prazo máximo para a documentação e o novo decreto determinava 50 anos com o agravante de permitir sua renovação por tempo indeterminado, tornando-se assim antidemocrático. Diante deste fato, no ano de 2003, o CONARQ enviou ao presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, um pedido de revisão do Decreto nº 4.553, considerando todos os aspectos relativos ao acesso e a transparência administrativa. O presidente não revogou o decreto e ainda o reafirmou com uma nova lei, a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005. Os prazos anteriormente mencionados ficaram em vigor até o ano de 2011, quando foi aprovada a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação brasileira (LAI).

Fig. 1 – Composição do Arquivo Nacional brasileiro



Fonte: Arquivo Nacional. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/o-sinar.html>

2.2. O acesso e a transparência na Espanha

Na Espanha “até a aprovação da lei específica de transparência, não é que a transparência não tenha sido buscada no campo das políticas públicas, mas o que foi regulamentado foram parâmetros que visavam evitar a total opacidade das Administrações” (MORA, DELGADO e RIVERO, 2018:2010, tradução nossa). Desta forma, não necessariamente oportunizavam mecanismos para assegurar o direito ao acesso e a transparência.

Assim como no Brasil, o tema ganha destaque na Espanha por meio da Constituição de 1978, que no art. 149.1.28 atribui ao Estado em jurisdição a responsabilidade exclusiva sobre arquivos de propriedade estatal. E assegura no item b do art. 105º: “o acesso dos cidadãos aos arquivos e registos administrativos, salvo no que afete à segurança e defesa do Estado, a averiguação dos delitos e a intimidade das pessoas” (ESPANHA, 1978, tradução nossa).

Em 1985 entra em vigência a Lei nº 16 sobre o Patrimônio Histórico Espanhol. Embora não trate especificamente do acesso, aborda o papel dos arquivos. Deixa evidente desde o preâmbulo que não busca regular o acesso aos bens que constituem o patrimônio histórico espanhol, mas tem o intuito de promover a proteção e fomentar que os cidadãos possam contemplar e disfrutar das obras que são heranças do povo, tais como os documentos. Concomitantemente, prevê no art. 66º que

Constituem os sistemas espanhóis de arquivos, bibliotecas e de museus, respectivamente, os arquivos, bibliotecas e museus, assim como os serviços de caráter técnico ou docente diretamente relacionados com os mesmos, que se incorporem em virtude do que se disponha regulamentarmente”. (ESPANHA, 1985, tradução nossa).

Contudo, por ironia, até o ano de 1985 a Espanha era o único Estado da União Europeia que não tinha na prática um padrão arquivístico estatal (FERNANDÉZ, 2012).

Após sete anos, no dia 26 de novembro de 1992, é promulgada a Lei nº 30 do Regime Jurídico das Administrações Públicas e Procedimento Administrativo Comum, a qual compreende no art. nº 37 o direito de acesso a arquivos e registros da Administração Pública:

1. Os cidadãos têm o direito de acessar aos registros e aos documentos que, formando parte de um arquivo, encontrem-se nos arquivos administrativos, qualquer que seja a forma de expressão, gráfica, sonora ou em imagem ou o tipo de suporte material em que apareçam, desde que tais registros correspondam a procedimentos concluídos na data do pedido.
2. O acesso a documentos que contenham dados referentes à privacidade das pessoas será reservado a estas, que, se caso observar que esses dados estejam incompletos ou imprecisos, poderão exigir que sejam retificados ou completados, a menos que apareçam em arquivos que expiraram ao longo do tempo, conforme os prazos máximos que determinam os diferentes procedimentos, dos que não podem derivar qualquer efeito substantivo. [...]. (ESPANHA, 1992, tradução nossa).

Por meio deste apontamento, todavia, e ao longo dos demais pontos do artigo, é possível perceber que a garantia de acesso estava assegurada à pessoa interessada em expedientes pontuais desenvolvidos pelo poder público e não a todo e qualquer tipo de informação pública, sendo que limitava o acesso apenas aos documentos que estivessem finalizados e arquivados.

Aliado à esta fragilidade, Reina (2011) menciona que outro fator preocupante por anos na legislação espanhola foi a escassez de uma regulamentação voltada especificamente às instituições e responsáveis por liberar informações como um todo, não somente as que se encontravam nos arquivos. Sendo que na maioria das vezes o cidadão que necessitasse alguma informação pública tinha que passar por um longo, desgastante e lento processo judicial com efeitos dissuasivos à instituição até obter o direito de acesso. O autor afirma que tantos obstáculos impostos ao decorrer dos anos, bem como as restrições que por muito tempo estiveram em mais evidência do que o acesso, colocaram

a regulamentação espanhola na retaguarda dos modernos regulamentos de acesso. Não é estranho, portanto, que esta regulamentação, defeituosa e introduzida sem autonomia [...], passou despercebida e tem sido incapaz de gerar uma cultura de transparência, nem nos cidadãos nem na Administração.” (REINA, 2011:15, tradução nossa).

Contudo, da mesma forma que ocorreu em outros países, a Espanha foi aos poucos evoluindo em questões legislativas e englobando cada vez mais a temática acesso e transparência. Em 13 de dezembro 1999 foi promulgada a Lei nº 15, direcionada tanto ao setor público quanto ao privado, que reporta sobre a proteção de dados pessoais e o direito de acesso a documentos e arquivos, tendo como principal objeto “garantir e proteger, no que concerne ao tratamento de dados pessoais, as liberdades públicas e os direitos fundamentais das pessoas físicas [...]” (ESPANHA, 1999, tradução nossa).

No ano de 2006, foi promulgada a Lei nº 27 a fim de regular os direitos de acesso à informação, de participação pública e de acesso à justiça em torno de questões relativas ao meio ambiente. Um ano depois, em 2007, foi sancionada a Lei nº 37, que trata da reutilização da informação do setor público com o objetivo de realizar “a regulação básica do regime jurídico aplicável à reutilização dos documentos elaborados ou custodiados pelas administrações e organismos do setor público” (ESPANHA, 2007, tradução nossa).

Voltado para informações e documentos presentes em arquivos, outro marco relevante na legislação espanhola acerca do acesso é o Decreto Real (DR) nº 1708/2011, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2012. Por meio dele “se estabelece o Sistema Espanhol de Arquivos e se regula o Sistema de Arquivos da Administração Geral do Estado e de seus Organismos Público e sue regime de acesso” (ESPANHA, 2011, tradução nossa). Com o objetivo de ser um norte facilitador do direito de acesso contempla a proteção aos arquivos e aos documentos administrativos, ou seja, também o direito à privacidade. Ademais, ao decorrer do texto, o Decreto apresenta relevantes considerações em relação ao acesso à informações e documentos que se encontrem em arquivos públicos, aqueles que contenham dados pessoais, e trata dos tipos de dados, idade dos documentos, finalidades do acesso, condições e requisitos que devem ser cumpridos para eliminar as restrições de acesso. Aborda também requisitos para o exercício do direito de acesso, regulamentação do processamento deste e sua resolução, bem como, o direito de se obter cópias de documentos. A importância deste Decreto Real, conforme Fernández (2012:109, tradução nossa) ocorre “devido ao vazio normativo estatal em matéria de arquivos, denunciado reiteradamente por juristas e profissionais”; além disto, o acesso e a transparência não foram contemplados em sua totalidade por outras leis, até a promulgação de uma lei própria voltada ao tema.

Enfim, após a legislação espanhola percorrer este longo caminho, no ano de 2013 foi promulgada a Lei nº 19, intitulada como *Ley de transparencia, acceso a la información pública y buen gobierno* (LTAIP), conhecida como Lei de Acesso à Informação espanhola.

3. Caminhos da pesquisa

Para atingir aos objetivos inicialmente propostos, este estudo percorreu uma série de caminhos. De modo que caracteriza-se como de natureza bibliográfica, descritivo-analítica e comparativa; os resultados se apresentam mediante a identificação e análise de conteúdo proposta por Bardin (2006).

Inicialmente, para compreender a evolução de previsões de direito do acesso e transparência realizou-se uma revisão bibliográfica da temática a partir das seguintes bases

de dados: Biblioteca da Universidade de Salamanca; Arquivo Nacional brasileiro e *Centro de Información Documental de Archivos* (CIDA) do Governo da Espanha.

Para analisar as leis de acesso à informação brasileiras e espanholas utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo, composta pelas 3 fases que Bardin (2006) defende como essenciais neste tipo de estudo: 1º Pré-análise - formação do corpus de análise; 2º Exploração do material obtido - onde ocorre a categorização do conteúdo; e 3º Tratamento dos resultados – em que se realiza a discussão e apresentação dos resultados. As categorias de análise foram adaptadas do estudo de Santos, Molina e Guimarães (2017) e estabelecidas a partir da leitura na íntegra e comparação entre as leis de acesso à informação brasileira e espanhola. Assim, tem-se nove categorias, que são:

1. Objeto e objetivo (foco e motivo de sua existência);
2. Âmbito (quem têm a obrigação de cumprir);
3. Publicidade (deveres e meios que o Estado deve seguir para divulgar suas informações);
4. Definições (termos e conceitos adotados);
5. Restrições (exceções ao direito de acesso);
6. Processo (formas de solicitudes, disponibilização e recursos);
7. Responsabilidades (competências no tratamento da informação pública, incluindo infrações);
8. Fiscalização (órgão responsável por verificar a aplicação da lei e impor medidas sancionadoras);
9. Taxação (valor cobrado para disponibilização do acesso).

Na sequência apresentam-se os resultados obtidos.

4. Resultados obtidos

Nos subcapítulos 4.1 e 4.2 se expõe a estruturação, alterações e falhas das leis de acesso à informação brasileira e espanhola. E no subcapítulo 4.3 apresenta-se uma análise comparativa das respectivas leis.

4.1. Lei de acesso à informação brasileira

A Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação brasileira (LAI), foi sancionada pela Presidenta do Brasil Dilma Rousseff no dia 18 de novembro de 2011, regula o acesso à informação pública e dispõe o seguinte: “altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 [...]” (BRASIL, 2011). Passou a vigorar em 16 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.724. Composta por 47 artigos, distribuídos em 4 capítulos. O Capítulo I trata nos art. 1º ao 3º: do objeto; do objetivo; das disposições gerais sobre o âmbito de

aplicação; das diretrizes básicas para sua implantação; estabelece conceitos de termos relacionados a informação (art. 4º); e define o dever do Estado de garantir o direito de acesso à informação (art. 5º).

O Capítulo II dispõe: sobre o acesso às informações e à sua divulgação (art. 6º e 7º); a questão da transparência ativa, onde prevê a obrigatoriedade de divulgação atualizada de informações relativas à execução orçamentária e financeira (art. 8º); as formas pelas quais se assegura o acesso à informação (art. 9º).

Já o Capítulo III aborda nos art. 10º ao 20º o procedimento do acesso às informações, desde os procedimentos de pedido de acesso até os recursos, caso seja negada a solicitação. Por fim, o Capítulo IV trata: as restrições de acesso (art. 21º e 22º); a classificação da informação quanto ao grau e prazos de sigilo (art. 23º e 24º); a proteção e do o controle de informações sigilosas (art. 25º e 26º); os procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação (art. 27º ao 30º); informações pessoais (art. 31º); no Capítulo V, são abordadas as responsabilidades (art. 32º ao 34º); e no Capítulo VI as disposições finais e transitórias (art. 35º ao 47º).

No dia 23 de janeiro de 2019, a sociedade, pesquisadores e profissionais da informação foram surpreendidos com uma alteração na LAI, por meio da promulgação do Decreto nº 9.690/2019, assinado pelo Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão. Alterava a Lei e o Decreto que a regulamenta, dispondo no art. 30º, incisos I e II, que o poder de classificar uma informação, inclusive como ultrassecreta, antes restrito aos altos cargos do Governo, pode ser delegado agora a servidores que ocupem cargos em comissão “do Grupo-DAS [Direção e Assessoramento Superiores] de nível 101.6 ou superior” (BRASIL, 2019). Os funcionários desse grupo ocupam cargos públicos de direção, chefia e assessoramento sem a exigência de comprovação de formação acadêmica superior, bem como não precisam ter um vínculo funcional direito com a administração pública federal, uma vez que podem ser nomeados e exonerados livremente, por meio de portarias publicadas no *Diário Oficial da União*. Isto poderia afetar diretamente a disponibilização de acesso e conseqüentemente a promoção da transparência brasileira. Contudo, em 19 de fevereiro de 2019, por meio de votação entre os Parlamentares, a câmara dos Deputados vetou o art. 30º do Decreto.

A aplicação da LAI possui falhas que merecem ser investigadas e discutidas, como por exemplo ao “garantir que a identificação não inviabilize o acesso à informação, sendo portanto urgente discutir a adoção de procedimentos adequados ao tratamento da informação pessoal” (NÓBREGA, 2017:12), e questões de transparência ativa, como a falta de fiscalização frequente nos portais eletrônicos. Porém, sua promulgação “após 23 anos de uma Constituição que consagrou os princípios do direito à informação e do dever da administração pública na gestão e acesso a documentos, sucedida por dispositivos legais regulamentadores que jamais foram implementados” (JARDIM, 2012:18), trata-se de uma oportunidade histórica tanto para a sociedade quanto para o Estado brasileiro.

4.2. Lei de acesso à informação espanhola

A Lei nº 19/2013, *Ley de transparencia, acceso a la información pública y buen gobierno* (LTAIP) foi promulgada no dia 9 de dezembro de 2013. Reforça a transparência, regula o acesso e apresenta obrigações que devem ser cumpridas pelo governo. É composta por 40 artigos, distribuídos em 3 capítulos. O Capítulo I trata: do âmbito de aplicação e sujeitos

obrigados ao cumprimento da lei (art. 1º ao 3º); e das obrigações de fornecer informação (art. 4º).

Já o Capítulo II é todo voltado a transparência ativa (art. 5º ao 11º), dispõe que todos os sujeitos elencados no Capítulo I devem, de forma atualizada e frequente, publicar informações cujo conhecimento seja relevante para garantir a transparência das suas atividades e assegurar o controle da atuação pública.

O Capítulo III e último compreende o direito de acesso à informação pública, do art. 12º ao 24º, e trata: do direito de acesso à informação pública; do conceito de informação pública; das limitações ao direito de acesso; da proteção de dados pessoais; da possibilidade de acesso parcial; dos procedimentos de solicitação de acesso, incluindo diretrizes para o caso de impugnações. Do art. 25º ao 32º apresenta princípios para o exercício de um bom governo. E, por fim, do art. 32º ao 40º discorre sobre a atuação do Conselho de Transparência e Bom Governo espanhol.

A última alteração da LTAIP ocorreu em 6 de dezembro de 2018, por meio da Lei nº 3/2018, de 5 de dezembro, de Proteção de dados pessoais e garantia dos direitos digitais, aprovada pelo Rei da Espanha. Adiciona no art. 6º da Lei de Acesso espanhola, o qual trata do registro de atividades de tratamento, que “os sujeitos enumerados no art. 77º da *Ley orgánica de protección de datos personales y garantía de los derechos digitales*, publicarão seu inventário de atividades de tratamento em aplicação ao artigo 31 da citada Lei” (ESPANHA, 2018, tradução nossa).

Ao analisar a LTAIP, o site *Access Info Europe - Defending and Promoting the Right of Access to Information in Europe* (ACCESS INFO EUROPE, 2016) aponta a existência de alguns problemas, tais como a falta de reconhecimento do acesso à informação como um direito fundamental; a exclusão do Poder Judiciário e entidades privadas que gerenciam serviços públicos; e a falta de independência do Conselho de Transparência e Bom Governo, no qual o Presidente é nomeado pelo Ministro da Fazenda e Administração Pública. Concomitantemente, existem pontos positivos, como o fato de oportunizar aos cidadãos não somente o acesso à informações públicas, mas também o poder de fiscalizar as atividades da administração pública, contribuindo assim com a promoção da transparência. Apesar das falhas ainda existentes, que devem ser investigadas e discutidas, os aspectos positivos vêm se sobressaindo mais, sendo que “é evidente que a Lei 19/2013 constituiu um ponto de virada muito marcante na tradição administrativa espanhola” (MARTÍN, 2014:7, tradução nossa).

4.3. Análise comparativa entre a LAI e a LTAIP

Na primeira categoria Objeto e Objetivo é possível perceber que em ambas as leis o objeto é o acesso à informação pública. Todavia, na LAI o acesso é o único objeto explícito e tem como objetivo garantir o direito fundamental de acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988. Enquanto a LTAIP é mais ampla, engloba, além do acesso, a transparência e o que denomina como “bom governo”, objetiva garantir o acesso, ampliar a transparência e estabelecer as obrigações que o governo deve cumprir.

Por meio da categoria Âmbito de aplicação, acerca de quem se estende a obrigação de cumprir as leis, constata-se que os organismos previstos nas legislações de cada país são reflexos de suas respectivas estruturas políticas e administrativas. A LAI define de modo

mais generalizado logo no art. 1º que seus preceitos devem ser obedecidos e aplicáveis à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e delimita

[...] aos órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2011).

Subjetivamente, estipula que inserem-se também “no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.” (BRASIL, 2011). A LTAIP, por outro lado, é mais especificada. Define os que estão obrigados à cumpri-la: a Administração Geral do Estado, as administrações das comunidades autônomas e as cidades Ceuta e Melilla, e as demais entidades que integram a administração local; as entidades que geram serviços comuns de segurança social, de acidentes de trabalho e de enfermidades profissionais da seguridade social; organismos autônomos, agências estatais, entidades públicas empresariais e entidades de direito público “que, com independência funcional ou com uma especial autonomia reconhecida pela Lei, tenham atribuídas funções de regulação ou supervisão de caráter externo sobre um determinado setor ou atividade” (ESPANHA, 2013, tradução nossa); engloba também as entidades de direito público com caráter jurídico próprio, que possuam qualquer vínculo com a administração pública ou que sejam dependentes dela, incluindo as universidades públicas,

[...] as corporações de direito público, a casa do Rei da Espanha, o Congresso dos Deputados, o Senado, o Tribunal Constitucional, o Conselho Geral de Poder Judiciário, o Banco da Espanha, o Conselho Econômico e Social e instituições autônomas análogas que possuam atividades voltadas ao direito administrativo; as sociedades mercantis; as fundações do setor público; as associações constituídas por organismos previstos na Lei nº 30/1992; os partidos políticos; organizações sindicais e empresariais; e as entidades privadas que recebam ajudas de custo superior a 100.000 euros de órgãos públicos (ESPANHA, 2013, tradução nossa).

Na categoria Publicidade, observa-se que a LAI atenta para o dever da publicidade e do acesso como preceito geral, que deve ser cumprido por meio da divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações, tratando-se da transparência ativa. Estabelece também a possibilidade de utilização dos meios de comunicação propiciados pelas Tecnologias da Informação da cada instituição, e prevê o desenvolvimento da cultura de transparência e do controle social da administração pública, seja por meio da transparência ativa ou passiva. A LTAIP apresenta preceitos similares, porém é mais detalhada no que tange à publicidade ativa pois especifica os procedimentos a serem adotados para a implantação nos portais eletrônicos. Tais procedimentos também são contemplados pela LAI no Decreto nº 7.724/2012 que a regulamenta. Assim, percebe-se que nesta categoria da publicidade as duas leis se assemelham e convergem, tanto pelo

fato de assegurarem o acesso como regra e o sigilo a exceção, quanto por disporem as formas para cumprir este dever por meio da publicidade ativa e passiva.

Concomitantemente, ambas as leis se preocuparam em estabelecer exceções ao direito de acesso. A LAI impõe o que denomina como “restrições de acesso” e a LTAIP estipula “limites de acesso”. Embora com nomenclaturas distintas, as duas leis possuem a mesma intenção de proteger documentos e informações, cujos dados sejam pessoais ou governamentais e possam atingir à segurança de uma pessoa, da sociedade ou do Estado.

No Brasil a imposição de limites e a classificação desse tipo de informações ocorre de acordo com os seus graus de sigilo, que foram alterados pela LAI em 2011 e podem ser observados no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Prazos de guarda dos documentos antes e após a promulgação da LAI

Grau de sigilo	Antes da LAI	Com a LAI
Ultrassegredo	30 anos	25 anos
Secreto	20 anos	15 anos
Confidencial	10 anos	-
Reservado	5 anos	5 anos

Fonte: Elaboração própria, baseada na Lei nº 12.527/2011

Anteriormente o prazo de guarda dos documentos ultrassegredos era de trinta anos, podendo este ser prorrogado quantas vezes se fizesse necessário. Já os documentos considerados secretos tinham como prazo de guarda vinte anos, os confidenciais dez anos e os reservados cinco anos. Com a implantação da LAI os documentos ultrassegredos passaram a ter o prazo de guarda de vinte e cinco anos, podendo ter seu prazo prorrogado por somente uma vez; o documento considerado secreto com prazo de guarda de quinze anos, o anteriormente considerado confidencial não existe mais (atualmente ou é secreto ou reservado); e o considerado como reservado tem o prazo de guarda de cinco anos. Com exceção dos documentos classificados como ultrassegredos nenhum dos demais pode ter seu prazo de guarda prorrogado. Os documentos classificados como “em segredo de justiça” possuem somente a determinação de sigilosos, porém o cidadão tem o direito de requerê-los desde que tenha uma justificativa plausível.

Enquanto na Espanha, a LTAIP também prevê limites à informações pessoais e governamentais que possam colocar em risco a sociedade e o Estado, e sob outro viés, engloba restrições às informações cujo caráter possam causar prejuízo para a proteção do meio ambiente, inclusive à segurança e à saúde das pessoas. Nesta perspectiva “mesmo sendo a tutela do meio ambiente, atualmente, uma das maiores preocupações dos governos de diversos países do mundo” (SANTOS, MOLINA e GUIMARÃES, 2017:57) a LAI ainda é omissa.

Por outro lado, na categoria Definições é possível perceber que a LAI é mais completa do que a LTAIP. O art. 4º da Lei brasileira aponta os seguintes termos e conceitos:

informação (dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato); documentos (unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato); informação sigilosa (aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado); informação pessoal (aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável); tratamento da informação (conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação); disponibilidade qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados); autenticidade (qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema); integridade (qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino); e primariedade (qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações) (BRASIL, 2011).

Já a LTAIP apresenta apenas o termo de informação pública, que define como “os conteúdos ou documentos, qualquer que seja seu formato ou suporte, que esteja em poder de algum dos sujeitos inclusos no âmbito de aplicação deste título e que tenham sido elaborados ou adquiridos em exercício de suas funções” (ESPANHA, 2013, tradução nossa).

Na categoria Processos percebe-se que a forma de solicitação de acesso é similar nas duas leis, porém os prazos para disponibilização da informação são distintos. Tanto a LAI quanto a LTAIP preveem que qualquer cidadão interessado em determinada informação pública tem o direito de requerer-la sem necessariamente justificar o motivo. O pedido pode ser feito por telefone, carta, *e-mail*, ou mesmo pessoalmente nos órgãos responsáveis e nos arquivos que contenham a informação pretendida, todavia ambas apontam que preferencialmente efetue-se por meio eletrônico, ou seja, nos portais ou por *e-mail*. No caso do Brasil, para formalizar uma solicitação o cidadão deve se identificar e especificar a informação que necessita. O prazo máximo para os órgãos públicos brasileiros responderem com a informação requerida é de vinte dias, podendo ser prorrogado por mais dez dias, caso o cidadão não obtenha retorno após esse período, os órgãos públicos devem informar o motivo pelo qual não disponibilizaram a informação e o cidadão pode recorrer. No caso espanhol, a Lei exige que o cidadão se identifique, especifique a informação que está requerendo, o contato, e conforme o caso, de que modo prefere recebe-la. Além disto, define que o prazo máximo para os órgãos públicos darem algum retorno ao requerente é de trinta dias, podendo ser prorrogado por mais trinta conforme a complexidade da informação solicitada, e se a divulgação da informação afetar os direitos ou os interesses de terceiros devidamente identificados o cidadão tem o prazo de até quinze dias para justificar o pedido.

No caso de descumprimento do acesso, as duas leis preveem responsabilidades voltadas aos agentes públicos. A LTAIP é mais extensa e detalhada do que a LAI. A lei brasileira dispõe que a competência de obedecer seus dispositivos é dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e define atos constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar. Menciona que o agente público que propositalmente ou por má

fé descumpri-la poderá sofrer sanções que variam de acordo com a gravidade, que pode ser desde sofrer uma advertência, pagar uma multa, ou até mesmo ser exonerado da administração pública.

A lei espanhola, por outro lado, primeiramente define graus de infração, como muito grave, grave e leve. A partir disto prevê e exemplifica as devidas punições conforme cada tipo de infração cometida. As quais podem ir desde um comunicado de descumprimento publicado no *Boletim Oficial do Estado* (BOE) até uma destituição do cargo. Define os órgãos responsáveis por executar as punições em cada situação e esclarece que o procedimento de sanção pode se iniciar por ofício, pelo órgão em questão, por ordem superior, por petição de outros órgãos ou por denúncia dos cidadãos.

A fiscalização do cumprimento da legislação no caso brasileiro fica a critério de uma autoridade designada para este fim em cada instituição pública. E no contexto do Poder Executivo Federal, por exemplo, cabe a Controladoria Geral da União (CGU) a divulgação de informações e relatórios de transparência e de implantação da Lei de Acesso, bem como a elaboração de instrumentos instrutivos como guias, cartilhas e manuais, voltados à implantação da LAI. Enquanto na Espanha a fiscalização e os demais encargos competem ao Conselho de Transparência e Bom Governo.

Por fim, quanto a última categoria Taxação, ambas as leis estipulam o acesso gratuito à informações e documentos públicos, salvo quando há necessidade de reprodução, cujo custo poderá ser cobrado para cobrir os gastos dos serviços e materiais utilizados. Na sequência apresenta-se, no Quadro 3, uma sinopse da análise comparativa realizada nas nove categorias.

Por meio desta análise comparativa pode-se observar que ambas as leis possuem pontos convergentes e divergentes que deixam a desejar. No que concerne ao objeto e objetivo a Lei brasileira é mais específica e sucinta. Assim como, no que diz respeito às definições. A LAI contempla mais denominações do que a LTAIP, que por sua vez aborda apenas o termo e conceito de informação pública. Todavia, quanto as responsabilidades e infrações a Lei espanhola é mais enfática, sendo que delimita minuciosamente as infrações, sanções, órgãos responsáveis por executá-las e meios de efetuar de denúncias.

Ambas as leis se igualam no âmbito de aplicação, publicidade e taxação. Concomitantemente, possuem processos similares para solicitação de informação, porém preveem prazos de retorno diferentes. Da mesma forma, as restrições de acesso também se assemelham. A LAI impõe graus de sigilo voltado aos documentos e restrições de informações inerentes à segurança do Estado e da Sociedade. Porém, a LTAIP é mais completa por abordar além destas restrições, também às informações voltadas à segurança do meio ambiente.

Quadro 3 – Comparativo entre as leis por categoria

CATEGORIA	LAI	LTAIP
1. Objeto e objetivo	1. Acesso à informação / direito	1. Transparência / direito 2. Acesso à informação / direito 3. Bom governo / obrigações
2. Âmbito	1. Órgãos públicos 2. Entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos de órgãos públicos (no que couber)	1. Órgãos públicos 2. Entidades privadas que recebam ajudas de custo superior a 100.000 euros de órgãos públicos
3. Publicidade	1. Acesso é a regra, sigilo é a exceção 2. Ativa e passiva	1. Acesso é a regra e o sigilo é a exceção 2. Ativa e passiva
4. Definições	1. Informação 2. Documentos 3. Informação sigilosa 4. Informação pessoal 5. Tratamento da informação 6. Disponibilidade 7. Autenticidade 8. Integridade 9. Primariedade	1. Informação pública
5. Restrições	1. Segurança do Estado 2. Segurança da sociedade	1. Segurança do Estado 2. Segurança da sociedade 3. Segurança do meio ambiente
6. Procedimentos	1. Não precisa justificar o motivo de solicitação 2. Meios legítimos, especialmente eletrônico (portais eletrônico e <i>e-mail</i>) 3. Requer a identificação do cidadão; o contato e a especificação da informação solicitada 4. Prazo de 20 dias podendo ser prorrogado por mais 10	1. Não precisa justificar o motivo de solicitação 2. Meios legítimos, especialmente eletrônico (portais eletrônico e <i>e-mail</i>) 3. Requer a identificação do cidadão; a especificação da informação solicitada; o contato e o modo que quer receber a informação 4. Prazo de 30 dias podendo ser prorrogado por mais 30
7. Responsabilidades	1. Agente público ou militar 2. Sanções	1. Agentes públicos e equivalentes 2. Infrações e sanções
8. Fiscalização	1. Autoridade de fiscalização e monitoramento (controle) 2. Controladoria Geral da União (divulgação)	1. Conselho de Transparência e Bom Governo (controle e divulgação)
9. Taxação	Gratuito	Gratuito

Fonte: Elaboração própria com base nas leis de acesso à informação brasileira e espanhola - adaptado do estudo de Santos, Molina e Guimarães (2017).

Vale destacar que a regulamentação do Conselho de Transparência e Bom Governo e especialmente a fiscalização prevista na LTAIP, que fica a critério deste órgão, é uma preocupação que evidencia-se ao longo de toda a Lei espanhola, a fim de alcançar a transparência pública, contando com um órgão governamental destinado para este fim. Enquanto no cenário brasileiro a fiscalização fica a cargo de uma autoridade designada em cada órgão público para esta tarefa. E isto pode prejudicar o desempenho da fiscalização, sendo que na maioria dos casos, o sujeito designado é um agente público que já possui atribuições inerentes ao seu cargo dentro da instituição, e não necessariamente volta-se somente para o controle do acesso e cumprimento da LAI.

5. Considerações finais

Por meio deste estudo é possível perceber a evolução das previsões legais de acesso e sigilo informacional, e consequentemente, da transparência pública, tanto no contexto brasileiro quanto no espanhol. As promulgações das respectivas leis nº 12.527/2011 (Brasil - LAI) e nº 19/2013 (Espanha - LTAIP) são um marco legislativo voltado à regulação do acesso como regra e o sigilo como exceção. Embora publicadas em 2011 e 2013, ambas as leis ainda estão em fase de implantação.

Ao comparar as leis constata-se que as duas possuem aspectos positivos e negativos. Em alguns pontos mais relevantes do que outros se assemelharam e se destoaram ao longo das nove categorias investigadas. Contudo, são sem dúvida um instrumento facilitador do exercício da democracia, da governança e da cidadania, na busca pela transparência pública.

Posto isto, por meio dos resultados obtidos espera-se colaborar com docentes, discentes, pesquisadores e profissionais da informação que lidam de forma teórica ou prática com o acesso à informação e a transparência pública. Bem como, visa-se contribuir com a sociedade que pode obter conhecimentos de seus direitos e peculiaridades de cada dispositivo, por meio das legislações de acesso à informação brasileira e espanhola. Aliado à isto, espera-se por meio deste estudo nortear possibilidades de desenvolvimento de novas investigações.

Referências bibliográficas

ACCESS INFO EUROPE

2016 *Defending and promoting the right of access to information in Europe*. [Em linha]. 2016. [Consult. 10 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.access-info.org/es/>.

BARDIN, L.

2006 *Análise de conteúdo*. Trad. L. de A. Rego, A. Pinheiro. Lisboa : Edições 70, 2006.

BOBBIO, N.

2000 *Teoria geral da política: a Filosofia e as lições dos clássicos*. Trad. Daniela Beccacia Versiani. Rio de Janeiro : Elsevier, 2000.

BRANDÃO, E. P.

2007 Conceito de comunicação pública. In *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. Org. Jorge Duarte. São Paulo: Atlas, 2007, p. 1-33.

BRASIL. Arquivo Nacional

[20--] *Arquivo Nacional*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 7 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/>.

BRASIL. Constituição

1988 *Constituição Federal Brasileira de 1988*. [Em linha]. 1988. [Consult. 2 fev. 2019]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2019 *Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019*. [Em linha]. 2019. [Consult. 8 fev. 2019]. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/60344275/do1-2019-01-24-decreto-n-9-690-de-23-de-janeiro-de-2019-60344059.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2011 *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. [Em linha]. 2011. [Consult. 2 fev. 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.
Dispõe sobre o acesso à informação brasileira.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2006 *Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006: Convenção das Nações Unidas contra a corrupção*. [Em linha]. 2006. [Consult. 16 jan. 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5687.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1992 *Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992*. [Em linha]. 1992. [Consult. 16 jan. 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/DO592.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1991 *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. [Em linha]. 1991. [Consult. 16 jan. 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm.
Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

BRISOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L.

2018 A Competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. (jan. 2018) 20 p. [Consult. 4 jan. 2019]. Disponível em: <http://www.Brapci.inf.br/v/a/30226>.

CARVALHO, M. F. C. de; MATEUS, C. A.

2018 Fake news e desinformação no meio digital: análise da produção científica sobre o tema na área de ciência da informação. In ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DAS REGIÕES SUDESTE, CENTRO-OESTE E SUL, 2018. [Em linha]. 2018. [Consult. 30 jan. 2019]. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/3760/2197>.

CENTRO DE INFORMACIÓN DOCUMENTAL DE ARCHIVOS

[20--] *Archivos*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 8 mar. 2019]. Disponível em: <http://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/centros/cida/presentacion.html>.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

2000 *Declaração interamericana de princípios de liberdade de expressão*. [Em linha]. 2000. [Consult. 16 jan. 2019]. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/s.Convencao.Libertade.de.Expressao.htm>.

ESPANHA. Constituição

1978 *Constituição Espanhola de 1978*. [Em linha]. 1978. [Consult. 2 fev. 2019]. Disponível em: https://www.tribunalconstitucional.es/es/tribunal/normativa/Normativa/CEP_ortugu%C3%A9s.pdf.

ESPANHA. Leis, decretos, etc.

2018 *Ley orgánica de protección de datos personales y garantía de los derechos digitales*. [Em linha]. 2018. [Consult. 2 fev. 2019]. Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Ley_Org%C3%A1nica_de_Protecci%C3%B3n_de_Datos_Personales_y_garant%C3%ADa_de_los_derechos_digitales.

ESPANHA. Leis, decretos, etc.

2013 *Ley nº 19/2013, de 9 de diciembre: transparencia, acceso a la información pública y buen gobierno*. [Em linha]. 2013. [Consult. 2 fev. 2019]. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/pdf/2013/BOE-A-2013-12887-consolidado.pdf>.

ESPANHA. Leis, decretos, etc.

2011 *Real Decreto nº 1.708/2011, de 18 de noviembre*. [Em linha]. 2011. [Consult. 10 fev. 2019]. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/2011/11/25/pdfs/BOE-A-2011-18541.pdf>.

Estabelece o Sistema Espanhol de Arquivos e regula o Sistema de Arquivos da Administração Geral do Estado e dos organismos públicos e o seu regime de acesso.

ESPANHA. Leis, decretos, etc.

2007 *Ley nº 37/2007, de 16 de noviembre: reutilización de la información del sector público*. [Em linha]. 2007. [Consult. 9 fev. 2019]. Disponível em: <https://boe.es/boe/dias/2007/11/17/pdfs/A47160-47165.pdf>.

ESPANHA. Leis, decretos, etc.

1999 *Ley nº 15/1999, de 13 de diciembre: protección de datos de carácter personal*. [Em linha]. 1999. [Consult. 8 fev. 2019]. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/1999/12/14/pdfs/A43088-43099.pdf>.

ESPANHA. Leis, decretos, etc.

1992 *Ley nº 30/1992, de 26 de noviembre: régimen jurídico de las administraciones públicas y del procedimiento administrativo común*. [Em linha]. 1992. [Consult. 9 fev. 2019]. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/1992/11/27/pdfs/A40300-40319.pdf>.

ESPANHA. Leis, decretos, etc.

1985 *Ley nº 13/1985, de 25 de junio: del patrimonio histórico español*. [Em linha]. 1985. [Consult. 9 fev. 2019]. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/1985/06/29/pdfs/A20342-20352.pdf>.

FERNANDÉZ, B. D.

2012 El Procedimiento de acceso desarrollado en el RD 1.708/2011, de 18 de noviembre : entre a realidade e o desejo. In CONGRESSO DE ARCHIVOS DE CASTILLA Y LEÓN, 6º, Valladolid, 2012 – *El derecho a saber y el deber de la privacidad: el acceso a los documentos*. Org. Manuel Melgar Camarzana, Luiz Hernandez Olivera. Valladolid: C. A. C. L., 2012, p. 109.

INTERNATIONAL TRANSPARENCY

2017 *Índice de percepción de la corrupción*. [Em linha]. 2017. [Consult. 31 jan. 2019]. Disponível em: https://transparencia.org.es/wp-content/uploads/2018/02/tabla_sintetica_ipc-2017.pdf.

JARDIM, J. M.

2016 A Participação de atores arquivísticos na implementação da lei de acesso à informação no poder executivo dos estados brasileiros: 2011-2015. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 17º, Salvador da Bahia, 2016 - *GT 5: Política e Economia da Informação*. 2016.

JARDIM, J. M.

2012 *A Lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais*. [Em linha]. 2012. [Consult. 16 jan. 2019]. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3784/2907>

JARDIM, J. M.

1999 O Acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, Rio de Janeiro, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

2017 Access to information: lessons from Latin America. In UNESCO Montevideo Office - *Latin America and the Caribbean*. Montevideo, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

1948 *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. [Em linha]. 1948. [Consult. 16 jan. 2019]. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm.

MARIÑO, Mirentxu

2017 *Es España más transparente a partir de hoy? : ¿Qué podemos preguntar? La Ley, en 14 claves*. [En linha]. 2017. [Consult. 8 fev. 2019]. Disponível em: <https://www.20minutos.es/noticia/2319820/0/ley-de-transparencia/acceso-a-la-informacion/14-claves/#xtor=AD-15&xts=467263>.

MARTÍN, J. R.

2014 La Regulación de la transparencia y del acceso a la información pública en la esfera autonómica: un estudio comparado. *Revista General de Derecho Constitucional*. [Em linha]. 19 (2014). [Consult. 10 fev. 2019]. Disponível em: http://ridao.cat/wp-content/uploads/2014/10/JR_RGDC.pdf.

MIRAGEM, B.

2011 *A Nova Administração Pública e o Direito Administrativo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MORA, L; DELGADO, M. L; RIVERO, J. A.

2018 Influencia del marco normativo en la transparencia: análisis de los ayuntamientos españoles: 2014-2017. *Revista Española de Ciencia Política*. [Em linha]. 48 (2018) 207-225. [Consult. 9 fev. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.21308/recp.48.08>.

NÓBREGA, C.

2017 *Os 5 anos da lei de acesso à informação: uma análise de casos de transparência*. [Em linha]. 2017. [Consult. 9 fev. 2019]. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2017/05/Os-5-anos-da-Lei-de-Acesso-%C3%A0-Informa%C3%A7%C3%A3o-%E2%80%93-uma-an%C3%A1lise-de-casos-de-transpar%C3%Aancia.pdf>.

REINA, E. G.

2011 *Transparencia y acceso a la información pública en España: análisis y propuestas legislativas*. [Em linha]. 2011. [Consult. 8 fev. 2019]. Disponível em: http://www.fundacionalternativas.org/public/storage/laboratorio_documentos_archivos/a1d04f2c5f4e94e441966c1b79f39fa3.pdf.

RUE, L. A. de la

2014 *O Direito à informação pública no âmbito do poder legislativo: um estudo comparado das potencialidades e desafios dos portais dos parlamentos brasileiro e mexicano na concretização da transparência ativa*. 2014. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

SANTOS, J. C. G; MOLINA, J. C. F; GUIMARÃES, J. A. C.

2017 Direito de acesso à informação. *Informação & Sociedade*. 27:2 (maio/ago. 2017) 49-62.

UGARTE, J. M.

2017 *El Derecho de acceso a la información: su vigencia en Argentina, con un panorama del derecho comparado*. 1ª ed. Buenos Aires: La Isla de la Luna, 2017.

UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

[20--] *Biblioteca da Universidade de Salamanca*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 9 fev. 2019]. Disponível em: <https://bibliotecas.usal.es/>.

Tatiana Costa Rosa | tatyrosaa@gmail.com

Universidade de Salamanca, Espanha / Instituto Federal de Roraima, Brasil

Maria Manuela Moro Cabero | moroca@usal.es

Universidade de Salamanca, Espanha

O “LIVRO VIAJANTE”: a hipertextualidade e a interatividade como ampliadores da experiência de leitura da literatura

THE “TRAVELING BOOK”: hypertextuality and interactivity as amplifiers of literature reading experience

Luciana Gracioso | Nathalia Cardoso Pereira

Resumo: A pesquisa buscou identificar o quanto que a hipertextualidade e a interatividade, mesmo estando desvinculadas do uso de tecnologias, se confirmam como estratégias que podem ampliar a experiência de leitura. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo. O método utilizado foi o *ex post facto* baseado em um projeto “Livro Viajante” que consistiu em colocar dois livros para “viajar” entre quarenta leitores incentivando-os a interagirem com as obras. Os livros viajantes eram *E não sobrou nenhum*, de Agatha Christie e *A Playlist de Hayden*, de Michelle Falkoff. Como resultados foram estabelecidos níveis de análise sobre a Leitura Ampliada (que variam de 1 a 7), que foram indicados nos exemplos retirados dos livros oriundos do projeto. Os resultados confirmaram diferentes níveis de ação de leitores nas obras e entre leitores, que ampliam a experiência de leitura.

Palavras-chave: Hipertextualidade; Interatividade; Leitura colaborativa

Abstract: The research sought to identify how hypertextuality and interactivity, even when unrelated to the use of technologies, are confirmed as strategies that can broaden the reading experience. This is an exploratory research of qualitative nature. The method used was the *ex post facto* based on a “Traveling Book” project that consisted of putting two books to “travel” among forty readers encouraging them to interact with the works. The traveling books were *And then there were none* by Agatha Christie and *A Playlist of Hayden* by Michelle Falkoff. As a result, analysis levels were established on the Extended Reading (ranging from 1 to 7), which were indicated in the examples taken from the books from the project. The results confirmed different levels of readers’ action in the works and among readers, which broaden the reading experience.

Keywords: Hypertextuality; Interactivity; Collaborative reading

Introdução

Ler é um ato de percepção. Por meio da leitura resgatamos nossas lembranças, fazemos analogias com o mundo em que vivemos, traçamos cotidianos imaginários, nos tornamos críticos e viajamos para lugares nunca antes visitados. Leitores não são iguais. Cada leitor possui uma experiência única e individual e é aí que está o magnetismo que a leitura proporciona. A importância da leitura está intrínseca no conhecimento de mundo que cada indivíduo carrega consigo. Segundo Brito (2010) “o leitor é sempre parte de um grupo social, certamente carregará para esse grupo elementos de sua leitura, do mesmo modo que a leitura trará vivências oriundas do social, de sua experiência prévia e individual do mundo e da vida”.

“Ler não é adivinhar e nem decifrar os significados. Ler é reformular esses significados tantas vezes quantas forem necessárias a partir do encontro entre novas ideias e opiniões [...]” (BRITO, 2010). A partir desse pressuposto a leitura pode ser considerada uma prática compartilhada que, além de ser um ato do indivíduo, pode fazer com que se caminhe em diversos mundos através de diferentes interpretações a partir de um único texto.

Cada livro, cada volume que você vê, tem alma. A alma de quem o escreveu, e a alma dos que o leram, que viveram e que sonharam com ele. Cada vez que um livro troca de mãos, cada vez que alguém passa os olhos por suas páginas, seu espírito cresce e a pessoa se fortalece (ZAFÓN, 2007:9).

Este trecho tirado do livro *A Sombra do Vento*, de Carlos Ruiz Zafón (p. 9) foi o ponto inicial para que o projeto “Livro Viajante” se tornasse real. A ideia de que um livro deve se manter intacto para fazer volume na estante e satisfazer seu bibliófilo começa a se desfazer no momento em que Zafón diz que cada livro ganha sua alma quando a alma de cada leitor ficou guardada nele. A ideia do projeto é justamente levar o livro aos seus leitores para que cada um deixasse um pouquinho de sua alma em suas páginas e o tornasse um exemplar único. “O significado de um livro não está determinado em suas páginas; é construído por seus leitores” (BURKE, 1992:226).

O projeto “Livro Viajante” surgiu no final de 2015 como uma comemoração dos dois anos que o canal do *youtube* “Nathalia Cardoso Leu” estava no ar. O projeto consistia em colocar dois livros para viajar entre quarenta leitores (vinte leitores para cada um dos livros) de diferentes cidades e estados brasileiros inscritos do canal, sendo eles “E não sobrou nenhum” de Agatha Christie e “A playlist de Hayden” de Michelle Falkoff. A condição para cada participante atuar no projeto era de que cada leitor sempre grifasse frases e palavras relevantes para si e registrasse seus sentimentos com a leitura em cada parágrafo ou página que sentisse necessidade. Com isso, do primeiro ao último leitor, foi criada uma rede de colaboração em leitura através da hipertextualidade contida e registrada em cada página.

O final do projeto significou ter em mãos dois livros repletos de marginálias, grifos, opiniões, sentimentos e troca de conhecimentos entre os participantes do projeto.

Por acaso, quando não existiam televisores, nem computadores, havia uma maneira normal de ser leitor? Não se lê da mesma forma que Cervantes, Kafka, Borges, Chandler, Tolstoi, Joyce, nem eles, que puseram tantas personagens a ler, as imaginaram idênticas [...]. Qual crítico contemporâneo - nem mesmo os defensores de algum cânone - iria pretender que existe uma única maneira de ler esses autores? (CANCLINI, 2008:59).

Neste contexto, é que se definiu o objetivo geral dessa pesquisa que se propõe identificar o quanto que a hipertextualidade e interatividade se confirmam como estratégias que podem ampliar a experiência de leitura mesmo estando desvinculadas do uso de tecnologias e para confirmar isto apresentar o resultado final do projeto colaborativo entre leitores, “Livro Viajante”. A partir deste escopo, os objetivos específicos foram: definir o que é leitura, leitores e livro; conceituar, analisar e discutir sobre o hipertexto, quais seus limites, alcances e possibilidades; discutir a interatividade, como é a promoção de uma rede de interação e/ou colaboração; conceituar e discutir sobre marcações nas margens dos livros, as marginálias; estabelecer níveis para observação de ações de leitura ampliada; tecer considerações sobre a hipertextualidade e Interatividade como recurso para a leitura ampliada de livros.

Para atingir estes objetivos, foram feitas as seguintes opções metodológicas: trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo de cunho teórico que aborda os temas: hipertextualidade, rede de interação e colaboração entre os leitores durante a leitura, gêneros textuais e marginálias. A análise exploratória e descritiva da literatura disponível

sobre o tema proposto permitirá a construção de um conhecimento teórico sobre como o hipertexto realizado em colaboração, desvinculado do uso de tecnologias, juntamente com a interatividade entre os leitores, pode se configurar como um recurso da leitura ampliada da literatura. Para a contextualização teórica foram utilizadas as fontes bibliográficas e documentais como fundamentação para os resultados, por essa razão, a pesquisa refere-se a uma pesquisa bibliográfica com relato de experiência.

A pesquisa também é descritiva uma vez que será pautada no relato e na análise do desenvolvimento e dos resultados do projeto “Livro Viajante”, estabelecendo considerações que relacionam o resultado prático do projeto com as abordagens teóricas apresentadas para fundamentar as ações nestas desenvolvidas. O pressuposto é que seja possível apresentar a prática da hipertextualidade desvinculada das mediações tecnológicas e mesmo assim, reconhecê-la como recursos importantes para a ampliação da leitura de livros.

A metodologia utilizada para a produção deste trabalho foi a conhecida como *ex post facto* com tradução literal de “a partir do fato passado”, pelo fato de ser uma pesquisa baseada em um projeto realizado e finalizado sem o intuito de ser um objeto de pesquisa. De acordo com Gil (2008), uma pesquisa como esta “são feitas inferências sobre a relação entre variáveis sem observação direta, a partir da variação concomitante entre as variáveis independentes e dependentes”.

Na pesquisa *ex-post-facto* a manipulação da variável independente é impossível. Elas chegam ao pesquisador já tendo exercido os seus efeitos. Também não é possível designar aleatoriamente sujeitos e tratamentos a grupos experimentais. A pesquisa *ex-post-facto* lida com variáveis que, por sua natureza não são manipuláveis, como: sexo, classe social, nível intelectual, preconceito, autoritarismo, etc. (GIL, 2008:54).

É importante ressaltar que no âmbito deste trabalho, estamos usando a metodologia *ex post facto* com moderação por não ser muito utilizada na Ciência da Informação, portanto sem aprofundamentos.

Para conseguirmos elencar o quanto a hipertextualidade e a interatividade entre os leitores e sabermos em que medida esses itens promoveram uma leitura ampliada, estabelecemos categorias, criadas a luz de referencial teórico e observação do próprio projeto, sobre níveis de hipertextualidade e interatividade, que estão sendo observados e qualificados a partir de exemplos retirados dos livros oriundos do projeto “Livro viajante”. Assim, como resultados metodológicos foram estabelecidos:

Nível 1: Possui grifos;

Nível 2: Possui desenhos/referências (*emoticons*, *memes*, etc.);

Nível 3: Possui anotação;

Nível 4: Há anotação e indica outras leituras fora da obra;

Nível 5: Há anotação e indica acesso a outros recursos/suportes fora da obra;

Nível 6: Há anotação e remete a outra anotação já feita na obra;

Nível 7: Há anotação e influenciou na compreensão do texto do outro leitor.

Estes níveis foram analisadas em diferentes trechos dos livros e como resultado foi possível verificar que a hipertextualidade e a interatividade, em diferentes níveis, promovem a leitura ampliada da literatura.

Percursos teóricos: em busca de uma definição sobre “leitura ampliada”

Um dos principais objetivos específicos desta pesquisa foi trabalhar na concepção de leitura, livro e leitor. “Pela leitura, o ser humano não só absorve o conhecimento, mas também pode transformá-lo, em um processo de aperfeiçoamento contínuo” (PRATES, 2010). Tendo isso em mente, a pesquisa se guiou na concepção de que a leitura pode ser um processo de transformação tanto do leitor quanto do objeto de leitura, no caso o livro. “[...] os autores não escrevem os livros, mas que estes são objetos que requerem numerosas intervenções” (CHARTIER, 2001:10). O trabalho se conduziu a respeito dessas intervenções do leitor que, talvez possamos caracterizá-los como parte da produção do sentido de outros leitores para com o contexto do que foi lido, o hipertexto manuscrito. Chartier (2001:22) também ressalta como os leitores realmente podem se tornar o outro elo da leitura, se posicionando através dela, “os leitores são autores potenciais e, desta maneira, existe um controle implícito sobre a interpretação [...]”.

Logo depois de termos esses conceitos em mãos, começamos a trabalhar com a proposta de caracterizar e analisar o conceito de hipertexto, quais seus suportes, limites, alcances e possibilidades, “Será que todo hipertexto só ocorre e é possível em ambiente virtual?”

A noção de hipertexto tem provocado muitas discussões a respeito da leitura e da produção de textos, bem como da caracterização de textos, dos fatores de textualidade, entre outros. Acreditamos que, muitas vezes, essas discussões são acompanhadas de uma dose de exagero sobre as mudanças que o formato hipertextual pode acarretar nas atividades do leitor e do escritor (COSCARELLI, 2006).

Quando se lê a palavra “hipertexto”, o cérebro automaticamente remete a algo digital ou eletrônico. A pesquisa tentou transpor essa barreira esforçando-se para desmembrar o conceito e trazê-lo para algo analógico. Afinal, de acordo com Rissi (2009). “A leitura hipertextual possui características próprias. Ler um texto em escrita hipertextual requer do leitor atenção a um novo formato textual”.

Lemos buscando, como rastreadores, esquecidos de onde estamos. Lemos distraidamente, pulando páginas. Lemos com desprezo, admiração, negligência, raiva, paixão, inveja, anelo. Lemos em lufadas de súbito prazer, sem saber o que provocou esse prazer. [...] Lemos em movimentos longos, lentos, como que pairando no espaço, sem peso. Lemos com preconceitos, com malignidade. Lemos generosamente, arranjando desculpas para o texto, preenchendo lacunas, corrigindo erros (MANGUEL, 1997:340).

Discutimos a questão da interatividade e o que é promover uma rede de interação e/ou colaboração. Segundo Bakhtin (1997:11), “a sociabilização completa só ocorre quando o

homem, agrupado a seus semelhantes, objetivando interesses comuns, troca conhecimentos e ideias com esses seus semelhantes, e com isso, há o crescimento individual e social”. A partir desse conceito, a criação de uma rede de interação entre os leitores com a colaboração de cada um durante a leitura, pode tornar a experiência mais completa e atrativa criando uma sociabilização. Este foi um ponto ponderado durante a pesquisa.

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. [...] o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. (CHARTIER, 1999)

Segundo Vera Teixeira de Aguiar (2004), a leitura é um processo de comunicação que, todavia, somente acontece quando leitor de fato apreende o conteúdo lido e **posiciona-se frente a ele**; ocorre, assim, o ato de ler (*apud* PRATES, 2010, grifo nosso). Sendo a leitura um ato de comunicação e essa comunicação uma forma de “conversa” entre os leitores de um livro em comum, coube a esta pesquisa identificar uma comunicação entre leitores no próprio livro, ou seja, as *marginalias*, que torna o leitor parte do conteúdo a ser lido e que, conseqüentemente, o torna autor.

Devemos considerar a cultura do escrito em sua totalidade e analisar problemas como o controle sobre a escrita, a diferença entre as duas aprendizagens, os valores envolvidos em cada uma das formas de comunicação, etc. Temos aqui toda uma série de problemas vinculados à articulação ou à diferença entre escrever e ler. Por outro lado, observamos que o mundo do escrito é uma totalidade e que os modelos impressos podem guiar ou ordenar as práticas manuscritas, [...] que a leitura pode conduzir imediatamente à escrita. (CHARTIER, 2001:85).

As *marginalias*, escrituras nas margens dos livros, não somente nos livros viajantes do projeto, mas em qualquer livro que contenha uma inscrição, uma dedicatória, ou até mesmo um simples grifo ou pequeno comentário em suas margens, trazem consigo algo a mais para o leitor que teve acesso ao livro com estes tipos de marcações. Manguel (1997:30) já havia comentado sobre esse magnetismo quando comprou um exemplar de segunda mão da autobiografia de Kipling em Buenos Aires, onde se encontrava um poema manuscrito na folha de guarda e se pegou pensando:

O poeta improvisado que possuía esse exemplar seria um imperialista ardoroso? Um amante da prosa de Kipling que via o artista através da pátina jingoísta? Meu predecessor imaginado afeta minha leitura porque **me vejo dialogando com ele**, defendendo essa ou aquela posição. Um livro traz sua própria história ao leitor (grifos nossos).

Assim a partir deste percurso teórico buscamos desenhar o que iremos assumir como Leitura ampliada nesta pesquisa. De modo geral esta expressão remete a uma forma de leitura tátil para a educação de pessoas com deficiência visual ou então como uma

ampliação de referências de conhecimento em um projeto em museus pela observação de diversos universos inseridos numa exposição. Mas demandávamos por uma expressão que englobasse a leitura abraçando a hipertextualidade e a interatividade entre os leitores como um método específico de leitura conjunta em um único suporte. Estudamos e pesquisamos as duas palavras juntas, *leitura + ampliada*, e o que foi encontrado não satisfazia nosso contexto de demonstração do objeto de pesquisa. Portanto nossa definição aproximada, para este trabalho, de *Leitura Ampliada* é uma leitura que, através de hipertexto analógico e interatividade entre um determinado número de leitores em um mesmo suporte, pode abrir caminhos para diversas vivências, remeter outras leituras, discutir parâmetros e, principalmente, manter todos esses registros em um único livro, tornando-o único e diferenciado de seus outros exemplares. A *Leitura Ampliada*, em suma, é uma expressão que pode trazer uma infinidade de possibilidades de fazer com que a arte de ler seja transformada em algo além do que o autor nos trouxe, é uma prática a ser explorada e incrementada por mediadores e, possivelmente, estimular atividades como esta em bibliotecas para a promoção de leitura.

Apresentação e discussão dos resultados

Pontualmente foi o objetivo principal desta pesquisa identificar o quanto a hipertextualidade e interatividade se confirmam como estratégias que podem ampliar a experiência de leitura, mesmo estando desvinculadas do uso de tecnologias, e com o projeto “Livro Viajante” em mãos para que pudéssemos analisar o que tínhamos de resultados vindo dos participantes leitores e, através dos objetivos que guiaram essa pesquisa num todo, foi possível observar e analisar esses resultados para que pudéssemos expô-los aqui.

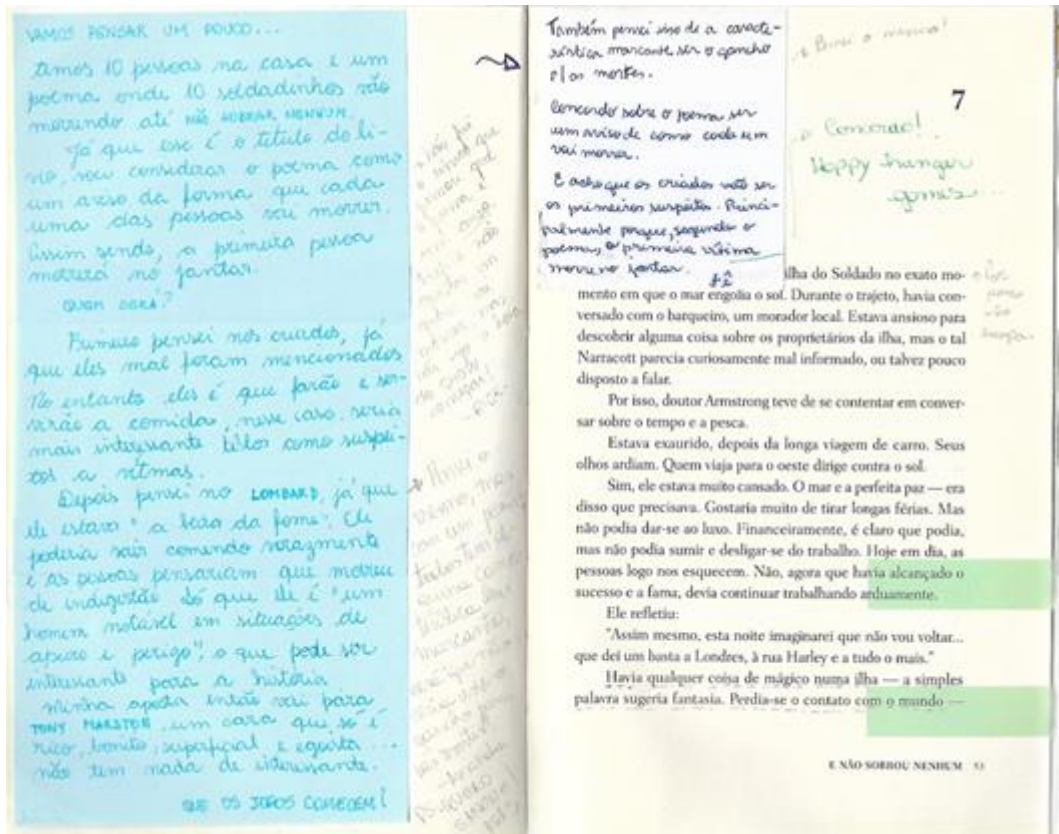
Como mencionado na metodologia desta pesquisa, criamos critérios de avaliação da *Leitura Ampliada*, em níveis de interatividade e hipertextualidade, que chamaremos aqui de ‘Níveis de Análise em *Leitura Ampliada*’ no âmbito do projeto “Livro Viajante”, de acordo com o que foi dito na introdução sobre o ato de leitura não convencional. Quanto maior o nível indicado (que irá variar de 1 a 7), maior será a prática/vivência da *Leitura Ampliada* pelo leitor, isto é, quanto maior o nível aferido, maior terão sido as ações e reações de hipertextualidade e interatividade entre os leitores, entre os leitores e a obra e entre os leitores e conteúdo fora da obra.

Considerando a natureza *ex post facto* desta pesquisa, a definição de critérios para a identificação dos níveis de *Leitura Ampliada* foi estabelecida, em um primeiro momento, partindo das interferências já feitas pelos leitores nos livros viajantes, nivelando-as a partir da intensidade e da quantidade destas interferências. Ao mesmo tempo, estas categorias revelam os níveis de *Leitura Ampliada* (resultado das ações de hipertextualidade, interatividade e produção de *marginalias*).

Foram feitas, ao todo, 11 análises, sendo sete da obra *E não sobrou nenhum*, de Agatha Christie e quatro da obra *A Playlist de Hayden*, de Michelle Falkoff. Para fins de exemplificação, neste artigo, serão apresentados dois exemplos de cada extrato analisado de cada obra.

Páginas selecionadas do livro “E não sobrou nenhum” de Agatha Christie

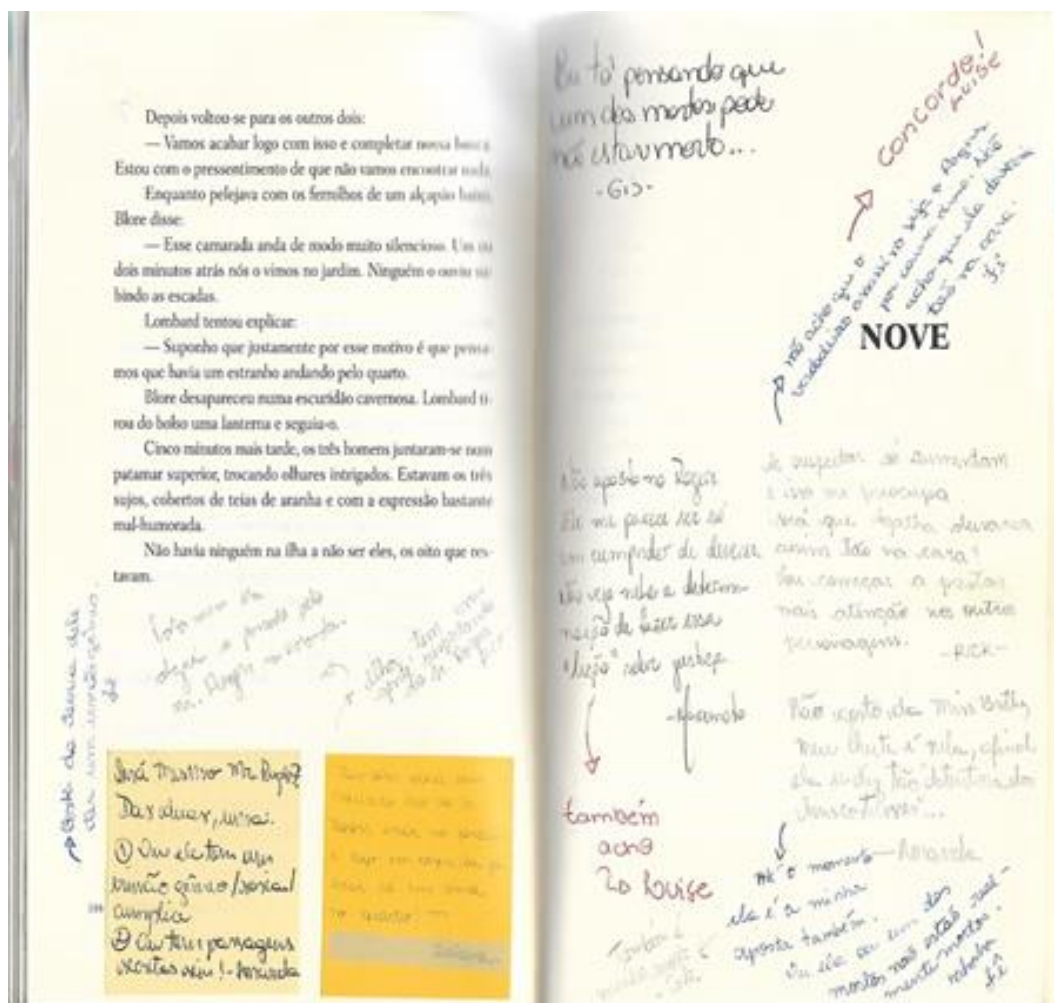
Fig. 1 – p. 53: NÍVEL 3 e NÍVEL 4



Fonte: Livro *E não sobrou nenhum*, de Agatha Christie (p. 53)

Pode-se observar uma leitora expondo sua grande teoria sobre o que estava se passando na narrativa naquele determinado ponto levando à interação e debate sobre o ponto entre outros leitores, e podemos ver também uma outra leitura sendo mencionada como referência quando o leitor escreve *Happy Hunger Games* que remete à uma frase conhecida do livro *Jogos vorazes* de Suzanne Collins.

Fig. 2 – p. 188: NÍVEL 3 e NÍVEL 7

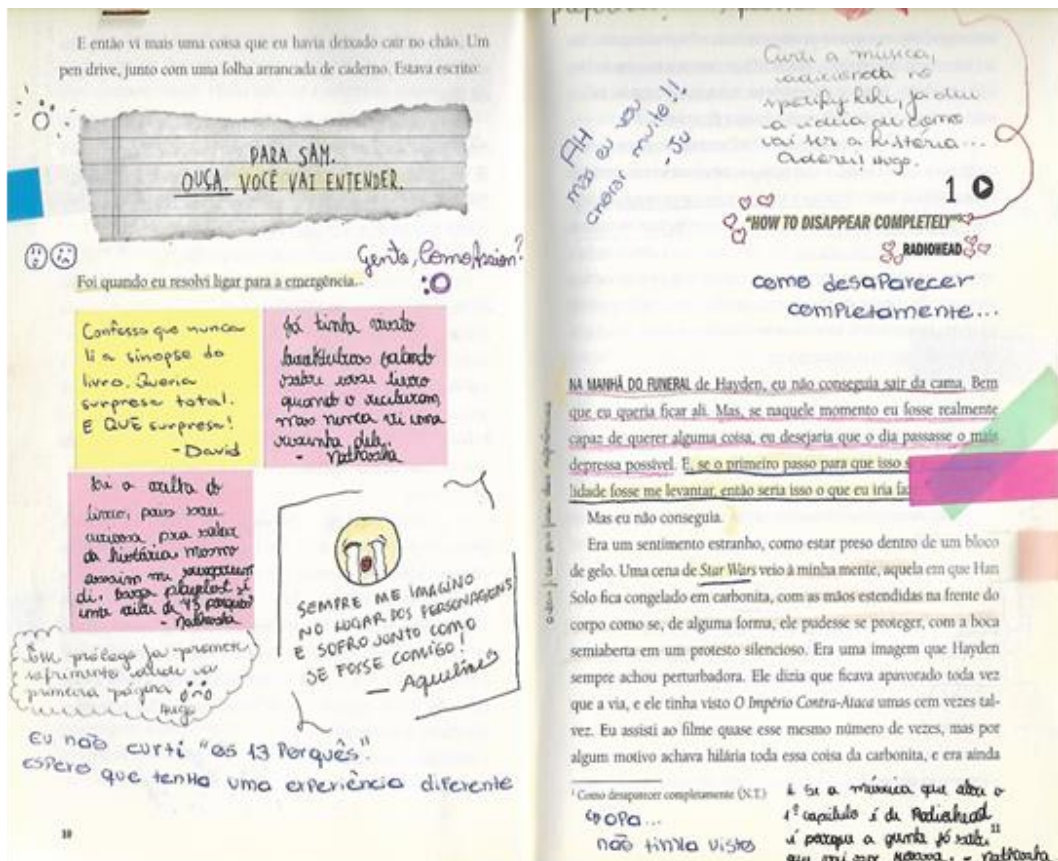


Fonte: Livro *E não sobrou nenhum*, de Agatha Christie (p. 188)

Nesta digitalização, podemos perceber diversas anotações com constatações e teorias com uma forte interação e debate entre os leitores. Dando ênfase na anotação inferior esquerda onde um dos leitores sugere uma teoria *Ou ele tem um irmão gêmeo/sósia/cúmplice* e outro leitor comenta a teoria com *Gostei da teoria dele ter um irmão gêmeo*. Neste cenário, podemos sugerir que o leitor que disse gostar da teoria feita pode ter tido uma mudança de perspectiva de interpretação a partir dessa conjuntura.

Páginas selecionadas do livro "A Playlist de Hayden" de Michelle Falkoff

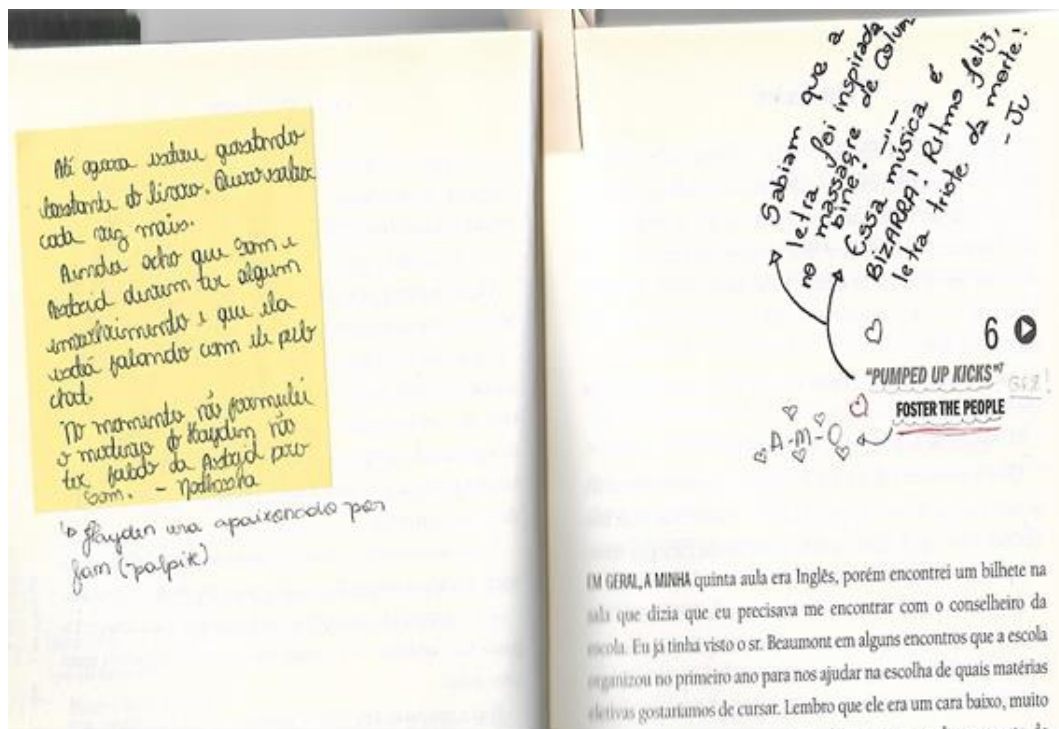
Fig. 3 – p. 11: NÍVEL 1 e NÍVEL 3



Fonte: Livro *A Playlist de Hayden* de Michelle Falkoff (p. 11)

Observa-se muitas anotações de expectativas com o início da leitura, sem muito em debates pois a narrativa ainda estava prestes a começar, porém já podemos enxergar grifos logo nas primeiras frases do livro. Podemos perceber 3 cores diferentes de grifos, o que podemos sugerir que pelo menos 3 leitores se sentiram envolvidos pelas palavras da leitura.

Fig. 4 – p. 57: NÍVEL 3



Fonte: Livro *A Playlist de Hayden*, de Michelle Falkoff (p. 57)

Esse comentário também nos trouxe uma anotação com questão de informação. Só que neste caso, o leitor nos trouxe uma informação que requer mais informações. A autora nos deu um nome de uma música como título do capítulo, o leitor complementou a letra da música (destinado aos que colocaram para ouvir durante a leitura) fazendo com que o próximo leitor pesquise o que foi o *massacre de Columbine* se não souber do ocorrido, fomentando assim, mais informação além da intrínseca no próprio livro.

De um modo geral, estes exemplos seguidos de suas respectivas análises confirmam a eficácia do instrumento de observação desenvolvido (níveis de 1 a 7) sobre as ações de Leitura Ampliada, e também demonstram quão variado e enriquecedor pode ser também, o ato de Ler, quando são permitidas e incentivadas estas formas de intervenção e compartilhamento de percepções e informações entre leitores e obras.

Considerações finais

O objetivo principal da pesquisa que propunha identificar o quanto que a hipertextualidade e a interatividade se confirmam como estratégias que podem ampliar a experiência de leitura foi alcançado e, com as análises dos resultados, fomos capazes de observar o quanto um hipertexto, aqui no contexto de marginais, colocado em meio à uma leitura teoricamente linear, pode interferir e culminar na sociabilização de interpretações e, também, como isto foi capaz de se realizar em um meio analógico completamente desprovido de tecnologias.

A aplicação dos níveis de análise sobre a Leitura Ampliada se mostrou satisfatória enquanto recurso metodológico, permitindo um olhar mais estruturado e categorizado sobre as ações de leitores, sobre o livro e seus outros leitores. Ao mesmo tempo foi possível explicitar, com a aplicação dos níveis, o quanto que a intervenção, a participação, a cooperação e o compartilhamento de percepções dos leitores sobre uma obra, podem surtir diferentes impactos na leitura por outros leitores, desta mesma obra. Estes resultados nos alertam para que nos dediquemos a desenvolver, aperfeiçoar e avaliar constantemente, técnicas, recursos e estratégias que propiciem uma experiência rica, inusitada e libertadora no ato de ler.

É importante destacar que não tivemos como objetivo discutir e analisar, no âmbito da Organização do Conhecimento, aspectos que dizem respeito a representação temática, ou tratamento temático da informação. No entanto, ao confirmarmos que a hipertextualidade e a interatividade agregam conteúdos e interferem em diferentes níveis na leitura de uma obra, deixamos como sugestão para pesquisas futuras que estes elementos possam também vir a ser considerados como objetos da Análise Documentária, e dos estudos de Mediação e Apropriação da informação.

Referências bibliográficas

BAKTHIN, Mikhail

1997 *Diálogo e construção do sentido*. Campinas: Unicamp, 1997.

BRITO, D. S.

2010 A Importância da leitura na formação social do indivíduo. *Faculdade Dom Domênico*. 4:8 (2010).

BURKE, P.

1992 *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CANCLINI, N. G.

2008 *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CARDOSO, Nathalia

[20--] 2 anos de canal – Projeto. [Em linha]. [20--]. [Consult. 4 out. 2018]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BhEoTp85NA8>>.

CHARTIER, R.

2001 *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CHARTIER, R.

1999 *A Aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

COSCARELLI, C. V.

2006 Os Dons do hipertexto. *Littera: revista de Linguística e Literatura*. 4:4 (jul./dez. 2006) 7-19.

GIL, A. C.

2008 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANGUEL, A.

1997 *Uma História de leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRATES, A. E.

2010 *Entre o livro e a leitura: um clic de mediação*. 2010.

Dissertação de mestrado em Letras - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RISSI, G. C.

2009 *Hipertexto e estratégias de leitura*. 2009.

Dissertação de mestrado em Língua Portuguesa - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

ZAFÓN, C. R.

2007 *A Sombra do vento*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2007.

Luciana Gracioso | lugracioso@yahoo.com.br

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

Nathalia Cardoso Pereira | naahcardosoleu@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

Resumo: O objetivo desse artigo é discorrer sobre o suposto desaparecimento do livro com o surgimento do *e-book*, percorrendo sua história do impresso ao digital. A tecnologia da informação provocou muitas inovações nesse percurso, transformou radicalmente as modalidades de produção, de transmissão e de recepção do escrito, atingindo o acesso e a preservação. Sendo assim, passou-se a adotar recursos cada vez mais modernos com o uso da tecnologia. Antes, o livro era disponibilizado em papel; hoje, na mídia digital, temos o *e-book*. Para elaboração deste texto, fez-se uso de bibliografia publicada por autores consagrados no assunto e buscou-se identificar consenso entre eles. Dessa forma, obtém-se um breve conhecimento do pensamento dos autores sobre o futuro do livro, as ameaças e riscos ao livro impresso e possíveis danos aos quais estão expostos ao serem digitalizados caso não sejam preservadas as versões originais, uma vez que os recursos tecnológicos afetados constantemente pela obsolescência tecnológica e fragilidade dos suportes não garantem a preservação desses em longo prazo, nem asseguram a memória dessas obras às gerações futuras devido às ameaças às quais esse material está sujeito.

Palavras-chave: Acesso; História do livro; Preservação; Tecnologia da Informação

Abstract: This article discusses the so-called disappearance of the book in face of its increasingly popular alternative, the e-book, in a historical analysis that considers the book's evolution from its origins to modernity. The growth of technology transformed the production, transmission and reception of texts, even modifying the means through which we access and preserve books. At each point along this trajectory, we have come to adopt even more modern resources to accompany the rapid technological growth. Before, the book was available in paper; now, the e-book pervades the digital media age. This text surveys the academic debate regarding the future of the book; seeks to identify a consensus among the leading thinkers in the field; and familiarizes the reader with the threats, risks and possible dangers that accompany preserving texts through exclusively digital means. Ultimately, there are strong implications of preserving texts through digital methods given the obsolescence and fragility of technology. In the long term, relying on technology will not guarantee the survival of texts, or will fail to inform future generations about the unique threats to which e-books and the digital age are presently subject.

Keywords: Access; History of book; Preservation; Information Technology

O livro - do passado ao futuro

Várias publicações tratam sobre a história do livro, sua origem, suporte, formato, acesso e riscos com o uso dos recursos tecnológicos. Nesse contexto, muito tem sido questionado a respeito do seu futuro e o entendimento da transição do impresso para o digital. Sabe-se pela história, que o livro passou a ser utilizado desde os primeiros códices com o surgimento da imprensa inventada por Gutenberg no século XV. A evolução tecnológica conduziu a internet a tornar-se ferramenta fundamental nos afazeres do dia a dia com a disponibilização de dados acessíveis.

Em contrapartida foi capaz de colocar em risco a existência do livro impresso pela primeira vez em séculos de sua existência. O fato é que o desenvolvimento da rede mundial de computadores, através da internet transcendeu e revolucionou o acesso a quaisquer tipos

de informação quase que totalmente sem restrições aos seus navegadores. Desde então, no caso dos livros, obras inteiras foram publicadas virtualmente e outras tantas foram digitalizadas e disponibilizadas em grandes bases de dados e assim o mundo virtual passou a atuar no meio informacional.

Essa realidade suscitou muitos debates tendo como foco o futuro do livro sobre os pontos que contribuiriam para chegar a esse estágio presente, tais como: a democratização do acesso à informação, as vantagens e desvantagens do livro digital, o futuro do livro impresso, o impacto da digitalização de obras raras.

O historiador Darnton (2010), em sua obra *A Questão dos livros* menciona o papel ao comentar a obra *Double fold* de Nicholson Baker que criticou a substituição do acervo de jornais e livros por microfilmes. Para Darnton, Baker descreveu de maneira emotiva a atitude de alguns bibliotecários e responsáveis por arquivos que, no passado, na tentativa de resolver os problemas relativos ao espaço físico das bibliotecas e dos arquivos, decidiram microfilmar parte de seus acervos e desfazer-se dos seus suportes impressos sob a justificativa de que estes estariam condenados ao esfacelamento, fruto da ação do tempo.

Ao mergulhar na abordagem de Darnton, percebe-se a preocupação com a manutenção dos documentos impressos, no sentido de mantê-los preservados, uma vez que ao serem submetidos ao processo de microfilmagem, os originais eram destruídos. Segundo o art. 2º do Decreto 1.799/96, da Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, “Os documentos de valor histórico não deverão ser eliminados, podendo ser arquivados em local diverso da repartição detentora dos mesmos”. Nesse contexto, trata-se de acervos considerados de valor histórico por serem obras raras, únicas e irrecuperáveis fisicamente.

Quanto ao livro no tempo presente, Darnton aponta diferenças entre as mídias digitais e impressas. As primeiras apresentariam a vantagem de agregar uma quantidade maior de informações ao permitir o acesso a diversas páginas e interfaces por meio de *hiperlinks*. Mesmo assim, o historiador, manifesta a crença de que mesmo diante do avanço e domínio cada vez maior da tecnologia da informação, o *e-book* servirá apenas de suplemento e não substituto da invenção de Gutenberg.

Darnton defende os acervos bibliográficos enquanto suporte impresso considerando sua materialidade como uma forma de proteção dos interesses públicos ao mesmo tempo em que concilia sua perspectiva com o emprego dos recursos tecnológicos:

Algum dia, talvez, um texto numa tela portátil será tão agradável aos olhos quanto a página de um códice produzido há 2 mil anos. Enquanto isso não acontece, digo: protejam a biblioteca. Abasteçam-na com material impresso. Reforcem suas salas de leitura. Mas não pensem na biblioteca como um depósito ou um museu. Ao mesmo tempo em que oferecem livros, a maioria das bibliotecas de pesquisa operam como centros nervosos de transmissão de impulsos eletrônicos. Adquirem bancos de dados, mantêm repositórios digitais, fornecem acesso a periódicos eletrônicos e orquestram sistemas de informação que alcançam as profundezas de laboratórios e gabinetes. Muitas delas estão compartilhando sua riqueza intelectual com o resto do mundo ao permitir que o Google digitalize seus acervos de impressos. Assim sendo, digo também: vida longa ao Google, mas não esperemos que ele viva o bastante

para substituir aquele venerável edifício com colunas coríntias. Como cidadela do saber e plataforma para aventuras na internet, a biblioteca de pesquisa ainda merece estar no centro do campus, preservando o passado e acumulando energia para o futuro (p. 59).

Robert Darnton sinaliza alguns problemas vistos por ele como riscos que podem vir a afetar o controle e acesso à informação. Sua inquietação é voltada para o controle nos sistemas eletrônicos. Um deles seria o de grandes bibliotecas públicas do mundo, digitalizarem seus acervos gratuitamente e em seguida as mesmas bibliotecas necessitem adquirir o acesso à parte de seu material digitalizado. Robert Darnton não se manifesta em seu livro contra as digitalizações, mas a favor delas desde que tenham em vista, em primeiro lugar, os interesses públicos de livre acesso às informações e documentos históricos acumulados pelas bibliotecas e não objetivos comerciais e financeiros.

Outro problema apontado pelo historiador com o serviço de digitalização dos documentos é a obsolescência tecnológica, visto que para os documentos digitalizados não há garantia em manter os documentos em longo prazo devido as frequentes mudanças tecnológicas, uma vez que os sistemas tornam-se obsoletos rapidamente pelas constantes mudanças tecnológicas e devido à fragilidade dos suportes. Nesse contexto recorre-se ao alerta da UNESCO na *Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital* onde:

(...) está sustentada na argumentação da autenticidade e da integridade da informação, comprometidas pela rápida obsolescência tecnológica, pela dependência social da informação *digital e pela vulnerabilidade dos sistemas eletrônicos no longo prazo* (UNESCO, 2005).

Darnton partilha conosco uma ideia progressista tanto em relação aos livros impressos quanto aos novos suportes virtuais. Enquanto incita argumentos sobre o possível desaparecimento do livro impresso encontra-se otimista em relação ao futuro do livro. Diante de sua clara visão da questão recomenda o historiador: digitalizar é preciso, desde que se incentive e se pratique a preservação dos suportes impressos, segundo ele, “a moral da história serve de corretivo para o folclore jornalístico: não existe nada mais morto que o jornal de ontem, exceto o jornal de ontem destruído” (p. 145).

O autor nos passa sutilmente a recomendação de digitalizar sim, mas, não destruir os originais dos documentos, no caso, os livros tidos como obras raras.

O livro e o e-book

O futuro previsto por Marshall McLuhall não aconteceu. A *web*, sim; a imersão global na televisão, certamente; mídias e mensagens onipresentes, sem dúvida. Mas a era tecnológica não causou à extinção da palavra escrita, como foi profetizado por McLuhan em 1962. Assim declara-se Darnton com sutileza, como um fiel amigo dos livros:

Pense no livro. Sua resistência é extraordinária. Desde a invenção do códice, por volta do nascimento de Cristo, provou-se uma máquina maravilhosa – excelente para transportar informação, cômodo para ser folheado, confortável para ser lido na cama, soberbo para armazenamento e incrivelmente resistente a danos. Não precisa de *upgrades*, *downloads* ou *boots*, não precisa

ser acessado, conectado a circuitos ou extraído de redes. Seu *design* é um prazer para os olhos. Sua forma torna o ato de segurá-lo nas mãos um deleite. E sua conveniência fez dele a ferramenta básica do saber por milhares de anos, mesmo quando precisava ser desenrolado para ser lido (na forma de rolos de papiro, diferentemente do códice, composto de folhas reunidas por encadernação) muito antes de Alexandre, o Grande, fundar a biblioteca de Alexandria em 332 a. C. (DARNTON, 2010:85).

É assim que Darnton defende a continuidade do livro e contesta profecias quanto o seu desaparecimento. Nessa circunstância, continua a justificar a sua existência e desafia a revolução tecnológica a conseguir avançar com velocidade suficiente para manter-se atualizada e prevê a possibilidade de suplementar o livro tradicional com edições eletrônicas criadas especificamente para determinados propósitos e públicos.

Darnton se coloca como moderador entre as mídias impressas e digitais, no que se refere ao *e-book*:

A melhor defesa que pode ser feita em relação aos *e-books* tem relação com a publicação acadêmica, não em todos os campos, mas num número considerável de áreas das ciências humanas e sociais onde se tornou proibitivamente caro produzir monografias convencionais. Essa dificuldade é tão severa que vem transformando o panorama do saber (...) (DARNTON, 2010:88).

O autor analisa os problemas gerados para com a monografia, as possibilidades que a tecnologia da informação oferece, e volta a afirmar “o livro eletrônico, servirá como suplemento, e não como substituto da grande máquina de Gutenberg” (p. 95).

Chartier (1999) compactua do mesmo pensamento e também se refere ao texto eletrônico como uma revolução. Faz uma analogia entre a revolução tecnológica e a revolução de Gutenberg. Chartier discorre exaustivamente sobre a evolução da tecnologia e sua interferência na história do livro. Ao seu olhar existe a tentação de comparar a revolução tecnológica com a revolução de Gutenberg, segundo esse autor:

Há, portanto, uma continuidade muito forte entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso embora durante muito tempo se tenha acreditado numa ruptura total entre uma e outra. Com Gutenberg, a prensa, os tipógrafos, a oficina, todo um mundo antigo teria desaparecido bruscamente (CHARTIER, 1999:9).

Para Chartier, o manuscrito sobreviveu por longo tempo à invenção de Gutenberg, até o século XVIII e mesmo durante o XIX. Para os textos proibidos, cuja existência devia permanecer secreta, a cópia manuscrita continuava sendo a regra. Persistia então, uma forte suspeita diante do impresso, que supostamente romperia a familiaridade entre o autor e seus leitores e corromperia a correção dos textos, colocando-os em mãos “mecânicas” e nas práticas do comércio.

No que respeita ao texto eletrônico, Chartier considera que:

a inscrição do texto na tela traz uma estruturação desse texto que não é a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antiguidade, ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas. O fluxo seqüencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito e como não poderia deixar de ser é, também, uma revolução nas maneiras de ler (CHARTIER, 1999:12-13).

O texto eletrônico permite maior distância com relação ao escrito. Nesse sentido, a tela aparece como o ponto de chegada do movimento que separou o texto do corpo. O texto eletrônico torna possível uma relação mais distanciada com o seu leitor, uma relação não corporal.

O papel das bibliotecas no processo histórico

Chartier ao escrever o capítulo sobre “A biblioteca entre reunir e dispersar” (CHARTIER, 1999:115-129) analisa as transformações pelas quais passou o mundo social e, por conseguinte, a biblioteca. A França e os Estados Unidos tiveram configurações distintas para se pensar a biblioteca. A *public library* nos Estados Unidos, com suas raízes inglesas do século XVIII, foi, ao longo do século XIX, uma instituição central da comunidade urbana e seus marcantes vestígios podem ser vistos em todas as grandes cidades norte americanas.

Houve, nos Estados Unidos uma forte cultura comunitária, diferentemente do que ocorreu na França em que a estrutura mais hierárquica e vertical, fazia valer muito mais a autoridade do que a iniciativa coletiva (CHARTIER, 1999:122). Qual seria então o papel da biblioteca, diante das mudanças sucedidas ao longo do processo histórico? A presença do escrito é tal que ela supera toda capacidade de conservação, mesmo para a maior biblioteca do mundo, que é a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

Sejam quais forem os materiais (diante da vertiginosa produção impressa) é necessário que haja sempre uma triagem, para a gestão, a organização e o próprio domínio da conservação desta produção. Diante da reprodução a resposta foi procurada junto à eletrônica. A partir do momento em que se transforma uma revista, um periódico, um livro em um texto eletrônico acessível em uma tela, propagado pela rede, parece que se pode dispensar a conservação do objeto material, já que o texto (de qualquer modo) subsiste.

No entanto, alerta Chartier, há aí uma preocupação, pois a forma do objeto escrito dirige sempre o sentido que os leitores podem dar àquilo que leem. Ler um artigo em um banco de dados eletrônico, sem saber absolutamente nada da revista na qual foi publicado, nem dos artigos que o acompanham, e ler o “mesmo” artigo no número da revista na qual apareceu não é a mesma experiência.

O sentido que o leitor constrói, no segundo caso, depende de elementos que não estão presentes no próprio artigo, mas que dependem do conjunto de

textos reunidos em um mesmo número e do projeto intelectual e editorial da revista ou do jornal. Às vezes, a proliferação do universo textual acabou por levar ao gesto da destruição, quando devia ser considerada a exigência da conservação (CHARTIER, 1999:128).

Nesse contexto, e trazendo para a realidade atual da Ciência da Informação, a opinião do autor, posta pelo autor, pode ser entendida como uma inquietação dos historiadores dada à evolução tecnológica, trazendo para o meio dos estudiosos da preservação digital, que estudam os documentos históricos como patrimônio documental; há que se pensar assim nas diversas formas de selecionar, tratar, armazenar, recuperar, disseminar, acessar e preservar esses documentos; ademais, pensar também naqueles que já nascem digitais, os chamados natudigitais, uma vez que com a obsolescência tecnológica e a fragilidade dos suportes as quais estão sujeitos podem desaparecer com a frequente substituição tecnológica. Isto chega a ameaçar esse processo como um todo e conseqüentemente o acesso e a preservação da memória em longo prazo uma vez que se trata de um patrimônio cultural, um legado às gerações futuras.

O futuro do livro

Bibliófilos conceituados como Umberto Eco e Jean Claude-Carrière, no livro *Não contem com o fim do livro*, trazem à tona a posição do livro na era contemporânea e discutem seu futuro com o surgimento e a substituição por novas mídias, principalmente a mídia digital. Defendem a leitura, a cultura e a civilização, sobre o ponto de vista de tratar o livro como objeto, ademais com conceito e como ferramenta humana, imortal, na visão de Umberto Eco. Discutem a história e o futuro dos livros e analisam cerca de cinco mil anos de existência dos impressos.

Esses autores protegem a permanência do livro objeto físico como o conhecemos, apesar dos *e-readers* e da internet. Mesmo usando como argumento o futuro do livro, os dois autores partem para uma história do livro, da veiculação da cultura antes e depois do livro, a influência do livro na cultura e traçam alguns argumentos que explicam o porquê de acreditarem que o livro não desaparecerá.

Umberto Eco e Jean Claude-Carrière discorrem com muita profundidade as transformações as quais o livro parece estar inserido diante das novas tecnologias; a questão da preservação da memória em longo prazo, do arquivamento dos livros digitais e o risco aos quais estão expostos mediante a obsolescência tecnológica e a fragilidade dos suportes.

No que respeita a concepção do desaparecimento do livro, os autores acreditam que a presente recomposição tecnológica deste objeto não modifica a sua função tradicional. O que vem acontecendo na atualidade, segundo imaginam, consiste precisamente numa facilitação de armazenamento e trâmite de informações, que favorece agora, uma facilidade à disponibilidade diante dos dispositivos como o *pen-drive* e o livro eletrônico. Tais suportes também auxiliam na preservação de obras históricas, mais propriamente as raras, para as quais o manuseio direto é um agravante no que diz respeito à preservação.

Eco e Carrière ponderam diante da efemeridade dos suportes temporários, algo que caracteriza a presente inflexão na armazenagem e disseminação das informações. A

fragilidade dos suportes e a inevitável obsolescência tecnológica tornam-se ameaças à preservação da memória ao se tratar da preservação digital para a preservação e o acesso às futuras gerações. Tudo isso se evidencia mediante a incerteza quanto à acessibilidade posterior desses suportes e a substituição dos mesmos.

Portanto, ainda somos capazes de ler um texto impresso há cinco séculos. Mas somos incapazes de ler, não podemos mais ver, um cassete eletrônico ou um CD-ROM com apenas poucos anos de idade. A menos que guardemos nossos velhos computadores em nossos porões. [...] Aceleração que contribui para a extinção da memória. Este é provavelmente um dos problemas mais espinhosos de nossa civilização. De um lado, inventamos diversos instrumentos para salvaguardar a memória, todas as formas de registros, de possibilidades de transportar o saber – é provavelmente uma vantagem considerável em relação à época em que era necessário recorrer a mnemotécnicas, a técnicas para lembrar, pura e simplesmente porque não era possível ter à sua disposição tudo que convinha saber. Os homens então só podiam confiar em sua memória. Por outro lado, independentemente da natureza perecível desses instrumentos, que de fato constitui problema, também devemos reconhecer que não somos imparciais diante dos objetos culturais que produzimos (ECO e CARRIÈRE, 2010:24-25).

É nesse aspecto que vem convir à declaração a propósito de o livro, não obstante as inovações conduzidas pela alta tecnologia ter mantido sua função inalterada. As mudanças técnica científicas para os autores acarretam não propriamente a um afastamento do livro, e sim a uma alteração do jeito de intencioná-lo perante inovações de última hora.

Das duas, uma: ou o livro permanecerá o suporte da leitura, ou existirá alguma coisa similar ao que o livro nunca deixou de ser, mesmo antes da invenção da tipografia. As variações em torno do objeto livro não modificaram sua função, nem sua sintaxe, em mais de quinhentos anos. O livro é como a colher, o martelo, a roda ou a tesoura. Uma vez inventados, não podem ser aprimorados. [...] O livro venceu seus desafios e não vemos como, para o mesmo uso, poderíamos fazer algo melhor que o próprio livro. Talvez ele evolua em seus componentes, talvez as páginas não sejam mais de papel. Mas ele permanecerá o que é (ECO e CARRIÈRE, 2010:16-17).

Presume-se um forte tom de essência do objeto livro de forma a descrevê-lo como um patrimônio cultural, que deixa transparecer um sentimento saudoso na forma de refletir dos autores. Vem a calhar na busca de delimitar uma função para o livro da qual os suportes atuais parecem incapazes de suportar.

Diante das colocações, a questão que se levanta não é bem o desaparecimento do livro na mídia impressa, talvez seja mais conveniente refletirmos, hoje, sobre as transformações que os novos recursos tecnológicos acarretarão na maneira de pensar o armazenamento, o espaço social de disseminação dos textos e, acima de tudo, o surgimento de novas interfaces. Uma vez que, diante da construção de uma nova mentalidade, decorrente de uma mudança cada vez mais perceptível num meio de comunicação tão difundido em nossa cultura através do papel antes conhecido pelo livro e, ao que consta, continuará sendo a partir de alterações.

Nesse aspecto parecem conscientes os autores. Mesmo que não se debrucem a vasculhar mais intensamente a especialidade da questão, é, portanto, fraco o argumento de que o livro *seguirá sendo o que sempre foi* uma vez a escrita podendo ser considerada, desde a sua invenção, como “o prolongamento da mão”, alegando, com isso, que “ela é quase biológica”, pois “é a tecnologia da comunicação imediatamente ligada ao corpo” (ECO e CARRIÈRE, 2010:19).

O livro eletrônico, as novas mídias digitais e plataformas de informação vêm justamente afirmar um meio de comunicação cada vez mais eficaz a partir da possibilidade de distanciamento (quando não precisamente a ausência) dos corpos humanos.

Dos diversos instrumentos do homem, o mais assombroso, sem dúvida, é o livro. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio, o telescópio, são extensões de sua vista; o telefone é extensão da voz; depois temos o arado e a espada, extensões de seu braço. Mas o livro é outra coisa: o livro é uma extensão da memória e da imaginação (BORGES, 1999).

Sendo assim, podemos imaginar que muitas assombrações estão por vir.

Conclusões

Esse texto que teve o objetivo de discorrer sobre o futuro do livro e a possibilidade do seu desaparecimento diante da evolução tecnológica, consegue evidenciar as preocupações, o consenso de três autores consagrados no estudo do livro, e porque não dizer apaixonados pelo livro; eles demonstram em seus discursos não serem contra a tecnologia da informação, mas sim, a favor da imortalidade do livro.

Entende-se assim que a tecnologia chegou para ficar e mexeu com a vida de todos nós, provocando revoluções, inovações e continua surpreendendo dia a dia. Com o livro não podia ser diferente. Há de convir-se que a tecnologia inovou em muitos aspectos as formas de elaborar, ler, transmitir e publicar o livro. Mas, quanto ao prazer de ler, de folheá-lo, manter um contato mais próximo ao leitor não haverá tecnologia que supere a “revolução de Gutenberg”.

Ao analisar os escritos desde o surgimento do manuscrito, depois o impresso até o eletrônico, percebe-se nesse destino que a tecnologia se tornou uma ameaça ao livro impresso, muito embora, presente inúmeras vantagens dentre outras, a praticidade para o manuseio uma vez que ele poder ser lido por várias pessoas ao mesmo tempo.

O que instiga os autores é o risco o qual esse material está exposto devido a obsolescência tecnológica e a fragilidade dos suportes, o que vem a provocar um prejuízo à memória, à posteridade. Preocupação essa, fonte de estudo para os pesquisadores de preservação digital em busca de proteger o patrimônio documental.

É possível observar que os autores citados apresentam um discurso harmonioso sobre a digitalização, na condição de que se pratique a preservação dos suportes impressos, ou seja, manter os originais; visto que a tecnologia não garante a preservação em longo prazo, o que

implica ao risco de que essas produções não cheguem às futuras gerações. A ênfase no livro impresso encanta e é prazeroso ao contato físico, parecendo que aproxima o autor do leitor e o estudo denota que muitos são os apaixonados pelos livros impressos e que temem por seu desaparecimento, parece ter sido este o enfoque escolhido pelos autores.

Compete àqueles que se encontram inseridos no contexto das novas tecnologias, bem como os defensores do patrimônio documental, buscarem soluções para a preservação dos suportes em longo prazo na tentativa de que essa se qualifique para preservar o patrimônio cultural, visto que hoje a tecnologia não está tem ainda uma solução pronta para substituir de vez o papel, o que dificilmente venha a ocorrer devido as constantes mudanças tecnológicas.

Conforme bem descreveu Darnton sobre os atributos do livro e que muito há em comum com os demais autores “o livro é resistente excelente para transmitir informação, cômodo para ser folheado, confortável para ser lido, resistente a danos, um prazer para os olhos”. O fato é que a tecnologia não causou a sua extinção.

O escritor Borges tinha o hábito de dizer que o livro, entre os diversos instrumentos do homem, é, sem dúvida, o mais assombroso. Todos os demais são extensões do seu corpo. Só o livro consegue ser outra coisa: uma extensão da memória e da imaginação. Certamente, com sua sensibilidade ele sabia o que estava a dizer, se assim for espantos virão.

O conhecimento adquirido ao elaborar esse artigo com a leitura dos ilustres estudiosos do livro conseguiu trazer de uma forma muito clara o entendimento da história do livro; os fatos que marcaram sua travessia, uma perfeita cobertura que envolveu a toda a história. Ademais serviu para mostrar a visão e o conhecimento dos autores sobre a inquietação com a preservação das mídias impressas e digitais, assim como dos estudiosos da preservação digital com o acesso e a salvaguarda desse legado às gerações futuras, ou seja, a proteção do livro, como um patrimônio cultural.

Referências bibliográficas

BORGES, Jorge Luis

1999 O Livro. In *Obras completas*. São Paulo: Globo, 1999, vol. 4.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2002 *Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002*. [Em linha]. 2002. [Consult. 20 jan. 2019].

Disponível em:

http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm.

Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

CHARTIER, Roger

1998 *A Aventura do livro : do leitor ao navegador : conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, 1998.

DARNTON, Robert

2010 *A Questão dos livros : passado, presente e futuro*. São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude

2010 *Não contem com o fim do livro*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Ana Suely Pinho Lopes | pinholopes.anasuely@gmail.com

Universidade Fernando Pessoa, Portugal

RESPONSABILIDADES DE UM REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL CONFIÁVEL NA PERSPECTIVA DO *OPEN ARCHIVAL INFORMATION SYSTEM*

RESPONSIBILITIES OF A TRUSTWORTHY DIGITAL ARCHIVAL REPOSITORY IN THE PERSPECTIVE OF THE OPEN ARCHIVAL INFORMATION SYSTEM

Henrique Machado dos Santos | Daniel Flores

Resumo: A preservação de documentos arquivísticos digitais requer intervenção humana, impreterivelmente mediada por políticas, estratégias e implementação de sistemas informatizados. Dentre os sistemas, observa-se que a implementação de um repositório digital em conformidade com o modelo *Open Archival Information System* (OAIS) é o princípio para assegurar a autenticidade, garantir a preservação e o acesso em longo prazo. Sendo assim, este estudo realiza uma reflexão sobre as responsabilidades obrigatórias que um repositório digital em conformidade com o OAIS deve seguir. Tem por objetivo proporcionar uma reflexão sobre a implementação de um repositório digital confiável para preservação de documentos arquivísticos digitais, e configura-se como um artigo de opinião, caracterizado pela revisão assistemática de materiais previamente publicados. A convergência entre as responsabilidades obrigatórias do modelo OAIS e a Arquivística possibilita a implementação de um repositório arquivístico digital confiável, suficiente para preservar os documentos, manter a autenticidade e garantir o acesso em longo prazo.

Palavras-chave: Confiabilidade; Documento digital; Preservação digital; Repositório digital

Abstract: The preservation of digital archival records requires human intervention, necessarily mediated by policies, strategies and implementation of computerized systems. Among the systems, it is observed that the implementation of a digital repository according to the Open Archival Information System (OAIS) model is the principle to ensure authenticity, preservation and long-term access. Thus, this study reflects on the mandatory responsibilities that a digital repository in accordance with OAIS should follow. It aims to provide a reflection on the implementation of a trustworthy digital repository for the preservation of digital archival records, and it is configured as an opinion article, characterized by the non-systematic review of previously published materials. The convergence between the mandatory responsibilities of the OAIS model and the archival science enables the implementation of a trustworthy digital archival repository, sufficient to preserve records, maintain authenticity and ensure long-term access.

Keywords: Trustworthy; Digital record; Digital preservation; Digital repository

1. Introdução

A transferência/recolhimento de documentos digitais ao repositório é considerada uma atividade fundamental ao processo de preservação e garantia de acesso contínuo em longo prazo. O repositório será o responsável por assegurar a manutenção da autenticidade e garantir a correta interpretação dos documentos. Logo, para que o repositório digital tenha tais competências, será necessário manter a conformidade com o modelo *Open Archival Information System* (OAIS), considerado o principal padrão pela comunidade de preservação.

O modelo OAIS tornou-se a norma *International Organization for Standardization* (ISO) 14.721:2012, que representa uma sólida referência no que se refere à termos, conceitos e fluxos de informação envolvidos no processo de preservação em um repositório digital. Ressalta-se que o OAIS não prescreve implementação, no entanto, possui flexibilidade para ser implementado em diferentes plataformas tecnológicas (HEDSTROM, 2001; SAYÃO, 2010).

Desta forma, o OAIS consiste em um sistema de depósito digital, que contempla uma descrição de alto nível dos tipos de informação que são recebidos e armazenados (SARAMAGO, 2004). Considera-se que a informação a ser armazenada no OAIS necessita de “preservação em longo prazo”. Assim, o termo “longo prazo” é definido como o tempo suficiente para se preocupar com a obsolescência tecnológica manifestada sobre os suportes de armazenamento, os formatos de arquivo e o conhecimento da comunidade de usuários (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

Diversos estudos apontam a importância de um repositório digital manter a conformidade com o modelo OAIS, dentre eles: Belarmino e Araújo (2014), Brasil (2015), Ferreira (2006), Márdero Arellano (2004), Santos e Flores (2015), Saramago (2004), Sayão (2010), Thibodeau (2007), Thomaz (2007) e Thomaz e Soares (2004). Tais estudos ressaltam que seguir o OAIS é um pré-requisito para que um repositório digital possa se tornar confiável.

Observa-se que o modelo OAIS pode ser implementado, por exemplo, em arquivos, bibliotecas e museus, no entanto, para fins deste estudo, delimita-se a sua implementação ao contexto dos arquivos. Neste sentido, o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) será o responsável pela preservação dos documentos digitais de guarda permanente.

Tendo em vista o exposto, e por considerar a pertinência do modelo OAIS na preservação digital de longo prazo, este estudo tem por objetivo explicitar requisitos a serem seguidos por um RDC-Arq. Para isto, realiza-se uma análise das responsabilidades obrigatórias e dos respectivos mecanismos que podem ser utilizados para atendê-las, conforme recomenda o modelo OAIS. Desta forma, as responsabilidades definidas no OAIS são contextualizadas no âmbito da Arquivística.

2. Metodologia

Esta pesquisa é classificada como de natureza aplicada, pois tem o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática, de modo que sejam conduzidos à solução de problemas específicos (SILVA e MENEZES, 2005). Logo, a pesquisa aplicada é capaz de contribuir para a ampliação do conhecimento científico, solucionar os problemas identificados, bem como, gerar novas questões que necessitem de investigação (GIL, 2010). Sua abordagem é qualitativa, pois há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo (mundo real) e a subjetividade do sujeito, e tal relação não pode ser expressa em números (SILVA e MENEZES, 2005).

A base teórica utilizada para analisar as responsabilidades obrigatórias que devem ser seguidas por um repositório digital confiável compreende os seguintes materiais:

- a)** Sistemas espaciais de dados e informações – Modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação (ABNT/NBR 15.472, 2007);
- b)** *Space data and information transfer systems – Open archival information system – Reference model* (ISO 14.721, 2012);
- c)** *Reference Model for an Open Archival Information System* (CCSDS, 2012).

Para ajustar e padronizar questões terminológicas, foram considerados, o padrão recomendado (CCSDS, 2012), a versão padronizada (ISO 14.721, 2012), e a versão traduzida para o português (ABNT/NBR 15.472, 2007). Além dessas normas e recomendações, a análise recebeu apoio de pesquisa bibliográfica, de leis brasileiras sobre os arquivos e de diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos do Brasil, para concatenar o conhecimento de natureza arquivística.

Os procedimentos utilizados são de ordem bibliográfica, que partem do levantamento de materiais previamente publicados, para realizar a revisão de caráter assistemático. Esta revisão possui ênfase em trabalhos publicados nos últimos dez anos, que se justifica por este ser o período no qual as discussões sobre o tema foram acentuadas. As fontes bibliográficas selecionadas incluem livros e artigos científicos recuperados pela ferramenta de busca *Google Scholar* (GIL, 2010; LUNA, 1997; SILVA e MENEZES, 2005; VOLPATO *et al.*, 2013), a qual possui acesso a artigos indexados em diversas bases de dados. Dessa forma, a discussão segue a lógica do método dedutivo, e emprega procedimentos comparativos a fim de verificar as possíveis relações entre o OAIS e a Arquivística.

Este estudo configura-se como um artigo de opinião, que analisa as responsabilidades obrigatórias preconizadas pelo OAIS e os respectivos mecanismos de apoio que um repositório digital confiável deve cumprir. O principal objetivo consiste em proporcionar uma reflexão sobre o ponto de vista dos autores no que se refere a implementação de um repositório digital confiável para preservação de documentos arquivísticos digitais em longo prazo.

Inicialmente descrevem-se os tipos e a finalidade dos pacotes de informação; e em seguida, analisam-se as responsabilidades obrigatórias e os respectivos mecanismos de apoio necessários para cumpri-las. A discussão busca identificar a conformidade com: os princípios da proveniência e organicidade; fatores pertinentes à manutenção autenticidade e custódia; e com as sete funções arquivísticas (produção, aquisição, classificação, avaliação, descrição, conservação e difusão). Dessa forma, os fundamentos da Arquivística são complicados junto às responsabilidades do RDC-Arq, que segue o OAIS a fim de identificar convergências.

3. Pacotes de informação

Em um repositório que segue o modelo OAIS, os documentos são submetidos, armazenados e difundidos por meio de pacotes de informação. Tais pacotes consistem em conjuntos de informações estruturadas que são necessárias à correta representação dos documentos digitais. Neste conjunto, podem ser citadas, por exemplo: a Informação de Representação (*Representation Information*), que é responsável por reunir todas as informações necessárias para interpretar as Informações de Conteúdo¹ (*Content Information*); e a Informação Descritiva de Preservação (*Preservation Description*

¹ Equivalente aos documentos arquivísticos digitais.

Information – PDI), responsável por reunir informações de proveniência, contexto, referência, fixidez e direitos de acesso.

Os pacotes de informação consistem em estruturas de dados que o OAIS utiliza para transportar os documentos digitais e suas respectivas informações relacionadas, por meio de fluxos de informação definidos previamente no modelo funcional. Os pacotes de informação são utilizados na submissão realizada pelos produtores, na custódia realizada pelo próprio OAIS, e são disponibilizados para acesso ao consumidor. Logo, um mesmo pacote de informação será transformado para sua devida finalidade: submissão, preservação ou acesso.

Desta forma, no âmbito do OAIS existem três tipos de pacote de informação, que são: Pacote de Informação para Submissão (*Submission Information Package* – SIP); Pacote de Informação para Arquivamento (*Archival Information Package* – AIP); e Pacote de Informação para Disseminação (*Dissemination Information Package* – DIP).

4. Responsabilidades obrigatórias

Um repositório digital confiável tem a necessidade de atender uma série de responsabilidades obrigatórias, relacionadas ao conteúdo dos pacotes de informação. Logo, um RDC-Arq em conformidade com o modelo OAIS deverá ser capaz de:

- a) Negociar e aceitar as informações² de conteúdo adequadas junto ao produtor;
- b) Obter o controle das informações de conteúdo fornecidas a fim de possibilitar sua preservação em longo prazo;
- c) Participar do processo de definição da comunidade designada e sua respectiva base de conhecimento, de modo que esta seja capaz de compreender as informações de conteúdo fornecidas;
- d) Garantir que a comunidade designada seja capaz de compreender as informações de conteúdo preservadas sem a necessidade de recursos especiais ou do auxílio dos produtores;
- e) Seguir políticas e procedimentos previamente documentados para assegurar que as informações de conteúdo custodiadas são preservadas de maneira

² Originalmente, o modelo OAIS utiliza o termo “informação” comum em diversas áreas, como, por exemplo, Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Computação e Museologia. Consequentemente, este estudo utiliza os termos “documento” e “informação” como sinônimos, para assim, diminuir barreiras terminológicas entre as áreas. Tal escolha se justifica, pois, porque para o OAIS a “informação” é qualquer conhecimento intercambiável. Logo, o RDC-Arq em conformidade com o OAIS será responsável por preservar “documentos arquivísticos digitais” (informações registradas em um suporte) que foram produzidos ou recebidos no decorrer das atividades administrativas de uma organização, pessoa ou família; e que são considerados de guarda permanente, por uma razão informacional, probatória ou histórica.

confiável, imunes a questões como, a exclusão de itens, exceto se permitida como parte de uma estratégia previamente aprovada;

- f) Tornar as informações de conteúdo preservadas disponíveis à comunidade designada, e permitir disseminá-los como cópia ou rastreáveis (apontando para a informação originalmente submetida junto com os demais componentes digitais que comprovam a sua autenticidade).

As responsabilidades obrigatórias correspondem aos propósitos do RDC-Arq, ou seja, se relacionam a aquisição de documentos arquivísticos digitais (informações de conteúdo), bem como buscam resguardar os direitos para realizar a sua preservação em longo prazo. Além disso, outras questões podem ser destacadas como a definição de quem será a comunidade designada, e garantir que esta seja capaz de interpretar os documentos preservados sem a necessidade de se recorrer a métodos complexos e específicos.

Em resumo, as responsabilidades irão nortear o que será preservado; definir o direito de preservar; manter procedimentos documentados sobre a preservação; e definir quem irá usufruir desse material. Neste ponto, o modelo OAIS subentende a necessidade de assegurar a posse dos documentos digitais, bem como conhecer previamente, a existência de uma comunidade potencialmente interessada na preservação e na garantia de acesso à informação.

5. Mecanismos de apoio

Para cumprir com as responsabilidades obrigatórias, o RDC-Arq poderá utilizar mecanismos de apoio. Tais mecanismos correspondem aos possíveis exemplos para cumprir as responsabilidades. No entanto, salienta-se que nem todos esses mecanismos serão, necessariamente, aplicáveis ao RDC-Arq em conformidade com o OAIS.

5.1. Negociar e aceitar informações

Um repositório OAIS deverá obter informação descritiva que seja suficiente para auxiliar a comunidade designada a encontrar as informações de conteúdo de seu interesse. Além disso, é preciso garantir que as informações preservadas sigam todas as normas internas do OAIS (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

É preciso vislumbrar o acesso logo na fase da submissão dos documentos digitais, pois desta forma será possível obter informações de interesse junto ao produtor, como por exemplo, a informação descritiva, a qual será muito útil ao consumidor. De maneira geral, este procedimento enriquece as informações relacionadas aos documentos digitais, que auxilia tanto no processo de preservação, quanto na precisão da busca para obter acesso à informação.

O produtor situa-se em um contexto externo ao repositório, sua responsabilidade consiste na submissão dos documentos. Já ao repositório compete armazenar e garantir a integridade dos documentos submetidos (FERREIRA, 2006). Logo, é essencial que o RDC-Arq alerte o produtor sobre a inserção de metadados necessários no momento da criação dos documentos (SARAMAGO, 2004). Os metadados auxiliam na representação, na preservação e na validação dos documentos digitais; assim, podem descrever o documento,

a sua proveniência, além de diferenciar o documento autêntico de suas cópias (OLIVEIRA e PADILHA, 2013).

A gestão de documentos é dependente de sistemas informatizados que produzem e armazenam documentos, assim, o desenvolvimento e a implementação desses sistemas visa controlar o ciclo de vida, assegurar a autenticidade e manter a organicidade (SILVA, 2017). Desta forma, o diálogo entre o RDC-Arq e os sistemas de gestão de documentos torna-se fundamental, pois possibilita que os produtores compreendam conceitos e especificações que irão corroborar com a preservação de longo prazo.

5.2. Obter controle para a preservação

No momento da aquisição das informações de conteúdo por parte do OAIS é preciso garantir um acordo de transferência legalmente válido, especificando claramente: a transferência dos direitos de propriedade intelectual; as concessões de direitos ao OAIS; ou quaisquer outras limitações impostas pelo detentor de direitos. Após a definição desse acordo, o OAIS deve garantir a conformidade com suas ações posteriores de preservação e disponibilização (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

O controle é um ponto crucial para as atividades desenvolvidas *a posteriori*, pois é preciso definir os direitos que o repositório terá sobre a documentação adquirida. Tais direitos irão implicar diretamente no tratamento que os documentos digitais poderão receber.

Nos casos em que o repositório OAIS não obter controle para gerenciar os direitos da propriedade intelectual, será necessário que o acordo especifique o nível de envolvimento que o titular de direito terá no processo de gestão, preservação e/ou disseminação das informações. Em geral, será preferível que o repositório negocie um acordo que especifique os requisitos da custódia, de modo que o OAIS mantenha a conformidade com esses requisitos, mas sem a participação ativa do titular do direito nos procedimentos de tratamento das informações-alvo da preservação e de suas respectivas informações relacionadas (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

Quando o gerenciamento da propriedade intelectual não for negociado pelo OAIS frente ao produtor, será fundamental um acordo que autorize o repositório a realizar os procedimentos de preservação. Isso implica em questões que podem alterar o conteúdo binário, como, por exemplo, no caso de uma migração ou mesmo na inserção de metadados. Além disso, ressalta-se que a questão da disseminação também será regida pelo acordo de direitos. Em resumo, o acordo de direitos é o meio pelo qual se define os possíveis usos da documentação custodiada pelo RDC-Arq.

Ressalta-se que a custódia está relacionada à transmissão dos documentos ao longo do tempo, passando de produtores para outros produtores, conforme as mudanças administrativas, até chegar ao arquivo, o legítimo sucessor dos documentos. Desta forma, mantém-se uma linha idônea de responsabilidade (SILVA, 2017). Logo, a linha ininterrupta, mantida entre os sistemas informatizados de gestão e o RDC-Arq, constitui a cadeia de custódia confiável. A idoneidade da custódia é a primeira iniciativa, posteriormente deve-se obter controle suficiente para assegurar a preservação e o acesso da documentação custodiada.

Na preservação de longo prazo se pressupõe que um repositório OAIS irá assumir controle suficiente sobre as informações de conteúdo e sobre as informações de preservação relacionadas; visto que as informações de empacotamento são criadas internamente pelo OAIS e serão mantidas sob seu controle (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

Dessa forma, os possíveis problemas em assumir o controle da documentação e da informação de preservação relacionada, podem ser divididos em três categorias relacionadas: implicações de direitos autorais, propriedade intelectual e outras restrições legais ao uso; autoridade para modificar as informações de representação; e acordos com organizações externas.

a) Implicações de direitos autorais, propriedade intelectual e outras restrições legais ao uso: um Arquivo deve respeitar todas as restrições legais aplicáveis. Estes entraves ocorrem quando o OAIS age como custodiador, de modo que compreenda os conceitos de direitos de propriedade intelectual, tais como direitos autorais e quaisquer outras leis aplicáveis antes de aceitar a submissão dos materiais. Sendo assim, um repositório OAIS pode definir orientações para submissão de informações, e regras para sua difusão e redistribuição quando necessário;

b) Autoridade para modificar as informações: mesmo que a informação de fixidez dentro da PDI de um AIP garanta que a sequência de *bits* das informações de conteúdo não tenha sido alterada, poderá haver um momento no qual a própria comunidade designada de consumidores demande novos formatos para a representação das informações. As sequências de *bits* das informações podem ser integralmente registradas em formatos impressos, logo, teoricamente, a informação registrada não será perdida, no entanto torna-se inacessível. Além disso, o OAIS precisa de permissão³ para migrar as informações para novos formatos de representação. E ao exercer a função de custodiador será necessária uma autorização adicional para fazer tais alterações. Nos casos em que as informações possuam *copyright* o OAIS deverá negociar a permissão para fazer as alterações necessárias a fim de cumprir seus objetivos de preservação em longo prazo, de modo que não altere as propriedades significativas das informações digitais e seus respectivos componentes. Para isso, o OAIS poderá incorporar especialistas externos a fim de garantir que a informação custodiada não será perdida. O ideal para esta situação será manter os AIP's originais (totalmente descritos) e os novos AIP's;

³ As informações poderão ser alteradas com a finalidade de facilitar o processo de preservação. Isto implica em, por exemplo, converter os formatos ou migrar para novas versões. Para isso, devem ser definidas as principais características das informações/documentos digitais, essas serão as suas propriedades significativas, e determinarão o mínimo necessário para sua compreensão e presunção de autenticidade. Desse modo, as propriedades significativas devem ser mantidas durante todo o processo de preservação, pois são essenciais as informações digitais.

- c) Acordos com organizações externas:** um repositório OAIS pode estabelecer vários contratos com organizações externas para auxiliar nas atividades de preservação em longo prazo. Logo, os acordos com organizações externas devem ser monitorados a fim de garantir o seu cumprimento e avaliar a sua importância no processo de preservação (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721:, 2012).

Um RDC-Arq em conformidade com o OAIS precisa obter as permissões necessárias para efetivar as atividades de preservação em longo prazo. Nesse sentido, é preciso atentar para questões como os direitos de propriedade, restrições de uso, alteração dos documentos e a busca de acordos que visem a melhoria dos procedimentos de preservação digital. Logo, a obtenção do controle necessário sobre a documentação é uma iniciativa fundamental para garantir a manutenção dos documentos digitais.

Tendo em vista o horizonte da Arquivística, observa-se que a questão da aquisição de direitos ou licenças de uso converge com uma das funções apontadas por Rousseau e Couture (1998), a aquisição. Há uma série de questões a serem consideradas pelo antigo custodiador e pelo preservador (novo custodiador), e tais questões se tornam ainda mais complexas ao se tratar de documentos arquivísticos em meio digital.

5.3. Determinar a comunidade designada

No momento da submissão das informações de conteúdo, juntamente com a PDI relacionada, será preciso determinar quais são os consumidores esperados ou comunidades designadas. Tal procedimento é necessário para definir se as informações serão compreensíveis (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

O modelo OAIS trata a comunidade designada como um conjunto identificado de usuários potenciais capazes de entender um conjunto específico de informações. Assim, a comunidade designada pode ser composta por várias comunidades de usuários. O arquivo definirá a comunidade designada, e essa definição, poderá mudar com o tempo (CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012). No entanto, no âmbito da Arquivística, esta distinção de público não ocorre de forma rígida. O acesso aos documentos preservados é oferecido para quaisquer usuários que tenham interesse. A visão arquivística da comunidade designada corresponde ao arquivo e seus usuários potenciais, ou seja, não há restrição de público. Logo, o objetivo é atender o maior número possível de usuários interessados, de modo que estes sejam capazes de interpretar corretamente os documentos preservados.

Essa sistemática pode evitar problemas futuros quanto à correta interpretação dos documentos, logo, deverá considerar a base de conhecimento da comunidade designada e manter uma rotina de atualização do AIP; principalmente, de suas informações de representação. Em termos de custódia, a definição da comunidade designada e a identificação de possíveis usuários, podem ser consideradas as finalidades da preservação de documentos digitais. Caso não houvesse interesse do público externo, também não haveria razão para se preservar determinada documentação em um RDC-Arq.

Entretanto, no contexto da Arquivística só há uma fase para a seleção dos materiais a serem preservados, a qual corresponde a função de “avaliação” enfatizada por Rousseau e Couture (1998). Observa-se nesse ponto, que a avaliação considera critérios previamente definidos, logo, a comunidade designada consiste em um critério, visto que os documentos serão

preservados para os usuários acessarem. Dessa forma, a avaliação considera valores probatórios, sociais, culturais e informacionais, e vislumbra a utilização desses documentos no longo prazo.

A função de avaliação está localizada nas fases corrente e intermediária que antecedem a submissão de SIP's ao repositório OAIS, que é considerado o Arquivo Permanente. Dessa forma, os documentos digitais são submetidos ao OAIS ao considerar seu caráter permanente, ou seja, durante o processo de avaliação verifica-se a necessidade de preservar determinados documentos, em virtude da presença de valor social, histórico e/ou informativo. Logo, não há por parte do Arquivo, seleção posterior dos materiais que continuarão sendo preservados; todos os documentos corretamente submetidos e admitidos no RDC-Arq serão preservados.

Esse apontamento não se configura como uma divergência entre o modelo OAIS e a Arquivística, e sim como uma adaptação que surge em virtude do caráter genérico do OAIS. A questão do interesse por determinados documentos arquivísticos pode variar conforme a época, e estas questões devem ser consideradas pelo arquivista na avaliação dos documentos a fim de prever possível interesse futuro. Em resumo, a determinação da comunidade designada pelo OAIS deve ser considerada na fase da avaliação, assim, os documentos arquivísticos digitais remanescentes desse processo serão submetidos ao RDC-Arq e preservados em longo prazo.

5.4. Garantir a correta interpretação das informações

Uma comunidade designada, geralmente interpreta as informações de conteúdo e a PDI relacionada de forma subjetiva. No entanto, é preciso que o Arquivo defina esse grau de transmissão para otimizar a preservação. As informações de conteúdo e a PDI precisam de informações de representação adequadas para se tornarem compreensíveis, de uma forma independente, para sua comunidade designada. Como consequência, haverá vários objetos de informações de representação envolvidos (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

O modelo OAIS prevê que as informações poderão assumir diferentes significados à comunidade designada, isso é uma interpretação subjetiva que seguirá a base de conhecimento de cada indivíduo. Logicamente, este é um entrave que não poderá ser eliminado, mesmo assim, o OAIS poderá buscar alternativas para minimizar tais divergências. A inserção dos objetos de informação de representação busca minimizar as diferenças entre as bases de conhecimento dos membros das comunidades designadas e demais indivíduos, para que os documentos possam expressar o mesmo sentido.

As bases de conhecimento evoluem ao longo do tempo, de modo que aspectos importantes das informações de conteúdo podem não ser mais facilmente compreensíveis. Tal problema poderá ocorrer até mesmo nos casos em que um conjunto de informações for determinado para ser compreensível para uma determinada comunidade designada, em um primeiro momento. Logo, o OAIS pode melhorar a qualidade da informação de representação associada para facilitar a compreensão das informações de conteúdo à comunidade designada (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012). Conforme destacado por Lévy (2010), para que as informações tenham sentido, é essencial fazer associações, ligando-as em uma rede para construir sentido.

A operação elementar da atividade interpretativa é a associação; dar sentido a um texto é o mesmo que ligá-lo, conectá-lo a outros textos, e portanto é o mesmo que construir um hipertexto. É sabido que pessoas diferentes irão atribuir sentidos por vezes opostos a uma mensagem idêntica. Isto porque, se por um lado o texto é o mesmo para cada um, por outro o hipertexto pode diferir completamente. O que conta é a rede de relações pela qual a mensagem será capturada, a rede semiótica que o interpretante usará para captá-la. [...] Para que as coletividades compartilhem um mesmo sentido, portanto, não basta que cada um de seus membros receba a mesma mensagem (LÉVY, 2010:72).

Dessa forma, será interessante que um repositório OAIS aplique ações para monitorar as comunidades designadas, e consequentemente, verificar se os documentos preservados são de fácil compreensão. Este é um processo complexo, pois as bases de conhecimento das comunidades designadas mudam o tempo todo, o que força uma verificação sistemática.

É preciso considerar a manutenção do acesso contínuo aos recursos informacionais, preservando assim, todas as informações relacionadas, e estabelecendo um conjunto de políticas com objetivo de gerar confiabilidade e autenticidade (BOERES e CUNHA, 2012). Logo, o RDC-Arq deve gerenciar os documentos e seus respectivos metadados em conformidade com práticas e normas Arquivísticas, para proteger as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade e a organicidade (BRASIL, 2015).

Nos casos em que houver escassez de informação de representação, pode-se utilizar um *software* para acessar as informações de conteúdo. Entretanto, a manutenção de um *software* específico no longo prazo ainda não tem sido eficaz no que se refere aos custos relacionados, até mesmo pela sua aplicação restrita. A dependência do *software* para acessar as informações de conteúdo ou informações relacionadas, configura um considerável risco de perda. Tal dependência também dificulta a compreensão do conteúdo no caso de mudanças nas plataformas de *hardware* e *software*, logo, pode gerar incompatibilidades⁴ (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

Em geral, o caráter recursivo da informação em meio digital e a necessidade de garantir a correta interpretação dos documentos, adicionam mais um nível de complexidade ao processo de preservação em longo prazo. Tal complexidade se relaciona diretamente ao processo de recuperação da informação, e tem impacto direto nas responsabilidades que devem ser consideradas por um OAIS.

⁴ Este é um problema que não pode ser detectado a menos que haja um controle para validação. Uma alternativa é empregar um emulador para manter um ambiente estável para uso de *softwares* de aplicação específica. Uma das principais preocupações com esta abordagem é a necessidade de atualizar e efetuar manutenção do emulador no longo prazo. É preciso garantir que as informações acessadas pelo emulador não sofreram manipulação, além de manter um custo viável para os processos (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

5.5. Estabelecer políticas e procedimentos de preservação

É essencial que o OAIS documente e siga as políticas e os procedimentos utilizados para preservar os pacotes AIP. Dentre essas definições, observa-se que os AIP's nunca devem ser excluídos de um OAIS, salvo a exceção caso seja parte de uma política aprovada. Além disso, as migrações que alteram quaisquer informações de conteúdo ou PDI devem ser monitoradas, e a PDI atualizada conseqüentemente (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

Considerando que o contexto no qual o RDC-Arq está inserido é a fase permanente, logo, não deverá permitir a exclusão de documentos. A necessidade de proceder a exclusão de documentos do RDC-Arq passa a ser entendida com uma exceção, ou seja, um procedimento que é adotado caso um determinado pacote AIP não deva ser armazenado no ambiente OAIS. Entretanto, esse procedimento de exclusão de AIP's não pode ser realizado de maneira rotineira, e sim para casos especiais amparados por uma política de segurança. Um exemplo prático seria um erro na submissão do pacote SIP, então aceito equivocadamente e transformado em AIP, mesmo sem conter documentos/informações que possuam caráter arquivístico ou que contenha documentos arquivísticos que não possuem valor secundário (guarda permanente). Nesse caso específico, o procedimento correto será a exclusão do AIP equivocado, seguido pela submissão do SIP correto, e sua transformação em AIP para ser preservado.

Dentro do escopo das políticas de preservação digital, é preciso estabelecer um plano de uso da tecnologia no longo prazo, que é atualizado conforme a evolução das plataformas. Esse procedimento é essencial para evitar custos elevados de manutenção do sistema, bem como as substituições de sistemas em caráter de emergência, as quais ocasionam alterações na representação das informações (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

Os objetos digitais vão ser necessariamente alterados ao longo do tempo, portanto, é preciso registrar quais são as alterações e quando foram realizadas. Com isto, pode-se assegurar certo nível de controle sobre quais componentes são alterados (BARBEDO, 2005). Logo, o RDC-Arq, inevitavelmente, terá de alterar o documento ou suas respectivas informações relacionadas (componentes digitais) para garantir a preservação e o acesso em longo prazo. No entanto, é preciso registrar e justificar tais alterações, muito comuns nos processos de migração de versão ou de formato, pois este registro sobre o motivo das alterações é fundamental para a manutenção da autenticidade.

Sendo assim, as políticas de preservação digital do OAIS devem considerar o contexto tecnológico no qual o RDC-Arq está inserido, e monitorar constantemente as tendências de *hardware* e *software* para prevenir ou minimizar os riscos de perda de documentos e informações relacionadas. Ao atuar com uma política preventiva, o OAIS minimiza prejuízos, de ordem financeira e operacional.

Outra questão a ser considerada pelo Arquivo nas políticas de preservação é a formalização⁵ de um plano de sucessão para os seguintes casos: se o Arquivo cessar as suas atividades; se ocorrer mudança da administração; ou se ocorrer interrupção do financiamento (CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012). Essas são questões essenciais que afetam profundamente as atividades de preservação no longo prazo e que devem ser pensadas *a priori* antes mesmo da implementação de um RDC-Arq que segue o modelo OAIS.

5.6. Disponibilizar a informação

Um repositório OAIS tem por função tornar a informação de conteúdo de seus AIP's disponíveis à comunidade designada. Neste sentido, haverá certa pressão por um acesso eficaz, o qual deve ser equilibrado com os requisitos de preservação e observar as limitações impostas pelos recursos disponíveis (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

A questão do equilíbrio entre preservação e acesso pode ser delineada na relação entre os pacotes AIP e DIP. O pacote AIP se restringe à preservação, reunindo todo o material necessário à correta interpretação dos documentos digitais, já o DIP se concentra nas questões de acesso, facilitando a precisão da busca por determinados documentos e informações.

Entretanto, há um contraponto a ser considerado: o AIP precisa reunir as informações necessárias à correta representação, e dentre esta reunião de componentes digitais pode haver níveis de complexidade consideráveis, como, por exemplo, um determinado *software* que realiza a interpretação do documento, e que não pode ser suprimido ou substituído no DIP. Por isso, é preciso que a preservação vislumbre o acesso desde suas fases iniciais.

Por padrão, o pacote DIP pode ser distribuído pelos mais diversos meios de comunicação, seja por meio da *internet* ou por mídias físicas. No entanto, determinados AIP's só podem ser divulgados aos consumidores que atendem às restrições de acesso. Quando for o caso, as políticas de acesso e as restrições do OAIS devem ser previamente publicadas para garantir a proteção dos direitos de todos os envolvidos (ABNT/NBR 15.472, 2007; CCSDS, 2012; ISO 14.721, 2012).

Em se tratando de documentos arquivísticos, há uma ressalva quanto ao acesso, em virtude de seu possível caráter sigiloso. No contexto brasileiro, ocorreram transformações, em especial, a Lei de Acesso à Informação (LAI). Assim, a “cultura do sigilo” foi alterada, obtendo-se assim, a “cultura do acesso”, logo, todos os documentos são previamente acessíveis (ostensivos), e o sigilo das exceções deve ser explicitamente justificado. Dessa forma, observa-se que o modelo OAIS, através da entidade funcional de acesso (*access*), pode contribuir com a LAI; a qual corrobora com o novo paradigma da finalidade da Arquivística, que é preconizar o acesso aos documentos do arquivo.

Com a LAI, os indivíduos possuem direito de acesso aos documentos e suas respectivas informações relacionadas. A lei traz o direito de acesso como regra geral, já o sigilo passa a

⁵ Documentação oficial, aprovada pelas políticas internas, que explicita os procedimentos de sucessão do RDC-Arq.

ser entendido como uma exceção. O sigilo deverá ser definido previamente e justificado de acordo com a definição do seu nível (reservado, secreto ou ultrassecreto) (BRASIL, 2011).

Dessa forma, caso um AIP possua informações de caráter sigiloso, haverá restrições de acesso aos documentos no pacote DIP, o qual irá fornecer acesso somente ao conteúdo ostensivo (os documentos que não são sigilosos, ou até mesmo, parte do seu conteúdo). Tais considerações devem ser negociadas entre o administrador e o consumidor, assim o RDC-Arq poderá cumprir legalmente a restrição e o direito de acesso à informação no âmbito dos documentos arquivísticos digitais.

6. Considerações finais

Após perpassar às responsabilidades obrigatórias de um RDC-Arq em conformidade com o OAIS, reafirma-se a pertinência de implementar este modelo conceitual em um sistema de arquivos. Pois o documento arquivístico digital necessita ser armazenado em um ambiente confiável, capaz de realizar a manutenção de sua autenticidade e garantir o acesso contínuo em longo prazo.

Nesse sentido, o ambiente de preservação deverá ser composto por um RDC-Arq em conformidade com o modelo OAIS. Tão logo, a conformidade com o OAIS implica na necessidade do repositório digital cumprir responsabilidades obrigatórias que compreendem: adquirir conteúdos, obter direitos para preservação, determinar a comunidade de consumidores dos conteúdos, garantir correta interpretação dos conteúdos, definir de políticas de preservação, e por fim, disponibilizar os conteúdos.

Um RDC-Arq em conformidade com o OAIS deverá negociar e aceitar a submissão de documentos e suas respectivas informações relacionadas. Dessa forma, é possível reunir informações relacionadas que sejam pertinentes para a manutenção da autenticidade, para o processo de preservação em longo prazo e para o acesso. O acordo de submissão entre RDC-Arq e produtor pode definir requisitos essenciais à documentação, que serão exigidos no momento da submissão do SIP.

A submissão dos documentos arquivísticos digitais ao RDC-Arq consiste em uma mudança de responsabilidade pela custódia. Logo, o RDC-Arq precisa solicitar determinadas licenças ao produtor com objetivo de viabilizar a preservação em longo prazo. Esta solicitação surge em virtude da necessidade de alterar a sequência de *bits* dos documentos e as suas respectivas informações relacionadas. Preservar conteúdos digitais presume-se de certa forma, a necessidade de alterá-los, para que assim, continuem acessíveis e inteligíveis à comunidade designada. Dessa forma, surge a necessidade do RDC-Arq e do produtor definirem um conjunto de propriedades significativas, entendidas como o nível de alterações toleráveis, suficiente para manter a autenticidade.

Observa-se que o RDC-Arq deve definir a sua comunidade designada, de forma não restritiva, ou seja, é preciso identificar os consumidores interessados na documentação custodiada a fim de otimizar o acesso. Assim, durante o processo de preservação será considerada a capacidade de a comunidade designada interpretar corretamente os documentos; logo, o RDC-Arq deve reunir as informações necessárias.

Um RDC-Arq precisa garantir que os documentos custodiados serão compreensíveis à sua comunidade designada. Para isto, deverá adicionar informações de representação ao pacote AIP para melhorar a sua qualidade. Adicionar informação de representação aos documentos é uma forma de acompanhar a evolução da base de conhecimento da comunidade designada. Logo, o RDC-Arq deverá usar padrões de metadados para adicionar significado, e consequentemente, auxiliar no processo de preservação, manutenção da autenticidade e precisão da busca.

A preservação em um RDC-Arq requer a definição de políticas e procedimentos, de modo que seja possível monitorar questões como: a evolução das plataformas tecnológicas de *hardware* e *software*; os formatos de arquivo; os padrões de metadados; as mídias de armazenamento; as normas; a legislação; e as recomendações técnicas. Além disso, é preciso que o RDC-Arq tenha um plano de sucessão caso, por algum motivo, encerre suas atividades de preservação. O plano de sucessão é a garantia de que os esforços em preservação serão continuados, na ausência dele, qualquer interrupção dos serviços do RDC-Arq será o suficiente para questionar a autenticidade dos documentos custodiados.

Os documentos preservados por um RDC-Arq em conformidade com o OAIS serão disponibilizados por meio do DIP, considerado uma cópia simplificada do AIP. Observa-se que o DIP é focado no acesso, enquanto o AIP na preservação, logo, o DIP conterà documentos em formatos habituais à comunidade designada, em consonância com sua base de conhecimento para facilitar o acesso e garantir a correta interpretação dos documentos. Dessa forma, o RDC-Arq será um mecanismo para que o Arquivo atenda às exigências da LAI, mantenha o sigilo necessário, além de facilitar o acesso aos documentos.

Tendo em vista o exposto, ressalta-se que a convergência entre o repositório arquivístico e o OAIS, possibilita manter a autenticidade e a custódia, respeitar os princípios da proveniência e da organicidade, além de manter-se adequado às sete funções arquivísticas. Um RDC-Arq possui uma série de responsabilidades, assim, é possível assegurar que os documentos admitidos podem ser preservados, que existe uma comunidade interessada capaz de compreendê-los, e que existem procedimentos e políticas para garantir a sua preservação e garantia de acesso em longo prazo. Dessa forma, o RDC-Arq consiste em um repositório digital especializado em preservar documentos arquivísticos digitais, e torna-se o “arquivo permanente digital”, um ponto de referência na implementação dos sistemas de arquivo.

Referências bibliográficas

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

2007 *NBR 15.472:2007*: Sistemas espaciais de dados e informações: modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação. [S. l.] : ABNT, 2007.

BARBEDO, F.

2016 Arquivos digitais: da origem à maturidade. *Cadernos BAD: revista da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. [Em linha]. 2 (2016) 6-18. [Consult. 21 nov. 2018]. Disponível em:
<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/810/809>.

BELARMINO, V. F.; ARAÚJO, W. J.

2014 Análisis de vulnerabilidades computacionales en repositorios digitales. *Biblios: revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información*. [Em linha]. 56 (2014) 1-18. [Consult. 2 set. 2016]. Disponível em:
<http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/169/205>.

BOERES, S. A. A.; CUNHA, M. B.

2012 Competências básicas para os gestores de preservação digital. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 41:1 (2012) 103-113. [Consult. 1 abr. 2016]. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1356/1535>.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos

2015 Câmara Técnica de documentos eletrônicos. *Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. [Consult. 10 jun. 2016]. Disponível em:
http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2011 Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Lei de Acesso à Informação (LAI). *Diário Oficial da União*. [Em linha]. (18 nov. 2011). [Consult. 10 mar. 2017]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm.

CCSDS - CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEM

2012 *Reference model for an Open Archival Information System (OAIS)*. [Em linha]. Washington: Magenta Book, 2012. [Consult. 13 maio 2014]. Disponível em:
<http://public.ccsds.org/publications/archive/650xom2.pdf>.

FERREIRA, M.

2006 *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos*. [Em linha]. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. [Consult. 2 ago. 2014]. Disponível em:
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>.

GIL, A. C.

2010 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HEDSTROM, M.

2001 *Digital preservation: problems and prospects*. [Em linha]. Michigan: University of Michigan, 2001. [Consult. 10 jan. 2015]. Disponível em:
http://www.dl.slis.tsukuba.ac.jp/DLjournal/No_20/1-hedstrom/1-hedstrom.html.

ISO - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION

2012 *ISO 14.721: Space data and information transfer systems: open archival information system: reference model*. Geneva : ISO, 2012.

LÉVY, P.

2010 *As Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LUNA, S. V.

1997 *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1997.

MÁRDERO ARELLANO, M. Á.

2004 Preservação de documentos digitais. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 33:2 (2004) 15-27. [Consult. 20 abr. 2017]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1043/1113>.

OLIVEIRA, D. A.; PADILHA, L. M.

2013 Autenticidade e fidedignidade das fontes de informação eletrônica na Internet: um diálogo com a Arquivologia e a Diplomática. In *Arquivologia: saberes docentes e discentes*. Org. R. S. A. Lunardelli, N. C. Araújo, R. G. Vignoli. Londrina: Eduel, 2013, p. 69-87.

ROUSSEAU, J-Y; COUTURE, C.

1998 *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, H. M.; FLORES, D.

2015 Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 20:2 (2015) 198-218. [Consult. 3 dez. 2018]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2341>.

SARAMAGO, M. L.

2004 Metadados para preservação digital e aplicação do modelo OAIS. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECARIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8º, Estoril, 2004 - *Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão: actas*. [Em linha]. Estoril: BAD, 2004. [Consult. 13 jan. 2019]. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/640/637>.

SAYÃO, L. F.

2010 Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 4:3 (2010) 68-94. [Consult 15 dez. 2018]. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4709/3565>.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.

2005 *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. [Em linha]. Florianópolis: UFSC, 2005. [Consult. 13 jun. 2015]. Disponível em: https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf.

SILVA, M.

2016 *O Arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos*. Niterói: Eduff, 2016.

THIBODEAU, K.

2007 If you build it, will it fly? : criteria for success in a digital repository. *Journal of digital information*. [Em linha]. 8:2 (2007). [Consult. 21 dez. 2017]. Disponível em: <http://journals.tdl.org/jodi/index.php/jodi/article/view/197/174>.

THOMAZ, K. P.

2007 Repositórios digitais confiáveis e certificação. *Arquivística.net*. [Em linha]. Rio de Janeiro. 3:1 (2007) 80-89. [Consult. 10 dez. 2018]. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/05/pdf_fedo72oddbb_0010726.pdf.

THOMAZ, K. P.; SOARES, A. J.

2004 A Preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS). *DataGramZero*. [Em linha]. 5:1 (2004). [Consult. 14 out. 2015]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7616>.

VOLPATO, G. L. [et al.]

2013 *Dicionário crítico para redação científica*. Botucatu: Best Writing, 2013.

Henrique Machado dos Santos | henrique.hms.br@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande (UFRGS), Brasil

Daniel Flores | dfloresbr@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

A presente obra, quarto título da coleção “Ciência da Informação” (recentemente foi publicado o quinto número da mesma, encontrando-se outras no prelo), coordenada de forma exemplar pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, e publicada em maio de 2018 pelas Edições Colibri, com a chancela científica do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, constitui uma obra indispensável para um melhor conhecimento e consolidação da Sociedade da Informação.

O texto agora editado parte de um anterior que o autor, Júlio Cardoso, coordenador do Arquivo Municipal de Sintra, apresentou em 2012 à mencionada Universidade, como dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação (Arquivística), com a classificação de dezoito valores. Appropriadamente reorganizado e atualizado, em observância à sua divulgação, saudamos com regozijo este esforço, já que Portugal continua a enfermar da falta de publicação de trabalhos desta natureza. Pelo meio, o prelúdio do livro agora editado, com o artigo, *Os e-services na Sociedade da Informação*, apresentado nas Jornadas Ibéricas de Arquivos Municipais: Políticas, Sistemas e Instrumentos, organizadas pelo Arquivo Municipal de Lisboa e pela Universidade Lusófona de Lisboa, entre 4 e 5 de junho de 2013.

No primeiro contacto com a obra compreendemos de imediato a sua finalidade: partindo da relevância do uso intensivo das Tecnologias da Informação e Comunicação na Sociedade da Informação, em que nos encontramos, condição para elevar a competitividade e qualificação das organizações, pretende-se apresentar e interpretar, de uma forma acessível e inteligível, a relevância das práticas de *e-government*, e respetiva oferta de *e-services*, verdadeira oportunidade para a tão desejada modernização da Administração Pública, em vista à qualificação, simplificação e disponibilização de serviços de excelência, em que os cidadãos e as empresas são entendidos numa lógica de clientes, e cujas necessidades importa satisfazer de forma eficiente e eficaz, segundo normas de qualidade, idealmente na hora.

Antes de abordar o conteúdo deste estudo de síntese, em que os dados difundidos são apresentados diacronicamente, de forma integrada, uma palavra relativa à sua estrutura, modelarmente arquitetada e equilibrada, com exceção do último capítulo, de apenas seis páginas, que nos parece demasiado breve, quando comparado com os demais, embora este argumento, de questionar se há partes maiores ou menores, seja assumidamente subjetivo.

Mais evidente parece-nos a ausência da dimensão cronológica ou temporal no título da obra, nomeadamente as datas extremas da investigação desenvolvida, que, de resto, o autor convoca profusamente ao longo do texto.

Por último, uma chamada de atenção, que em nada belisca o merecido aplauso, para a difícil leitura da informação constante de alguns quadros, figuras e *print screens*, devido

ao reduzido corpo da letra e à necessidade da sua congruência com a dimensão A5 do corpo do texto.

Abordemos, agora, a dinâmica e o conteúdo das diferentes partes da obra em apreço, que são precedidas por um impressionante e convidativo prefácio (p. 7-10) do coordenador científico da coleção, como abertura aos cinco capítulos que a compõem.

No primeiro destes, intitulado *Gestão pública: modelos de governação* (p. 17-30), onde se enquadra o objeto de estudo em análise, o autor começa por refletir sobre alguns dos mais significativos modelos de gestão implementados na Administração Pública em Portugal. Esta viagem, com início na Nova Gestão Pública, termina na Governança na Era Digital, novo paradigma para a Administração Pública, assente na reintegração, visão holística baseada nas necessidades dos cidadãos e cultura digital, requisitos para a reforma e modernização dos organismos e serviços públicos e, por isso, vincadamente contrária aos fundamentos do arquétipo precedente.

O texto evolui para o capítulo seguinte, sugestivamente denominado *Modernização administrativa: o percurso português* (p. 31-60), onde se coteja detalhadamente a história da modernização da Administração Pública, central e local, em Portugal, na prossecução da sua implementação e desenvolvimento mais eficaz e eficiente, que resulta de forma muito elucidativa para os leitores. Neste trajeto, cuja génese do movimento de reforma administrativa portuguesa recua a 1967, em pleno Estado Novo, avança pela modernização administrativa, na sequência da revolução de abril de 1974, que se prolongou até 1985. Segue-se a fase da desburocratização da Administração Pública, entre 1986 e 1999, ano decisivo para a fixação de políticas de modernização e qualidade dos serviços públicos, findando no período de reinvenção da Administração Pública, de 2000 a 2012. Neste exercício tudo é escalpelizado no contexto das mais relevantes iniciativas de modernização administrativa, ao longo de 45 anos, com o objetivo de alcançar uma Administração Pública centrada na prestação de serviços aos cidadãos e na satisfação das suas necessidades: simplificação de procedimentos, normalização de formulários, desburocratização, reengenharia de processos, para lá dos organismos criados, legislação, programas e projetos empreendidos pelos respetivos governos constitucionais.

O capítulo três, o mais longo, com o título *e-Government* (p. 61-92), que juntamente com o precedente constituem o núcleo central do livro, extravasa a realidade portuguesa, analisada no ponto anterior, centrando-se no aturado enquadramento e desenvolvimento europeu do *e-Government*, particularmente significativo considerando a sua relevância na Comunidade Europeia, de forma a assegurar administrações mais eficientes e eficazes, maior coesão social e economias mais competitivas, temas há muito na agenda do dia. Considerando o exposto, passam-se em revista e interpretam-se os estádios evolutivos na implementação e desenvolvimento de políticas e iniciativas no contexto do governo eletrónico e as respetivas tipologias de interações. De igual modo, enfatizam-se vinte *e-services* públicos básicos, dirigidos aos cidadãos e às empresas, para o estabelecimento de práticas de *e-Government* em Portugal, a partir de 2003, visando o desenvolvimento da sociedade de informação no território nacional. Este capítulo reflete, ainda, de forma deveras incisiva, sobre a ideia sempre presente dos processos de negócio e a interoperabilidade na Administração Pública, destacando as respetivas e mais significativas iniciativas e serviços emblemáticos criadas em Portugal, finalizando com a reengenharia de processos, orientada para o emagrecimento organizacional, condição para

a fluidez dos processos decisórios, mais eficazes e fiáveis, de forma a permitir uma resposta em tempo real.

O desenvolvimento seguinte, no quarto capítulo, designado *A Comunidade Intermunicipal do Oeste – OesteCIM Government* (p. 93-118), constitui o mais inovador, considerando o texto progenitor, em cuja dissertação se denomina *Modernização administrativa na Administração Local: o município de Pombal*. Deste modo, o capítulo incide sobre o estudo de caso dos *e-services* nos municípios do Oeste, começando por apresentar os prolegómenos da modernização administrativa nos mesmos. Estabelecido o modelo de avaliação, é dada atenção à sua aplicação aos municípios da comunidade intermunicipal do Oeste (OesteCIM), com o intento de analisar o grau de maturidade e sofisticação dos *e-services* disponibilizados, em que o município de Óbidos sobressai dos seus pares, ao atingir o quinto nível de maturidade, o da personalização. O capítulo encerra com uma elucubração sobre a implementação de um sistema de gestão da informação, em que se sublinha o plano de classificação para a Administração Local, cuja efetivação possibilita a importação de um novo modelo de gestão da informação, a gestão por processos de negócio. Por sua vez, depois da criação do plano de classificação, com a respetiva tabela de seleção, para a efetivação dos *e-services* é fundamental que os processos sejam desmaterializados, o que nos remete para a relevância de elaborar um plano de preservação digital, de forma assegurar a autenticidade, fidedignidade e valor primário dos mesmos.

Por fim, o quinto e último capítulo, de dimensão reduzida, mas muito interessante, consagrado à *Gestão continuada da informação* (p. 125-131), apresenta uma retrospectiva analítica e prospetiva bastante clara dos contributos mais significativos do século XX para a afirmação da Arquivística enquanto Ciência da Informação, desde a teoria das três idades ao modelo do *records continuum*, à consolidação do paradigma informacional, científico e pós-custodial, a partir de 1980, em oposição à fase técnica e custodial que marcou o século XX, até à supradita data. Finalmente, o autor evidencia a importância dos sistemas de informação nas organizações, e da informação como recurso basilar das mesmas para alcançar os seus objetivos, que em última instância tem como propósito a satisfação dos seus clientes.

A investigação de Júlio Cardoso ultima-se com umas escassas páginas de *Conclusões* (p. 134-136), que compendiam, *quicá* de forma demasiado lata, as principais evidências que se foram apresentando ao longo do estudo.

Com esta breve apresentação de cada capítulo, pretendemos chamar a atenção dos leitores para a importância da obra *Da Reforma Administrativa ao e-Government: e-services nos Municípios do Oeste*, pelo que acrescenta ao panorama da Sociedade da Informação em Portugal, cumprindo de forma exemplar o desiderato para que nos remete Júlio Cardoso na *Introdução* da mesma, mormente de abordar *a modernização administrativa em Portugal, o e-Government e a prestação de e-services transacionais completamente desmaterializados sem implicação de qualquer deslocação física por parte dos cidadãos e munícipes para a sua obtenção e a oportunidade para articular as políticas da Modernização Administrativa, designadamente, na área do e-Government na Administração Central do Estado com a Administração Local* (p. 16).

De facto, este livro disponibiliza uma considerável e muito relevante informação factual sobre a matéria em estudo, cuja fluidez discursiva, clareza da linguagem, verbo fácil, sageza de raciocínio e uma visão sistémica, holística e quadripolar da realidade que se propôs

estudar proporcionam uma leitura clara e contínua, verdadeiramente agradável e interessante, que recomendamos com entusiasmo, e cuja qualidade do trabalho justificam o acompanhamento do sólido percurso de investigação de Júlio Cardoso. Infelizmente, mesmo ao nível dos estudos do 2.º ciclo, é cada vez mais raro encontrar um trabalho de tamanho fôlego, que associe o rigor e a beleza da escrita, à excelência da investigação, enriquecido pelo apontar de caminhos para investigações vindouras, pelo que renovamos os suprarreferidos encómios.

Muito nos apraz dizer que o autor procurou e, em nosso entender, conseguiu com notável êxito, alcançar um conjunto sobremaneira alargado de leitores, diríamos mesmo, “o grande público”, para além dos profissionais da informação e da área académica em que foi semeado e brotou, sem, todavia, ceder no rigor e cientificidade. Ao longo deste estudo de 145 páginas, de um tema que não poderia ser mais atual, em que tudo é tratado de forma rigorosa e nada é deixado ao acaso, transparece a qualidade e a profundidade da investigação, o conhecimento que revela sobre o estado da arte, a preparação teórica e a segurança narrativa e interpretativa, que fazem da sua dissertação, agora publicada, um livro imprescindível para futuros trabalhos nesta área.

No mais, também fica o registo para o levantamento de uma bibliografia especializada assaz exaustiva, disseminada ao longo das inúmeras e pertinentes notas de rodapé que acompanham o texto, a que se junta a imensa informação retirada diretamente das fontes, que o autor questiona criticamente, sabendo que elas nem sempre são neutras e nos podem induzir em erro. Estamos, portanto, diante de um trabalho simplesmente exemplar.

Paulo Batista | pjmb@uevora.pt

CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

Palavras

Tito Ryff

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2015

Bom dia, Lara. Prazer em conhecê-la. Eu sou a Palavra. Nós já nos vimos por aí, algumas vezes. Eu estou por toda parte. Nos muros, nos jornais, nas revistas, nos anúncios de TV, nas legendas dos filmes de que você tanto gosta, nas músicas que você canta e em muitos outros lugares. É muito fácil me encontrar. Por isso, há quem me ache exibida. Há gente, até, que gostaria que eu não aparecesse tanto em público. Que fosse mais discreta e que escolhesse aonde vou e com quem ando. Mas fui criada para ser livre como o ar que se respira.

Onde quer que esteja, sinto-me bem. Gosto de estar no meio de gente, misturada com as multidões ou em lugares remotos, quase desertos. Sei que, esteja onde estiver, sempre poderei ser útil. Mas há dois lugares que eu prefiro. Os livros, Lara, adoro estar nos livros. Quantas histórias aprendi nas páginas dos livros! Conheci a vida de pessoas de outras épocas e os costumes de povos antigos. Estive ao lado de Reis, Rainhas e Príncipes, mas também, do pastor e suas cabras e do pequeno menino que vivia num planeta distante com sua flor, seu carneiro e sua serpente. Bastou-me, para isso, um livro e uma poltrona confortável. Graças aos livros, conheci outras crianças, como você, que se tornaram minhas amigas para a vida inteira. Nos livros, visitei países distantes e descobri que em todos eles havia alguém da minha família. Somos muitas pelo mundo afora.

Na verdade, Lara, minha família é muito grande e unida. Gostamos de estar juntas. A tal ponto que costumam nos chamar pelo plural: Palavras, com esse s no final. Assim como você, temos uma casa, onde podemos ser encontradas sempre reunidas. Nossa casa tem um nome: Dicionário. Qualquer um pode vir nos visitar. Tenho certeza de que você virá muitas vezes, logo que aprender a nos conhecer melhor. Somos uma família muito acolhedora e gostamos de receber visitas.

Mesmo sendo muito unidas, Lara, cada uma de nós, cada Palavra, tem um jeito de ser próprio, como você e suas amiguinhas. Cada amiguinha sua é diferente, não é? Umhas são louras, outras morenas, são mais, ou menos, agitadas, riem a toa, ou são mais sérias. Cada uma tem seu nome, seu gosto para vestir e sua brincadeira preferida. Nós, as Palavras, chamamos essa diferença de Personalidade. É isso, a Personalidade, que faz com que cada amiguinha sua seja única e muito querida. Como você vê, gostamos de botar nome em tudo. Nós, as Palavras, também somos diferentes umas das outras. Só que para nós, Palavras, a Personalidade, isto é, o jeito como somos, tem um nome especial. Chama-se Significado. É o meu Significado que me torna diferente das minhas primas e irmãs. No Dicionário, a nossa Casa, cada Palavra tem seu Significado. É como se fosse o seu quatinho, ou o cantinho onde gosta de ficar.

Gosto também de aparecer nos cadernos das crianças. Ah, como fico feliz quando me vejo sendo desenhada, com cuidado e carinho, no pequeno caderno de quem escreve seu próprio nome pela primeira vez! Você não vai acreditar, Lara, mas cada rabisco desses, mesmo torto e desajeitado, é, para mim, como se fosse um nascimento ou o desabrochar de uma flor. E sou curiosa, sabia? Quando aquela mãozinha escreve a primeira letra, tento adivinhar o nome dessa criança que será minha nova amiguinha querida. Se o nome começar com um M, por exemplo, eu me pergunto: será Maria, ou Marta ou, quem sabe, Manuela? E fico esperando, ansiosa. Foi assim com você, Lara. L, que letra bonita, pensei, quando você começou a escrever seu nome. É esbelta, altiva e elegante. Quantos nomes lindos começam com um L! Lúcia, Ligia, Leonor. Mas há outros ainda, tão, ou mais, bonitos, que começam com um L. Depois do L, você desenhou um A. Será que ela se chama Larissa ou Lavínia, matutei? Vou lhe contar um segredo. Ou, melhor, vou lhe fazer uma revelação, pois não tenho segredos para as pessoas. Devo dizer que já tenho muitas amigas que se chamam Larissa. Quase não dou conta de atender a todas elas. E Lavínia, não sei por que, me lembra o nome de um país distante. Por isso, quando você desenhou um R – LAR – torci muito para que seu nome fosse Lara. Que nome bonito!

Não sei se você sabe, mas tenho um amigo muito querido. Nós somos quase inseparáveis. Aonde eu vou, ele vai atrás. O nome dele é Som. É como se fossemos casados. Juntos, fazemos coisas muito bonitas: músicas, poemas. Vamos ao Teatro e ao Cinema. Somos tão ligados, um ao outro, que é difícil saber quem nasceu primeiro. Mas desde que nos encontramos pela primeira vez, há muitos e muitos anos, nunca mais nos separamos.

Eu e o Som fazemos com que as pessoas se comuniquem, como dizem por aí. Mas o que queremos mesmo é que elas se entendam. Nos esforçamos muito para que isso aconteça. Há uma diferença entre se comunicar e se entender, sabia? Este é o mistério das Palavras. Cada uma de nós, como eu lhe disse, tem um Significado diferente. Ou, às vezes, mais de um, acredite. É como qualquer criança. Há dias de bom humor e de malcriação, de alegria e de cansaço.

O Som e eu nos damos tão bem que resolvemos adotar uma criança. O nome dela é Fala. É uma menina, como você. Eu gostaria de dizer que ela também é muito obediente. Mas não tenho tanta certeza. Ela é meio rebelde. Por isso, a Fala pode dizer coisas sem pensar e quando isso acontece ela nos usa, a nós, as Palavras, de uma maneira que nem sempre aprovaríamos. Por isso, às vezes, magoamos as pessoas sem querer. Mesmo aquelas a quem amamos mais. Mas a Fala sempre se arrepende e encontra um jeito de se desculpar. Ela não é má menina. É apenas como qualquer outra criança que ainda tem muito que aprender. Mas eu e o Som estamos empenhados em dar a ela a melhor educação possível para que possa servir às crianças, como você, e aos adultos, sempre com as melhores intenções.

Lara, você se lembra que eu disse que nós, Palavras, gostamos de botar nome em tudo? Todas as coisas têm nome, graças a nós. Olhe à sua volta. Tudo que está no seu quarto tem um nome, não é? A mesa é a mesa, a cadeira é a cadeira e o armário é o armário. Já pensou a confusão que seria se nenhum desses objetos tivesse nome, ou se todos tivessem o mesmo nome? Mas nós damos nomes não só às coisas que podemos tocar e segurar, ou que usamos todos os dias, como o vestido, o laço de cabelo e a escova de dentes. Damos nomes, também, a coisas que sentimos ou fazemos. Você gosta de andar de bicicleta, de jogar bola e de brincar de bonecas? Andar, jogar, brincar, passear, viajar, comer, dormir, são tantas as

coisas que você faz e para cada uma das quais há um nome, ou uma Palavra, diferente. Mas nós, as Palavras, sabemos também que crianças como você têm sensações e sentimentos. Amor, Alegria e Tristeza são sentimentos. Cansaço, Fome e Sono são sensações. Para todos esses sentimentos e sensações há uma Palavra, para que você possa dizer à mamãe e ao papai o que você está sentindo. Não é bonito? E útil? Saber usar bem as Palavras, Lara, é muito importante. Uma Palavra de Carinho, de Amor ou de Consolo tem grande valor. Às vezes, e no momento certo, pode ser a coisa mais preciosa para uma pessoa querida.

Bom, já falei demais a respeito de mim mesma. Mas, mesmo tendo falado bastante, eu ainda teria muito a lhe contar. Hoje, você deve ter conhecido muitos novos membros da minha enorme família. O mundo das Palavras é infinito e vive se expandindo. Isso me faz lembrar de um grande amigo meu. Uma das melhores amizades que já tive. Alguém que sempre me tratou com muito respeito e carinho. Mas não faltarão novas oportunidades para voltarmos a conversar. Agora, somos amigas para sempre. E há algo que lhe prometo: se você me tratar bem e me der toda a atenção, posso lhe fazer muito Feliz.

Com um beijo carinhoso da Palavra, sua amiga inseparável.

Tito Ryff | titoryff@gmail.com

Economista e Professor Universitário